

Instauração do Salazarismo em Cabo Verde (1926 – 1939)

Manuel António de Pina Souto Amado

Maio, 2019

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Contemporâneo do século XX, realizado sob orientação científica de professor Doutor Pedro Aires de Oliveira

AGRADECIMENTOS

Ao meu querido irmão **Silva** por todo auxílio que me concedeu nos meus estudos, ao prezado primo e padrinho, **Antônio**, pela coragem e incentivo material e moral, ao estimado tio **José de Pina** pela disponibilidade e atenção, aos ilustres amigos, **Neves** e **José Gonçalves**, '**Toym**', pela apreciável colaboração e ao orientador do trabalho, professor Doutor, **Pedro Oliveira**, pela paciência, dedicação e sapiência. A todos, a minha profunda e eterna gratidão.

RESUMO

O trabalho, *Instauração do Salazarismo (1926 – 1939) em Cabo Verde*, abrange a República, regime esperado com muita ansiedade e expectativa mas que rapidamente acabou por provocar desilusão às populações da metrópole e das colónias, o Salazarismo, período em que os cabo-verdianos passaram por maiores dificuldades económicas e políticas e por último algumas medidas repressivas implementadas pelo regime, visando a sua sobrevivência.

A República aguarda com muita expectativa pelas populações, extenuadas com a Monarquia, regime longo e injusto, desejavam um novo regime político que lhes garantia mais justiça, liberdade e descentralização política e económica. Porém, a esperança depositada na República, rapidamente foi defraudada e os colonizados, sobretudo cabo-verdianos, concluíram que a mesma não passava de mera ilusão. O grande desejo e objetivo - *o estatuto de adjacência e igualdade de direito entre o povo da metrópole e o das ilhas*, acalentado pela população do arquipélago, há muito tempo, não foram alcançados. Isto tornou-se numa enorme frustração para a população, principalmente por parte de alguns intelectuais da época. Começou o descontentamento com a República, os defensores transformaram em opositores, passando a ser vítimas do regime. Eugénio Tavares, um ilustre cabo-verdiano, tornou-se num dos maiores alvos da perseguição republicana. Foi, injustamente, aprisionado. Contudo, os principais opositores da República encontravam-se em Portugal. As constantes revoltas conduziram a sua queda, lá onde, em 5 de Outubro de 1910, foi proclamada com muita euforia e júbilo.

A Ditadura Militar, implantada a partir de Maio de 1926, em Portugal, marcou uma nova viragem na política colonial portuguesa. Em Cabo Verde, embora, economicamente, não houvesse degradação económica assinalável, politicamente, houve redução considerável de liberdade civil e de imprensa.

O Salazarismo, regime ditatorial e fascista, inaugurada em Portugal com a ascensão de Salazar ao poder em 1932, alterou profundamente a relação entre a metrópole e as colónias. Com a constituição de 1933 que permitiu o nascimento do Estado Novo, inaugurou-se uma nova forma de administração colonial, com o poder fortemente centralizado na metrópole. As colónias perderam a limitadíssima autonomia administrativa e financeira que detinham anteriormente.

Cabo Verde, colónia portuguesa com maior dificuldade económica, assistiu o agravamento da situação no início da década 30, com repercussão nefasta para a população de todas as ilhas. A aceleração das crises, acompanhada pela clara má vontade do governo colonial em resolver os crónicos problemas dos povos das ilhas, provocou aumento de tensões sociais e revoltas contra o regime. São Vicente, onde a crise foi mais severa, transformou-se na ilha mais agitada e revoltosa do arquipélago. A revolta ‘de nhô Ambrose’ constituiu a marca mais assinalável e grave da tensão social ocorrida nesta ilha, durante a época abrangida por este trabalho.

O Salazarismo, para eliminar a ação dos opositores das ilhas e permitir a instauração do regime, criou alguns instrumentos repressivos que intimidavam e dificultavam a ação dos inimigos do regime, não só em Cabo Verde, como em todas as outras colónias e na metrópole. No arquipélago, o Campo de Concentração do Tarrafal pode ser considerado o aparelho mais repressivo da ditadura salazarista, não só pelo medo provocado, mas principalmente pela crueldade e mortes que o mesmo provocou. O regime salazarista foi, de todos os regimes, o que mais penalizou os cabo-verdianos.

ÍNDICE

Metodologia	1
0 Introdução	2
1. Antecedentes do Salazarismo em Cabo Verde.....	5
1.1.1. A derradeira fase da República em Cabo Verde.....	6
1.1.2. Perseguição, prisão e julgamento de Eugénio Tavares	16
1.1.3. Os acontecimentos responsáveis pelo insucesso da República em Cabo Verde	20
1.2. O período da Ditadura Militar em Cabo Verde	26
2. Salazarismo – período de maior asfixia política dos cabo-verdianos.....	35
2.1. Os opositores cabo-verdianos do regime Salazarista.....	37
2.2. Cabo Verde – Um caso ‘suigeneris’. De situação privilegiada à sentença da morte	51
2.3. São Vicente – Ilha de agitação social e política.	60
3. Instauração do Salazarismo em Cabo Verde.....	75
3.1. Medidas salazaristas e os seus efeitos/reflexos em CV	76
3.2. A persistência e conivência do Estado Novo na emigração dos cabo-verdianos para São Tomé e Príncipe	77
3.3. Adaptação do Acto colonial de 1930 à Constituição de 1933.....	80
3.4. A Constituição de 1933.....	83
3.5. A Censura.....	91
3.6. O Campo Concentração de Tarrafal	97
4. Conclusão.....	104

METODOLOGIA

O trabalho, *Instauração do Salazarismo em Cabo Verde*, abarca o intervalo temporal que vai de 1926, ano da queda da República e da implantação da Ditadura Militar em Portugal a 1939, ano do início da Segunda Guerra Mundial, acontecimento que marcou profundamente a política colonial em geral e a política colonial portuguesa em particular, conduzindo a prazo o seu próprio fim.

A metodologia deste trabalho centra-se, sobretudo, na pesquisa bibliográfica, interpretação e análise crítica dos documentos, mais imparcial possível, seguindo o rigor científico. Pretende-se tomar como fontes primárias, principais, os boletins oficiais de Cabo Verde, boletins de propaganda e informação, os jornais, e as revistas publicados ao longo do tempo abrangido por essa dissertação. Durante a pesquisa far-se-á o cruzamento das diversas informações e factos desses meios de comunicação com as outras fontes consultadas com o propósito de tentar chegar a veracidade, realidade da respetiva época. A pesquisa bibliográfica foi efetuada em Portugal nos mais diversos centros de documentação: Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo Histórico Diplomático, Biblioteca Nacional, Torre do Tombo, Biblioteca da FCSH-UNL, Biblioteca de Universidade de Lisboa e Fundação Mário Soares e em Cabo Verde: Arquivo Histórico Nacional, Biblioteca Nacional e Biblioteca da Universidade de Cabo Verde. As fontes e obras consultadas serão citadas nos rodapés, no corpo do texto e na lista da bibliografia.

A entrevista, outro meio utilizado na elaboração de um trabalho científico, tornar-se-á difícil porque os principais protagonistas da época, caso dos governadores, que mais justificam o interesse para tal, todos ou quase todos já pereceram ou apresentam em estado intelectual de avançado degradação, o que não garante a fiabilidade da entrevista. A delimitação temporal do trabalho não permite a entrevista de ex-combatentes da luta de libertação nacional e de alguns exilados cabo-verdianos. Isto seria possível para o período após o término da segunda guerra mundial.

Evita-se o uso de sítios da Internet devido aos equívocos, contradições ou mistificações que a mesma pode apresentar.

Antes da elaboração de qualquer trabalho científico, principalmente, quando se trata da natureza deste que é inédito, há que ter ideia clara do problema a ser resolvido da dúvida a ser dissipada e dos constrangimentos a serem superados. Estamos conscientes que com o uso da referida metodologia e rigor, podemos ultrapassar essas dificuldades.

0 INTRODUÇÃO

O trabalho, *Instauração do Salazarismo em Cabo Verde, 1926 -1939* abarca o espaço temporal de 1926, ano que marca a queda da República em Portugal e implantação da Ditadura Militar, regime relativamente curto, que serve de ‘rampa de lançamento’ para ascensão de Salazar ao poder, a 1939, ano de início do maior conflito da História da humanidade, em que o seu fim provoca transformação radical na política colonial, conduzindo mesmo o seu término, sendo Portugal, a única potência colonial cujo a descolonização passou por uma mais longa e sangrenta guerra. O ano de 1926 foi escolhido também pelo facto de inaugurar uma nova forma de relação entre a metrópole e as colónias e que será reformulada profundamente, com claro prejuízo para as colónias, a partir de 1933, com a fundação do Estado Novo. Este período de Ditadura Militar que pode ser encarado, como fase de transição para a implementação de regime fascista em Portugal, serviu de aprendizagem, principalmente para Salazar, que dirigiu a pasta das finanças e das colónias, dos vários governos deste regime, para aprofundar os seus conhecimentos sobre os domínios ultramarinos e ensaiar a nova forma de administração colonial.

O trabalho tem como objeto de estudo, Cabo Verde no período de Salazar, mas como o período é relativamente longo e o trabalho ser limitado a nível de páginas, delimitamos o tempo, adotando o título Instauração do Salazarismo em Cabo Verde – 1926-1939. Foi escolhido este período porque é ainda pouco estudado, principalmente no âmbito político. Neste sentido, o trabalho ‘inclina-se’ mais para a história política, centrando atenção sobretudo nas instituições político-jurídicas, nas normas jurídicas elaboradas e aplicadas durante o período em estudo, analisando os efeitos das mesmas no arquipélago e algumas reações das populações face ao regime salazarista.

Em termos concretos, o objetivo principal deste trabalho de investigação é tentar compreender como foi instituído o regime salazarista em Cabo Verde, pretendendo responder especificamente algumas questões fundamentais – Como reagiu a população perante algumas dificuldades enfrentadas durante o novo regime, iniciado a partir de 1933? Qual foi a forma de reação (comportamento) dos intelectuais cabo-verdianos face à ditadura? E quais foram as medidas implementadas por regime salazarista com propósito de salvaguardar a sobrevivência do regime e tentar silenciar os opositores?

A nível metodológico, como se refere na metodologia, anteriormente descrita, priorizou-se mais a investigação bibliográfica com maior primazia aos documentos dos

arquivos históricos – Arquivo Histórico de Cabo Verde, Arquivo Histórico Ultramarino, Torre do Tombo, com realce para o Arquivo de Salazar, e o Arquivo Histórico Diplomático. A preferência desses arquivos justifica-se pela intenção e persistência de procurar fontes não citadas noutros trabalhos, evitando repetição de informações. Porém, o resultado da pesquisa foi muito a quem da expectativa porque os documentos referentes ao período de investigação, concernentes ao nosso objeto de estudo, são reduzidos e isto constituiu uma das maiores dificuldades do trabalho. A outra grande dificuldade que qualquer investigador cabo-verdiano enfrenta é a localização dos principais documentos de Cabo verde em Portugal, o que implica a deslocação dos investigadores a este país para a realização das suas pesquisas, causando diversos constrangimentos.

O trabalho contempla três capítulos: - o primeiro capítulo - Antecedentes do Salazarismo em Cabo Verde que retrata os constrangimentos ocorridos em Cabo Verde, provocando o descontentamento dos cabo-verdianos, defensores da República, e a consequente implantação do regime militar em que tenta realçar as principais dificuldades por que passavam os cabo-verdianos; o segundo capítulo – Salazarismo em Cabo Verde, período de maior asfixia dos cabo-verdianos, em que se pretende analisar a situação de Cabo Verde nessa época. Preocupa-nos entender o descontentamento da população, as tensões e revoltas sociais e a forma como o regime perseguia os opositores. Por último, o terceiro capítulo – Instauração do Salazarismo em Cabo Verde em que o objetivo fundamental é tentar analisar criticamente as medidas jurídicas e as instituições repressivas que a ditadura salazarista criou e implementou para impor o regime e combater os opositores, concentrando-nos, sobretudo, a medida da possibilidade, nos reflexos das mesmas para a população das ilhas.

Cabo Verde, ‘descoberto’ entre 1460 a 1462, por António da Noli, Diogo Gomes e Diogo Afonso, enfrentou a ocupação e colonização logo em 1462, com o início do povoamento, começado pela Ribeira Grande, por António da Noli, então capitão-donatário, da capitania do sul de Santiago, com o nome de capitania de Ribeira Grande. Cansados com o longo regime colonial, regime injusto, repressivo e de forte discriminação social, os cabo-verdianos desejavam ansiosamente o fim da monarquia. É neste sentido que a proclamação da República foi recebida com júbilo pela população em Cabo Verde. Porém, depois de muita expectativa criada pela população acerca da República, acabou por cair em frustração porque não se conseguiu os objetivos almejados, os mais importantes, o estatuto de adjacência para Cabo Verde e igualdade de direitos e oportunidades entre os ‘brancos da terra’ e os da metrópole. Isto provocou o descontentamento da população, sobretudo, da elite letrada que

desejava o fim do regime republicano. Os principais defensores da República, pelas suas legítimas exigências e não tanto pelas críticas passaram a ser perseguidos e encarados como inimigos do regime. Nesta perspetiva que perseguiram os nativistas, considerando-os como hostis e contra a nação portuguesa, tendo como expoente máximo dessa perseguição o Eugénio Tavares. Os sucessivos e graves acontecimentos incontornáveis pela República, revoltas populares, levantamento militar com várias tentativas de golpe em Portugal e nalgumas colónias precipitaram a sua queda.

Os cabo-verdianos insatisfeitos com a política republicana, nunca pensavam que o pior estava prestes a ter início. A Ditadura Militar, estabelecida em Maio de 1926, foi terrível para aqueles que exigiam mais liberdade e igualdade no anterior regime. Período marcado por fortes revoltas republicanas, culminou também com tomadas e execuções de duras medidas pelas autoridades, com perseguições, exílios, julgamentos sem culpas formadas, construção de colónias penais nas diversas colónias, censura, entre outras. Os tribunais deixaram de ser independentes, imparciais e perderam os seus poderes perante a criação de um tribunal especial – TME (tribunal militar especial). A justiça passou a estar à disposição do governo e não da população. Deixou de haver separação dos poderes porque o poder judicial era manipulado pelo governo, poder executivo¹. Isto demonstra claramente que liberdade tornou-se, praticamente uma miragem. A diminuição substancial dos jornais e revistas, provocada pelas restrições impostas a esses órgãos de comunicação social e sobretudo, pela censura, limitou drasticamente a liberdade de expressão, opinião, bem como a possibilidade de crítica do regime por parte dos seus opositores.

Em 1932, com ascensão de Salazar ao poder, a ditadura militar passou para ditadura civil, dado que o regime era encabeçado por um civil, mas tornou-se mais severa e mesmo violenta. Contudo, a situação mais dolorosa vai iniciar-se a partir de 1933, com a edificação do Estado Novo, um Estado forte que tenta exercer o total controlo sobre a vida da população. Consolida algumas instituições da ditadura militar como TME e a censura que torna mais dura e eficaz a partir de 1936. O regime criou novos meios repressivos como: PVDE (Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado) em 1933, a Colónia Penal do Tarrafal, ilha de Santiago, Cabo Verde, em 1936, entre outros que exerceram de forma implacável a vigilância sobre a população. Essa repressão e intimidação da ditadura salazarista limitava a ação dos opositores tanto em Portugal como nas colónias mas não a eliminavam. É evidente que as colónias

¹ ROSAS, Fernando, et al, - Tribunais Políticos, Tribunais Militares Especiais e Tribunais Plenários – Durante a Ditadura e o Estado Novo, Lisboa, Círculos de Leitores, 2009 pp 20-24.

ressentiam também dessa terrível ação salazarista. É importante realçar que o regime não tinha contenção quanto aos usos dos meios para atingir os seus fins, chegando mesmo a praticar assassinato para tal efeito.

Em Cabo Verde, mesmo perante estes atos, os cabo-verdianos não desistiram da luta contra o regime. Os intelectuais, conhecendo bem a situação, evitaram o confronto direto e começaram a utilizar o eufemismo para combater o regime, tendo em conta, que o mesmo não aceitava a crítica, inclusive tinham que excluir dos seus vocábulos algumas palavras com o caso da fome, palavra censurada pela ditadura, embora fazendo parte da dura realidade cabo-verdiana na altura. Muito sabiamente, a camada letrada acabava por instigar a população à revolta como foi o caso de Revolta de ‘Nhô Ambrose’ em São Vicente, ocorrido em 1934, constituiu o primeiro teste de fogo, enfrentado pelo regime em Cabo Verde. Foi uma luta dura devido a perseguição terrível do regime mas que valeu a pena porque devido a persistência dos intelectuais, desde década de 1920, passando por a de 1930 e que continuou após o fim da segunda guerra, o arquipélago e Guiné Bissau conseguiram trilhar o caminho para as suas independências.

1. Antecedentes do Salazarismo em Cabo Verde

A queda do regime republicano, provocado pelo golpe militar de 28 de Maio de 1926, foi um acontecimento que precedeu a ascensão de Salazar ao poder. Isto levou a mudança política que teve a sua repercussão a nível colonial. Os colonizados viram limitados os benefícios e direitos que usufruíam na época da República. Em Cabo Verde ocorreram vários acontecimentos que demonstram claramente o descontentamento, a frustração da população face à República, contribuindo para a decadência da mesma.

A Ditadura Militar, o novo regime instaurado com o derrube da República, pode ser encarada como ‘rampa de lançamento’ da subida de Salazar ao poder. Ele participou em vários governos desse período como ministro de finanças e ministro interino das colónias. Esse curto tempo como ministro das colónias, pouco mais de seis meses, de Janeiro a Julho de 1930, permitiu-lhe ter uma ideia mais clara sobre administração das colónias, começando a traçar novo rumo da política colonial que viria a ser implementada após a sua ascensão ao poder, em 1932.

1.1 A derradeira fase da República em Cabo Verde

A grande ansiedade da população e ao mesmo tempo a rápida desilusão com a incompetência da República constituíram fatores preponderantes da sua queda. O regime criou o seu próprio germen de destruição. Não conseguiu evitar instabilidades sociais e políticas que se vão acumulando ao longo do tempo, culminando com o golpe militar de 1926. Em Cabo Verde, com o agravamento dos problemas, a população, insatisfeita, não acreditava na República como solução, pelo contrário, encarava-a como fator de agudização das dificuldades.

Eugénio Tavares afirmou que o novo regime administrativo reservado ao arquipélago é *«pior que nos mais calamitosos tempos da monarquia.»*² Não se previa o progresso das ilhas nesse novo regime. Sendo assim, as manifestações, revoltas, sublevações, tentativas de golpes e golpes militares contra o regime eram frequentes em Portugal e com reflexo nas colónias, sem deixar de parte Cabo Verde. Face a esta claudicação do poder republicano, ocorreu a sua morte prematura.

1.1.1 Descontentamento dos defensores do regime em Cabo Verde

O regime republicano, implantado em Portugal a 5 de Outubro de 1910, foi aclamado em Cabo Verde com grande euforia. Para muitos, era o fim de quase cinco séculos de exploração, sofrimento e discriminação dos negros cabo-verdianos, em particular, e dos africanos, em geral, eram coisificados e considerados incapazes para se governarem. Contudo, rapidamente se deparou com a decepção. *«Inicialmente bem recebido a notícia em alguns sectores cabo-verdianos descontentes com a situação no território onde se vivia uma das ‘fomes endémicas’, o entusiasmo foi efémero, pois a mão dura das forças conservadoras coloniais caiu sobre as ilhas, recusando a reforma do sistema educativo, mantendo as condições degradantes de trabalho e o tratamento desigual de funcionários públicos metropolitanos e cabo-verdianos, e a ameaça de regressão no estatuto de indigenato, entre outros.»*³

² LOPES, José Vicente. Cabo Verde – as causas da independência, Praia, Spleen Edições, 2003, p. 28. A população das ilhas cansada com o regime monárquico não tinha paciência para aguardar as possíveis reformas do novo regime. Para muitos a República continuou a cometer os mesmos erros do passado o que suscitava uma certa desconfiança por parte da população.

³ GRAÇA, Camilo Querido Leitão da. Cabo Verde – Formação e dinâmicas sociais, Praia, Instituto de Investigação e do Património Culturais + Autor, 2007, p. 31

O ‘ lema da República’- liberdade e igualdade para todos, fez os cabo-verdianos sonharem alto. A esperança e as expectativas eram elevadas e os cabo-verdianos, inclusive, alguns que em Portugal combateram o regime monárquico,⁴ acreditavam que a República constituiria solução dos prolongados e infundáveis problemas seculares de Cabo Verde.

Ao contrário do que pensava a elite letrada cabo-verdiana, adepta da República, a proclamação desta, não era o fim da luta, pois, o regime ficou por cumprir as principais exigências da camada letrada e da população em geral. A discriminação entre os ‘brancos da terra’, os filhos de brancos que nasceram em Cabo Verde, e os da metrópole continuou. Estes últimos, sem qualquer competência superior em relação aos primeiros, gozavam de maior privilégios e regalias, ocupando lugares de maior prestígio, de destaque na administração pública. Isto era totalmente contrário à visão e pensamento que tinham da República. «A República era vista como regime que viria, em fim, igualar, todos acabando com as diferenças entre brancos e pretos, entre ricos e pobres e entre colónias e metrópole»⁵ Sem dúvida, esta correspondia a grande expectativa e ensejo dos intelectuais cabo-verdianos mas que nunca foi cumprido.

A elite intelectual local sentia-se injustiçada com esta atitude injustificada da metrópole, tornando hostil a tal prática⁶, principalmente, por aqueles que foram perseguidos pelo anterior regime. Sentiram que os republicanos fugiam dos seus compromissos – maior autonomia e estatuto de cidadão para toda a população das colónias. É verdade que os cabo-verdianos conseguiram o estatuto de cidadão português desde 1822. Contudo, este estatuto não trouxe o benefício desejado porque não havia a paridade nos cargos da administração pública e outras funções entre os brancos da terra e os portugueses metropolitanos. O critério da escolha continuou a ser o local de nascimento e a cor e não o talento, competência ou intelectualidade.

Por isso, este privilégio era meramente cosmético, já que os cabo-verdianos não tinham os mesmos direitos, regalias que os portugueses da metrópole. Mesmo assim, os cabo-verdianos, não de todo satisfeitos, sentiram-se honrados com tal estatuto na medida que permitia o destaque em relação às populações das outras colónias portuguesas africanas que

⁴ OLIVEIRA, João Nobre. A Imprensa Cabo-verdiana – 1800- 1975, Macau, Fundação Macau, Direcção de Serviços, de Educação e Juventude, 1998,p.238. Houve cabo-verdianos, que descontentes com a monarquia, participaram em algumas ações contra a mesma, acabando por serem penalizados. Em 1891 participaram na revolução de 31 de Janeiro do Porto, alguns cabo-verdianos. José Barbosa, natural do Fogo e Manuel Nobre de Saint-Maurice, sargento do exército, natural da ilha Brava, constituem casos exemplativos. O 1º foi exilado e o 2º expulso do exército

⁵Idem, p. 237

⁶FERNANDES, Gabriel. Em busca da nação, Editora da UFSC/ Florianópolis – Brasil, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro/ Praia, 2006, p. 122.

só conseguiram o mesmo depois de um século e com muito esforço. É importante recordar que a constituição de 1822 tinha proclamado o princípio da unidade de estatuto político e de legislação entre as colónias e a metrópole e ainda atribuiu aos indígenas a qualidade de nacionais portugueses.⁷ Porém, os cabo-verdianos continuaram a questionar a utilidade da concessão de cidadania se dificilmente alcançariam os lugares cimeiros em que os portugueses ocupavam, por vezes de forma imérita. Isto constituiu uma luta inglória que veio desde séc. XVI em que os mestiços reclamavam assento na Câmara Municipal de Ribeira Grande de Santiago.⁸

Socialmente, esta elite intelectual gozava de um certo privilégio e respeito por parte da população cabo-verdiana. A caracterização social dos séculos anteriores em que a sociedade se encontrava dividida em três grupos sociais - os brancos, os pretos forros e africanos livres e os escravos⁹ - não se aplica a este período de estudo, até porque no século XX não havia escravatura em Cabo Verde, pelo menos, no sentido tradicional, pois, a mesma foi abolida, de forma legal, «de jure», em 1869 mas definitivamente na prática, só no ano de 1878 em que os escravos não tinham quaisquer deveres de prestarem trabalhos aos seus senhores.¹⁰ Contudo, a discriminação racial e social ainda se verificava. Os membros da elite letrada, não estando entre os indivíduos que se encontravam no topo da sociedade, constituídos por governadores das ilhas, os presidentes das câmaras municipais, os altos patentes militares, alguns membros eclesiásticos, os grandes proprietários, mas também, não fazendo parte das pessoas que ocupavam a base da sociedade, os camponeses, criadores de gado, os serviçais, entre outros, podemos enquadrá-los numa classe média, permeia de entre as duas outras. Eram essencialmente funcionários públicos que pelo grau académico, pela intelectualidade, ocupavam o topo da sociedade. A maioria desta elite frequentou o Seminário-liceu de São Nicolau fundado em 1866. Como funcionários da administração pública usufruíam de um rendimento que os colocava nessa posição mediana, e em relação a alguns proprietários marcavam a diferença. Possuíam uma posição económica mais vincada, devido à ruína de alguns proprietários, provocada pela insuficiência da produção das terras, gerada pela escassez assídua da precipitação. É importante realçar que alguns desses intelectuais eram

⁷ Idem, p.94

⁸ Carlos Lopes Pereira, in Cabo Verde: Resistência e Formação da Consciência Nacional, Reunião internacional de África, Instituto de Investigação Científica e Tropical, Lisboa, 1989.

⁹ História Geral de Cabo Verde, Vol I, coord. de Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira dos Santos, Centro de Estudos de História Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa e Direção Geral do Património Cultural, Praia, 1991, p. 157

¹⁰ ANDRADE, Elisa Silva, - As ilhas de Cabo Verde da «descoberta» à independência (1460-1975), Paris, Éditions L'Harmattan, 1996, p. 126

filhos dos grandes proprietários. Neste sentido, em termos de rendimento, tinham uma situação folgada, não podiam ser integrados no grupo da pequena burguesia de ofícios formados por alfaiates e costureiras, carpinteiros, pedreiros, sapateiros, etc.¹¹ Mas se optarmos pela estratificação social da sociedade mindelense, feita por antropólogo Mesquitela Lima, em que a mesma estava dividida em três classes - primeira constituída por uma elite relativamente fechada, formada pelos médicos, advogados, comerciantes, proprietários mais abastados, funcionários e quadros superiores; a segunda formada por «pequenos comerciantes e mestres artífices de toda espécie, empregados de razoáveis firmas, pequenos funcionários e proprietários, famílias de alguns embarcações», etc. e por último, a terceira classe que era constituída pelos simples trabalhadores que dependiam das outras duas classes¹² - podemos integrar a elite intelectual cabo-verdiana, em referência, dentro da primeira classe, pois, é nesta que melhor enquadra. Os membros desta elite estavam em condições de concorrerem aos mais altos cargos na sociedade cabo-verdiana, caso houvesse meritocracia no concurso aos mesmos, eliminando o favoritismo e protecionismo aos portugueses da metrópole.

A ‘liberdade para todos,’ outro lema da República, ficou por cumprir. A liberdade desejada por cabo-verdianos era uma autonomia alargada, isto é, a adjacência, um estatuto equiparado à Madeira e Açores. Era um dos desafios dos cabo-verdianos, mais concretamente, da elite intelectual, desde de muito cedo. Esta luta contava com alguns dirigentes portugueses que reconheciam aos cabo-verdianos o direito de um sistema administrativo específico.¹³ De entre esses portugueses, há que destacar Marinha de Campos, o primeiro governador da República em Cabo Verde que preconizava uma autonomia administrativa que ia para além dos Açores. Mas havia outros portugueses como o caso de Alfredo da Costa Andrade que na conferência em sessão especial realizada em Sociedade da Geografia de Lisboa em 10 de Janeiro de 1913, defendeu também um regime para Cabo Verde semelhante à Madeira, dado a particularidade de Cabo Verde em relação às outras colónias portuguesas. Defendia ainda uma *«descentralização administrativa com ‘conselho de governo actual’ a ser substituído por um*

¹¹ Nova História da Expansão Portuguesa – O Império Africano, (1890-1930), coord. de A H de Oliveira Marques, p. 113

¹² Mesquitela Lima, apud. João Nobre de Oliveira, 1998, pp. 395-396

¹³ BRITO-SEMEDO, Manuel. A construção da identidade nacional, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, Praia, 2006, pp. 218 - 219. Os dois ministros de Marinha e Ultramar, Marquês Sá de Bandeira e o almirante Ferreira do Amaral, defendiam para Cabo Verde um estatuto equiparado a Açores e Madeira

‘junta geral da província com funções deliberativas’ presidida pelo governador e representante das câmaras municipais e das principais actividades.»¹⁴

Os intelectuais cabo-verdianos sem deixar de reconhecer e elogiar o nobre ato civilizador dos portugueses, chamavam atenção às autoridades coloniais pela necessidade de integrar Cabo Verde na categoria de ilha adjacências. Afirmavam que pelo avanço civilizacional e pelo patriotismo e lealdade do povo cabo-verdiano à pátria portuguesa, por mérito próprio, Cabo Verde já deveria usufruir desta almejada categoria. Esta exigência continuou até véspera da independência sem qualquer sucesso. A recusa de adjacência ao arquipélago levou a insatisfação que em situação extrema, alguns, muito pouco, intelectuais cogitaram a possibilidade da independência. O maior defensor, ‘sonhador’ desta posição, pertencente à geração de Eugénio Tavares, foi sem dúvida, José Lopes. Demonstrando, claramente, o seu espírito nativista, o seu amor imensurável às ilhas, defende os direitos dos filhos da terra e uma autonomia para as ilhas, chegando mesmo a falar na independência das mesmas¹⁵. Outro grande escritor inconformista da época era sem dúvida Pedro Cardoso.

Nutrindo uma certa simpatia comunista, que se pode confirmar através das expressões utilizadas nas suas escritas, como luta de classe, o proletariado, mas sobretudo, na sua defesa pela igualdade social entre as classes e diminuição da diferença entre os ricos e pobres. Num artigo um pouco exaltado, convida ‘os proletários’ a unir-se. Participou na criação de várias associações através da mobilização do operariado, destacando, a Associação Operária 1º de Dezembro, fundada em Dezembro de 1913.¹⁶ Faz apelo nos seus poemas a mais liberdade e justiça, chegando mesmo a criar uma certa esperança no seio dos operários que a exploração dos mesmos está caminhar para o fim. A sua exigência de justiça e liberdade está bem patente neste poema.

«As colónias já não querem portarias

e infames leis draconianas.

¹⁴OLIVEIRA, João Nobre. A Imprensa Cabo-verdiana (1800-1975), Macau, Fundação Macau, Direcção de Serviços de Educação e Juventude, 1998, p.241. (...) Os historiadores cabo-verdianos, de finais do séc. XIX e início do séc. XX, com referência a Cristiano Cenas Barcelos, (1854 – 1915), considerado o fundador da historiografia colonial cabo-verdiana, ligeiramente mais velho que os pré-claridosos, (Eugénio Tavares, Pedro Cardoso, José Lopes, (...)) chamavam atenção aos portugueses pela «acção importante dos cabo-verdianos ao lado dos portugueses e não «debaixo» que Cabo Verde representa o êxito da acção civilizadora de Portugal e que Cabo Verde era tão português como Minho e que já dera prova mais do que suficiente do seu patriotismo pelo que merecia outra consideração por parte da mãe pátria».

¹⁵ CENTEIO, Ivone, pp.67 e 68

¹⁶ Folclore cabo-verdiano – Pedro Cardoso, Introdução Luiz Silva, prefácio de Alfredo Margarido – Solidariedade cabo-verdiana, Paris, 1983, pp. LIV e LV

Desejam menos razias

e que entre a luz nas cabanas:

Mais justiças e liberdade:

e, nos que as vêm governar,

mais ciência e probidade.»¹⁷

Contudo é de salientar que muito antes deste período, já havia alguns, que mesmo, de forma inconsistente e sem fundamento coerente, defendiam a independência de Cabo Verde em relação a Portugal e sua integração ao Brasil. Isso ocorreu em 1822, com a independência deste país. A manifestação à independência ocorria sempre em situação de aperto, injúria extrema, desespero em que registava maior exaltação do nacionalismo. Uma situação que levou tal posicionamento de alguns intelectuais foi a intenção de Portugal de vender algumas colónias.

A recusa do regime de adjacência a Cabo Verde provocou uma profunda revolta no seio da camada letrada cabo-verdiana que interpretou isso como discriminação da metrópole. Mas pergunta-se o que é que os cabo-verdianos pretendiam, esperavam ou ganhavam com tal estatuto? No nosso entender, este estatuto permitiria maior liberdade, mesmo a nível político e igualdade de direitos entre os cabo-verdianos e os portugueses metropolitanos, cumprindo assim, o ‘lema da República’- igualdade e liberdade para todos; reforço do orçamento para a província de Cabo Verde, minimizando a difícil situação do arquipélago; maior atenção do governo da metrópole, amenizando o ostracismo existente ao longo do período colonial; maior participação dos cabo-verdianos na governação e tomada das decisões referentes à província de Cabo Verde; usufruir de cuidado especial, particular do governo colonial o que diferencia a população cabo-verdiana das outras das colónias, permitindo aos cabo-verdianos assumir a sua posição de destaque face às populações colonizadas pelos portugueses, sobretudo, no continente africano. Para muitos cabo-verdianos esta seria também uma forma de compensar, o que alegavam ser o forte amor à pátria portuguesa, diferente do que as outras colónias sentiam para com Portugal.

De vários descontentamentos, talvez, seja pertinente, fazer referência a um que veio do período anterior que é a proposta de venda das colónias defendida, de entre outros, por José Ferreira d’Almeida, deputado e, posteriormente, Ministro da Marinha e Ultramar. Vender

¹⁷ Apud, MONIZ, Elias Alfama Vaz, 2009, pp. 120-121

colónias não era coisa estranha nos finais do séc. XIX, pois, havia trocas e vendas entre países como Dinamarca, Inglaterra, América Rússia, França, Japão, etc. Para Cabo Verde, era sim novidade¹⁸.

As colónias que constavam na lista para a venda eram: Timor, Macau, Índia, Moçambique, São João Baptista de Ajudá e Guiné. Cabo Verde não fazia parte desta lista mas temia que no futuro, pela sua posição geográfica e importância do porto grande de São Vicente, o país venha fazer parte da lista. É verdade que, praticamente, não se falava desse problema na República. Porém, os cabo-verdianos não esqueceram dessa humilhante provocação e temiam que com a instabilidade do novo regime tal situação pudesse de novo reaparecer.

A venda das colónias constituía vexame para os colonos e ainda mais para os colonizados que sentiam humilhados, na medida que eram vendidos juntamente com os espaços, equiparando-os aos objetos, produtos, em véspera do séc. XX. Durante muito tempo, os negros foram coisificados, vendidos como quaisquer outros animais. Isto ocorreu durante a época de escravatura, mas esta terminou de facto, de acordo com referência anterior, em 1878, com a sua abolição por Portugal, última potência colonial a fazê-la. Para grande parte da população das colónias esta atitude era incompatível com o seu amor pátrio. Para cabo-verdianos em particular, isto mexia com o orgulho da sua pertença cidadania portuguesa. Essa tentativa, que, felizmente, não concretizara foi duramente repudiada por alguns intelectuais, sobretudo por, L. Loff Vasconcellos e Eugénio Tavares que ficou bem claro nas afirmações do segundo, na Revista de Cabo Verde, em 1899: *«Queremos, pois, ser portugueses, queremos as mesmas regalias, os mesmos respetos as mesmas atenções governativas. Porém, o que não queremos é ser vendidos»*, *«Nós os africanos somos filhos da mãe-pátria. Filhos mais ou menos desprezados, é verdade, em todo o caso. Não descendemos tanto dos degredados que para cá vinham acossados pela vara de justiça, então mais falível ainda que hoje, - dos valentes que ousaram arrostar mares e climas; o sangue dos cobardes é que evidentemente não nos gira nas veias; porque esses tais não havia força que os arrancasse do borralho das lareiras.»*¹⁹ Os cabo-verdianos criticavam porque os portugueses não vendiam Algarve ou outro espaço de Portugal continental. A desculpa de que as colónias constituíam despesas não era convincente, o que ocorria era a má gestão das colónias.

¹⁸BRITO-SEMEDO, Manuel. A construção da identidade nacional, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006, p. 221

¹⁹ Idem, p. 222

Eugénio Tavares defendia o nativismo como amor à terra onde nasceu sem deixar de amar a pátria, Portugal, mas sentia o ‘amor mais forte’ à sua ‘terra natal’. Pela sua concordância com o seu compatriota, Corsino Lopes, pode atribuir-lhe este sentimento – «amava Portugal de entre todas as pátrias, amava a ilha Brava de entre todas as outras ilhas de Cabo Verde»²⁰. Para ele há uma relação estreita entre o nativismo e o patriotismo a ponto de os confundir. Numa entrevista sobre o nativismo, publicada no jornal A Voz de Cabo Verde, escreveu - «(...) incontrovertivelmente: nunca saberá amar a sua pátria aquele que não soube ou não pôde amar a sua região, a sua aldeia, o seu home, sua mulher, seus filhos.»²¹

Os descontentamentos dos cabo-verdianos eram imensos, podíamos citar as fomes, a não modernização do porto grande de São Vicente, a não tomada de medidas eficazes e atempadas para impedir que as fomes provocassem vítimas mortais, etc. Os cabo-verdianos, essencialmente, os mais esclarecidos, que estavam em melhores condições de defender os interesses e direitos da população cabo-verdiana, não deixaram de coibir, por amor à mãe pátria, dessa responsabilidade. Os intelectuais cabo-verdianos da época, na maioria, assumiram como nativistas. Nativismo, no campo antropológico, de uma forma simples, pode ser entendido como tentativa de procurar valorizar a cultura de um lugar em oposição à imposição de uma cultura externa, em geral dominante. O nativismo surgiu como forma de repudiar o tratamento desumano em que os africanos eram submetidos por parte dos europeus. Nesta ordem de ideias, a elite letrada, praticamente, na sua totalidade, era nativista porque assumira o seu quinhão cultural africano, defendendo-o e valorizando-o. Posicionaram contra a imposição da cultura europeia que levou a desculturação do homem africano. Pedro Monteiro Cardoso foi dos que mais assumiu a sua africanidade. «*Pedro Cardoso, um dos principais representantes do nativismo cabo-verdiano, dedicou-se em pleno à divulgação dos valores culturais autóctones e à reavaliação das culturas popular e escolar. Engajando-se no resgate da alteridade cultural antes obliterada ou negada pela política assimilacionista, ele tece severas críticas contra o esforço eurocêntrico de estigmatização e destruição culturais ou de imposição de uma radical descontinuidade entre os componentes populares e escolar da cultura.*»²². O nativismo é algo inerente à História dos povos colonizados que geralmente aspiram a autonomia, se não mesmo, a independência, manifestando, por vezes de forma

²⁰ ANDRADE, Mário Pinto de – Origens do Nacionalismo Africano, Continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961, Publicações Dom Quixote, Lisboa, p.111

²¹ Idem, p.111

²² FERNANDES, Gabriel – A diluição da África. Uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama (pós)colonial, Florianópolis, editora da UFSC, 2002, p. 74

violenta. Também, em Cabo Verde, os nativistas desejavam a autonomia, mas muito raramente, a independência, pois, para muitos, era difícil Cabo Verde caminhar pelos seus próprios pés, separado de Portugal. *«pensar na independência de Cabo Verde por agora, para já, seria fraqueza do meu raciocínio»*.²³. Partindo do pressuposto antropológico, dando primazia à cultura, podemos dizer que o nativismo já existia, em Cabo Verde, muito antes do início do século XX, pois, os cabo-verdianos desde cedo resistiram a imposição cultural europeia, desejando sempre a liberdade, principalmente cultural. Alguns escritores como Pedro cardos, José Lopes, Felisberto Vieira Lopes e mais tarde de forma mais vincada com a geração de Amílcar Cabral, assumiam como nativista, valorizavam e defendiam a afirmação e dignificação das manifestações culturais africanas e do próprio homem africano.

No arquipélago, o desejo de saciar a fome da liberdade e o descontentamento face à hostilidade colonial levaram, ao longo dos séculos, ocorrência de várias resistências, com uma certa gravidade, algumas já referida e outras por referir no decorrer deste trabalho. A própria presença de marcas culturais africanas, na cultura cabo-verdiana, é a mais clara prova da resistência cultural dos africanos, ao domínio dos europeus que tentavam a tudo custo, em Cabo Verde, eliminar a cultura africana. De acordo com Onésimo Silveira *«é o nativismo que marca por isso a génese e a evolução da elite crioula, ao longo de cerca de cinco séculos da história das ilhas.»*²⁴. Para o autor em referência, o nativismo pode ser analisado como expressão de um pensamento político cabo-verdiano. Ainda, na sua opinião, o nativismo não se esgota na terceira década do século vinte, pelo contrário, ele analisa o mesmo como *‘expressão de um pensamento político cabo-verdiano, desde a formação da nação, no século XVII, até à conquista da independência, em 1975. O nativismo é um pensamento nobre que dá sustentação político-filosófica a quatrocentos anos de história.’*²⁵

O nativismo não era incompatível com o amor à pátria portuguesa. Os cabo-verdianos assumindo como nativistas não queria dizer que deixavam de ser portugueses, de sentirem o amor que tinham para com Portugal de defenderem a metrópole, de serem solidários com os portugueses. O que os nativistas cabo-verdianos queriam era, simplesmente, maior consideração, respeito, mais atenção do governo central para com os problemas de Cabo Verde, igualdade de direitos e oportunidade entre os portugueses da metrópole e os cabo-verdianos, isto é de serem cidadãos portugueses, não só na lei, mas também na prática, (...).

²³ A. Corsino Lopes, apud Manuel Brito-Semedo, 2006, p. 256

²⁴ Onésimo Silveira – O Nativismo cabo-verdiano: O caso Amílcar Cabral, in Cabral no cruzamento de época, Praia, Editora Alfa Comunicações, 2005, p.306

²⁵ Idem, p.320

Os nativistas queriam ser portugueses sim, mas sem deixarem de ser cabo-verdianos. Como disse o Senador Vera-Cruz *'podiam ser portugueses, mas acima de tudo caboverdianos'*.²⁶ Contudo, os portugueses, tanto os que viviam em Cabo Verde, como os que viviam em Portugal, deram o nativismo uma interpretação errada. Tornaram-no numa questão r cica, assumindo como movimento racista contra os portugueses e o objetivo de Portugal de continuar como império, detentor de colónias. *«Na linguagem dos governantes, o nativismo designava a manifesta o do espírito sedicioso, do separatismo e do racismo anti-branco»*²⁷ Argumentavam que os nativistas cabo-verdianos tinham por finalidade a independência, separar Cabo Verde de Portugal. Sérgio Neto deixa transparecer isto mesmo. *«De toda a maneira, nesta época, nativismo encerrava uma acep o pejorativa, pouco mais significando do que separatismo e até racismo para com os portugueses residentes no arquipélago, o que a imprensa cabo-verdiana de tempos a tempos, desmentia.»*.²⁸

Ainda, em rela o ao nativismo, Pedro Cardoso, um assumido nativista, amigo e colega de pena de Eugénio Tavares, em resposta a um artigo, publicado no jornal O Progresso, em que se afirmava *«o preto não possuía nem originalidade, nem espontaneidade, nem inteligência, nem cultura suficientes para sair, sozinho do labirinto em que a nossa civiliza o o lançou»*, o autor em referência foi perentório, dizendo *«(...) o sentimento nativista existiu, existe e existirá sempre em Cabo Verde como na Madeira e nos Açores, enquanto houver cabo-verdiano digno desse nome, enquanto as desigualdades, as injustiças e os preconceitos legalizados não forem abolidos, arretando o seu completo desaparecimento das rela oes sociais.»*²⁹ Neste sentido, o nativismo pode ser encarado como defesa de liberdade, igualdade e justiça rejeitadas aos cabo-verdianos em compara o com a popula o da metrópole.

O nacionalismo, de uma forma clara e objetiva, não se manifestava nessa gera o da década de 1920. Como referimos anteriormente, eles não defendiam afirma o da na o cabo-verdiana separada da na o portuguesa, isto  , excluindo aos cabo-verdianos o direito de serem também cidadãos portugueses. O nacionalismo, na sua forma vincada, em que defendia a rutura com a na o portuguesa, propondo como o objetivo a independência, s  aparecerá após a segunda guerra mundial, com gera o de Amílcar Cabral.

²⁶ Vera-Cruz, apud Leão Lopes, 2011, p.81

²⁷ ANDRADE, Mário Pinto de, op. cit, p.111

²⁸ NETO, Sérgio – Col nia Mártir – Col nia Modelo, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 86

²⁹ ANDRADE, Mário Pinto de, op. cit, p. 112

1.1.2 Perseguição, prisão e julgamento de Eugénio Tavares

A ação da República, encarada por muitos como perseguição, a um dos mais ilustres e importantes filhos de Cabo Verde na época, mas também um dos maiores defensores do novo regime – Eugénio Tavares, não foi, no nosso entender, a estratégia mais acertada.

Eugénio de Paula Tavares, Filho de um português de Santarém, Francisco de Paula Tavares e de uma cabo-verdiana, natural da ilha do Fogo, de ascendência espanhola, Eugénia Roiz Nazolini Tavares, nasceu na vila de Nova Sintra, ilha Brava, em 18 de Outubro de 1867, vila donde morreu 1 de junho de 1930. Perdeu a sua mãe durante o seu nascimento e 3 ou 4 anos depois também faleceu o seu pai, lutando contra indígenas insurretos na Guiné portuguesa.

Foi adotado por José Martins de Vera cruz, médico e D. Eugénia da Vera cruz e Vasconcelos, sua madrinha e irmã do seu pai adotivo.³⁰ Autodidata, notabilizou-se em várias áreas: literatura – poesia, prosa, música, jornalismo, política, (...). Mas, em Cabo Verde, ele é mais conhecido como grande poeta, graças aos seus poemas que foram transformados em músicas, sobretudo as mornas, um dos tipos da música tradicional cabo-verdiana, mais apreciada no país.³¹ Este ilustre cabo-verdiano combateu ferozmente a monarquia, passou a ser encarado de opositor do regime republicano, possivelmente pelas suas reivindicações, exigindo melhores condições para a população das ilhas. Ele manifestou-se contra a vigência das leis monárquicas nas colónias em plena República, repudiou veementemente a Carta Orgânica que entrou em vigor em 1915 que fazia a distinção entre civilizados e indígenas, indo contra o lema da República, opunha o envio massivo dos cabo-verdianos como mão-de-obra semi-servil para as roças de São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola, dado que os cabo-verdianos, em comparação com as populações das outras colónias portuguesas da África, eram os que estavam mais próximo dos europeus, a nível da civilização, segundo aceção em que o termo era entendido na época. De todas as críticas a mais forte era em relação à situação das fomes. O retrato das ilhas, principalmente, no que concerne à população, era desolador, contagiante e de forte constrangimento - *«rosto ossudo, olhos profundos, barriga inchada que aparece farta mas farta de não comer, com corpo em que é possível contar todos os ossos aparecido mais um esqueleto que propriamente um corpo humano»*. Neste contexto, nenhum cabo-verdiano, com sensibilidade humana, podia ficar

³⁰ Eugénio Tavares – Viagens Tormentas Cartas Postais. Recolha, Organização e prefácio de Félix Monteiro, IPC Documentos, Praia, 1999, p. 17

³¹ Eugénio Tavares – Poesia – Contos – Teatro, recolha de Félix Monteiro e organização e introdução de Isabel Lobo, Ministério da Cultura e Indústria Criativa e Biblioteca Nacional de Cabo Verde, Praia, 2017, pp. 117 – 138.

indiferente e Eugénio Tavares como patriótico, tanto em relação a Cabo Verde como a Portugal, demonstrava o seu claro descontentamento através das suas escritas nos jornais existentes na época. Perante este facto, os povos das ilhas não tinham razões para serem e sentirem republicanos. «*No plano administrativo, o espírito da república não se apresentou nas ilhas tão progressista como era de esperar. As leis da monarquia continuavam vigentes nas colónias. A lei que introduz alterações à 'lei do indígena' e que continuava a dar enquadramento legal ao trabalho forçado, irrita os republicanos caboverdianos que, após um curto período de benefício da dúvida aos senhores de Lisboa, voltam ao ataque. Não compreendem porque a República insiste em publicar leis monárquicas.*»³² Os caboverdianos almejavam solucionar os problemas do país dentro da nova conjuntura política mas o projeto transformou-se simplesmente numa ilusão. Pensaram que os dirigentes republicanos pudessem mudar a forma da dominação colonial e que a relação entre os colonizadores e os colonizados conhecesse novo progresso no sentido da diminuição da discriminação. «*(...) os intelectuais do arquipélago procuram utilizar o quadro novo da República para encontrar uma solução ainda portuguesa para a gestão do arquipélago.*»³³ Infelizmente não encontraram a solução dentro do novo regime e aqueles que tentavam procurá-la eram perseguidos. Frequentemente, eram publicados em Lisboa, sobretudo no jornal, O Progresso, que em Cabo Verde havia um 'nativismo rubro caracterizado pelo ódio ao branco'.³⁴ Isto levou a perseguição dos nativistas cabo-verdianos quer dentro do país como na metrópole, sendo Eugénio Tavares e Pedro Cardoso os principais vítimas, que para além de nativistas, foram acusados de maçons, tornando também alvos de perseguição da igreja católica.

A década da implantação da República foi um período de criação de várias associações e agremiações africanas quer na metrópole como nas colónias. «*Toda esta época foi fecunda de agremiações africanas ou natureza africana tanto na Metrópole como no Ultramar.*»³⁵ Deparava-se também com formação de partidos pró-africanos em Portugal. Estas ocorrências supracitadas tiveram influência do Pan-africanismo, ideologia/movimento surgido no continente americano, mais concretamente entre o Caribe e os E.U.A., que tinha como principal propósito unir todos os negros e potencializar a voz do continente africano no contexto internacional.

³² LOPES, Leão – Baltasar Lopes, um homem arquipélago de todas as batalhas – Itinerário biográfico até ano 1940, Praia, Ponto e Vírgula Edições, 2011, pp. 124 a 125.

³³ ³³Folclore cabo-verdiano – Pedro Cardoso, Introdução Luiz Silva, prefácio de Alfredo Margarido – Solidariedade cabo-verdiana, Paris, 1983, p. XLV

³⁴ Idem, p. XLVI

³⁵ SANTOS, Eduardo dos – Pan-Africanismo de Ontem e de Hoje, Edição do Autor, Lisboa MCMLXIII, pp. 130-131

Enquadrada nesta conjuntura política, em 1912, surgiu em Lisboa a JDDA, Junta de Defesa dos Direitos de África, da qual derivam alguns partidos, como consequência da sua cisão. «Em 1912 constituiu-se em Lisboa a JDDA, que segundo o art.º 1º dos seus estatutos era uma federação formada por todas as agremiações fundadas na África Portuguesa pelos seus naturais e pelos indivíduos que [aceitassem], [defendessem] os seus fins»³⁶ Em 1919, devido a cisão da JDDA, foi fundada a Liga Africana com estatutos semelhantes aos da Junta, principalmente no que se refere à primeira parte. Dois anos mais tarde, também em Lisboa, fundou-se PNA, Partido Nacional Africano, que era ‘apenas um ajustamento da JDDA. «Fundamentalmente, tratava-se de uma mudança de nome da Junta de Defesa dos direitos de África e actualização dos seus estatutos ao gosto do movimento de Marcus Garvey.»³⁷ Este período ficou marcado pela divisão e dissenso entre os líderes e intelectuais africanos residentes em Portugal e possivelmente nas colónias, entre os apoiantes da Liga Africana que pendiam mais para o movimento/corrente de Dr. Du Bois, o Pan-africanismo, mais moderado e os apoiantes do PNA que convergiam para o movimento/corrente de Marcus Garvey, o Garveyismo, considerado de mais radical e acusado de «cunho messiânico – Marcus Garvey, demagogo místico e exaltado, expoente que se chamaria de ‘sionismo negro’. Teve o grande mérito de criar um sentimento de solidariedade internacional entre os originários de África.»³⁸

Apesar dessa oposição entre Liga Africana e o PNA, não havia uma profunda divergência entre os mesmos, quanto à ideia do Pan-africanismo. Todos pautavam pela defesa da afirmação africana. «Apesar das divergências e do maior radicalismo do Partido Nacional africano, existia uma unanimidade em lutar pela causa africana dentro da nação portuguesa e nunca pela separação de qualquer parcela ultra-marina.»³⁹ Ainda, este consenso em relação à filosofia pan-africana pode ser constatado através - «Não obstante as divergências dos líderes da Liga africana e do Partido Nacional Africano, a ideia pan-africana entre uns e outros era idêntica. Mais comedida e sensata a Liga Africana, mais irreverente e fogoso o Partido Nacional Africano, ambos militaram sempre pela causa africana adentro da Nação Portuguesa. Jamais pugnaram pela separação de alguma parcela ultramarina de Portugal.»⁴⁰

³⁶ Idem, p. 119

³⁷ Idem, p. 124

³⁸ MONTEIRO, Fernando Amaro, investigador convidado do Centro de Estudos Africanos da Universidade Portucalense – Em torno do Pan-Africanismo – Separata do nº 6 da Revista Africana – Universidade Portucalense, Porto, 1990, p. 62

³⁹ Idem, p. 63

⁴⁰ SANTOS, Eduardo, op. cit. p. 126

Provavelmente esta ‘luta’ dos africanos em Portugal em defesa de maior liberdade e autonomia para as colônias africanas, descentralização, igualdade entre europeus e africanos, entre outras exigências, agitava a República não só na metrópole como no ultramar.

Em Cabo Verde, possivelmente ocorria também esta colisão dos intelectuais em torno desses dois movimentos políticos africanos fundados em Portugal, a LA e PNA, que gravitavam a volta do Pan-africanismo e do Garveyismo. Salvo opinião contrária, podemos deduzir que Eugénio Tavares e a maioria dos intelectuais da época, pelos seus comportamentos, considerados por muitos como moderados, não defendendo abertamente a independência do arquipélago, estavam mais do lado da corrente/movimento do Du Bois e da Liga Africana. Os pontos que constavam dos estatutos da Liga, citando apenas os dois primeiros - «1º - Promover o progresso moral e social da raça africana, 2º - defender os direitos e legítimos interesses dos indígenas da África»⁴¹, entusiasmavam os intelectuais cabo-verdianos, pelas razões óbvias sobejamente explicadas neste trabalho.

Eugénio Tavares, pelas suas críticas, exigências, não concordância com os deputados propostos pelo governo às eleições e a manutenção da sua postura moral, não usufruía da simpatia do regime político da época. Pelo seu esforço e exigência forçou o governador Fontoura da Costa a realizar em 1916 a primeira reforma do ensino primário em Cabo Verde.⁴² Ainda de acordo com a sua afirmação - «Fui censurado por não querer abdicar da minha dignidade de homem; fui suspenso por me não ter deixado enxovalhar como funcionário; fui exonerado porque quis conservar a liberdade dos meus direitos civis, votando, numas eleições, contra o deputado proposto pelo governo.»⁴³, pode bem compreender porque era indesejado, hostilizado.

A República, descontente com a ação de Eugénio Tavares, começa uma campanha imoral que visa assassinar ética e politicamente o mesmo. Este é acusado de desfalque entre 1894 e 1900, altura que era recebedor do concelho da ilha Brava, num valor de 18:012\$194. A notícia saiu no Boletim Oficial da Província nº 17 de 27 de Abril de 1912⁴⁴. Mesmo que houvesse tal desfalque poderia resolver problema, legalmente, doutra forma. Ele foi humilhado, com todo o despeito e vexame, denigrando o seu nome e a sua imagem, inclusive

⁴¹ ANDRADE, Pinto de, op. cit., p. 121

⁴² Folclore cabo-verdiano – Pedro Cardoso, Introdução Luiz Silva, prefácio de Alfredo Margarido – Solidariedade cabo-verdiana, Paris, 1983, p. XVIII

⁴³ Eugénio Tavares – Viagens – Tormentas - Cartas Postais, obra citada, p. 98

⁴⁴ OLIVEIRA, João Nobre, op. cit. P. 312

da sua família. Os bens do seu pai adotivo, Dr. José Martins da Vera-Cruz e do seu irmão Benjamim Vera-Cruz foram vendidos em hasta pública pela Fazenda. Tornaram a sua vida num verdadeiro inferno, passando mesmo por purgatório a quando da sua prisão. Para além dele, passaram a atacar os defensores e amigos de Eugénio Tavares e colegas de jornais como foi o caso de Pedro Cardoso, José Lopes e Abílio Macedo, dono do jornal, a *Voz de Cabo Verde* em que o intelectual em causa era colaborador. É de salientar que havia um jornal, o *Futuro* que era contra o visado onde existia um jornalista, A. Xavier da Fonseca que odiava o Eugénio Tavares, publicando artigos hostis contra este.

Toda a perseguição de Eugénio Tavares culminou com a sua prisão em 1914. Na cadeia lutou insistentemente para que a justiça fosse feita e esta foi concretizada em 1921, com a sua absolvição, após o seu julgamento, no mesmo ano, no tribunal judicial da Praia. A população e maioria esmagadora dos letrados cabo-verdianos nunca perdoarão a República contra esta crueldade cometida contra o ilustre filho das ilhas. Isto constituiu um dos motivos que contribuiu para a instabilidade do regime em Cabo Verde e a sua própria decadência.

1.1.3. Os acontecimentos responsáveis pelo insucesso da República em Cabo Verde

Os portugueses e as populações das colónias ávidos das reformas económicas e políticas não tinham paciência de esperar o tempo necessário para implementação dessas reformas. A pressão era grande mas melhoria e progresso eram lentos. A demora em resolver os problemas empurrou o país para agitação social e instabilidade política, manifestadas através de greves dos trabalhadores, reivindicações civis e mesmo tentativa de golpe militar. A república passou por muitas turbulências, abalada por vários acontecimentos que conduziram a sua decadência de forma um pouco tétrica e prematura.

Em Cabo Verde, possivelmente, mais que as outras colónias, ocorreram vários acontecimentos que demonstram a incapacidade de afirmação da República, provocando assim o seu fracasso. O novo regime começou sobre o signo de instabilidade. No decorrer de um ano houve nomeação de quatro governadores. O primeiro governador, Marinho de Campos, pela sua afirmação, já citada, era considerado pelo regime como ‘agitador político’ e instigador da revolta populacional. Esta forma de agir de modo incauto provocou o seu regresso antecipado e forçado como preso, para Portugal. Ainda no mesmo ano, um mês após da proclamação da República, os camponeses da região Ribeirão Manuel, interior de Santiago, acreditando no sofisma do novo regime republicano, revoltaram-se contra os

proprietários da terra, pois, partiram do princípio de que com o novo regime, as terras pertenciam quem as trabalham. Chegaram mesmo a invadir os armazéns de um grande proprietário e apoderaram-se das sementes de purgueira a fim de obterem dinheiro para pagarem rendas⁴⁵.

No início da segunda década do séc. XX, assistimos o nascimento de Associações e Movimentos africanos, praticamente em todas as colónias africanas, incluindo as portuguesas, com objetivos claros de defender e promover os direitos e interesses africanos. Talvez, o mais marcante de todas, fosse o Pan-Africanismo, movimento surgido após a primeira guerra mundial, tendo como principais mentores: Henry Sylvester Williams, William Edward Burghart Du Bois e Marcus Garvey. Os africanos que emigravam para Estados Unidos da América, mas sobretudo, aqueles que emigravam para estudar, em contato com pessoas de diversas ideologias, acabaram por ‘acordar’ em relação aos problemas africanos. Podemos afirmar que houve a reafrikanização do espírito, os valores africanos, o sentimento africano reavivaram-se. O Pan-africanismo que tinha como principal objetivo a união de todos os africanos contra o colonialismo irradiou a sua influência por todos os cantos do continente africano e acabou por ter um papel preponderante no surgimento de várias associações e movimentos no continente desde sindicatos, partidos políticos, associações e movimentos juvenis, etc. Constituíam meios de expressão dos sentimentos anticolonialistas e das reivindicações nacionalistas.⁴⁶ O próprio nativismo cabo-verdiano usufruiu de princípios desse movimento, como se referiu anteriormente. Cabo Verde, pela sua proximidade geográfica, histórica e cultural ao continente africano, facilmente era contagiado pelos acontecimentos ocorridos no continente. Também é importante recordar que os cabo-verdianos, assumindo a sua africanidade, estavam atentos ao que decorria na África, principalmente, quando isso visava a afirmação do homem e cultura africana. Este acontecimento chegou a Cabo Verde e agitou o ambiente sociopolítico. Registou-se a formação do Grupo Republicano Democrático de Cabo Verde, Praia 1912 e a Associação Operária 1º Dezembro, São Vicente, 1913 e Associação de Socorros Mútuos em 1921.

Outro acontecimento marcante, foi sem dúvida, o surgimento da Junta de Defesa dos Direitos de África, fundada em 1912. Mereceu um certo destaque, dados os desideratos que

⁴⁵ BRITO-SEMEDO, Manuel. A construção da identidade nacional, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, Praia, 2006, p. 238

⁴⁶ HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA. VII – África sob dominação colonial, 1880 – 1935. Editor Albert Adu Boahen – Unesco, 2010, pp. 732 -755; 900 - 910.

pretendia alcançar - «*federar todas as províncias da África portuguesa, defender o regime de autonomia das colónias e promover a revogação de todas as leis de excepção em vigor na África portuguesa e a promulgação de outras leis tutelares dos direitos de propriedade dos indígenas*». ⁴⁷ Além disso a Junta defendia na política a liberdade, no campo económico a igualdade e na vertente moral a prática de solidariedade de entre todos os povos sem discriminação de raça ou nacionalidade. Assomar a esses princípios lutava pela igualdade de direitos e deveres dos africanos em relação aos cidadãos da metrópole, propondo candidaturas indígenas para os cargos de deputados e senadores pelos círculos do ultramar. ⁴⁸ Nesta perspectiva, era fácil os cabo-verdianos aderirem à Junta pois tais princípios coincidiam com os defendidos pelos cabo-verdianos, essencialmente, os intelectuais, ainda muito antes do nascimento da JDDA. Apesar de alguns desses objetivos constarem na Constituição de 1911, os mesmos não eram cumpridos pelas autoridades republicanas. É nesta perspectiva que apareciam várias críticas nos órgãos de informação – *Voz d'África* e *Tribuna d'África*, denunciando a miséria, a escravidão, a discriminação entre os brancos e negros e entre os portugueses vindo da metrópole e os nascidos nas colónias, etc. Nos seus vários artigos afirmavam que o regime republicano não trouxe qualquer novidade e que constituía uma ameaça à afirmação dos valores e aspirações africanos, sobretudo, quanto à igualdade e autonomia. Coincidentemente, alguns desses princípios foram defendidos por intelectuais cabo-verdianos nos finais do séc. XIX e continuaram a defendê-los por muito tempo depois da criação desta Junta.

O ano de 1914, ano de início da Primeira Guerra Mundial, prejudicou drasticamente a débil economia cabo-verdiana. O comércio ressentiu-se gravemente desse acontecimento e entrou em declínio porque a Alemanha que era a segunda parceira comercial de Cabo Verde deixou de fazer comércio com as ilhas, sobretudo, com a ilha de São Vicente. O posicionamento de Portugal a favor dos aliados foi o golpe fatal nesse comércio. Registou-se escassez de alguns produtos, por motivo da queda acentuada de importação, e, como óbvio, redução dos impostos arrecadados, principalmente nas alfândegas o que repercutiu também na diminuição do emprego. O conflito supracitado punha em causa de forma geral o reabastecimento do país porque para além dos barcos alemães que deixaram de frequentar o porto grande do Mindelo, os outros da marinha mercante, que faziam parte da esfera dos aliados, chegavam com menor frequência devido ao medo de serem afundados por submarinos alemães. Cabo Verde, um país que vive, ainda hoje, de importações, ficava numa

⁴⁷BRITO-SEMEDO, Manuel, op. cit. p. 205-206

⁴⁸ SANTOS, Daniel dos – Amílcar Cabral- Um outro olhar, Chiado Editora, Lisboa, 2014, pp. 71- 74

situação muito fragilizada. A situação era ainda mais crítica nas ilhas de menor tradição agrícola. Aumentando dificuldades para a população aumentavam a hostilidade para com o regime.

Continuando com os acontecimentos que contribuíram para a falência do regime em Cabo Verde, chegaremos o ano de 1917, ano importante pelo facto de ocorrência da Revolução Russa, algo que marcou e continua a marcar o mundo de forma indelével. É evidente que as ideias socialistas se manifestaram nas revoluções de 1830 e, principalmente, nas Revoluções de 1848, na França mas sem grande repercussão a nível mundial e nas colónias africanas portuguesas. Porém, no nosso entender, a Revolução Socialista de 1917, foi a consolidação do socialismo. Levou ao poder o partido de orientação marxismo-leninista⁴⁹. Em Cabo Verde a Revolução de 1917 foi acolhida com euforia por parte de boa parte dos intelectuais. A ideologia defendida que visa ascensão do proletariado ao poder, satisfazia, plenamente, os ensejos da população cabo-verdiana, cansada de abuso aos proprietários e na exploração desumana de mão-de-obra que provocava o enriquecimento de uma determinada camada social, a minoria, e o empobrecimento da outra camada, a maioria. A nova ideologia conquista um número razoável de simpatizantes a escala mundial e Cabo Verde não foge à regra. Começam a aparecer alguns cabo-verdianos que defendiam o socialismo em conjunto com alguns deportados, posicionando-se contra o regime. A República afastou-se do seu lema e isto marcava profundamente a população, essencialmente, a grande parte da camada letrada. No arquipélago a situação social era muito crítica, com encarecimento de nível de vida o que tornou a condição económica das famílias, de per si, faminta, mais debilitada. As críticas eram constantes por parte da elite intelectual que acusava o regime de ignorar a situação de Cabo Verde, mostrando total desinteresse pelos sofrimentos dos cabo-verdianos.

No concernente ainda ao ano de 1917, em Portugal ocorreu a ‘revolução sidonista’. A nível internacional, o ano foi marcado pela entrada dos Estados Unidos da América na Primeira Guerra Mundial ao lado dos aliados, o que proporcionaria a vitória dos mesmos um ano mais tarde e na retirada da Rússia da guerra, na sequência da Revolução de Outubro.

Em Cabo Verde assistiu-se diminuição acentuada do tráfico marítimo com grave repercussão no comércio e na economia em geral e para arruinar ainda mais a precária realidade cabo-verdiana, os Estados Unidos estabeleceram novas restrições para a emigração

⁴⁹ Ver a propósito António de Sousa Lara. *Ciência Política*, 2004, pp. 198 - 209

(Bennet-Delingham) ⁵⁰. A década vinte do séc. XX não trouxe melhoria, pelo contrário, a primeira metade desta década foi um período conturbado e de constante instabilidade, com corrupção, atentados políticos, agitação social, crise de autoridade, tentativa de revolução e golpe militar e outros por toda a Europa. Portugal não tinha como fugir desta realidade e isto afetava a política colonial e de forma mais gravosa Cabo Verde, a colónia mais frágil do ponto de vista económico.

O período em questão começou muito mal para Cabo Verde. Deparou-se com a ‘crise alimentícia’ de 1920-23 com grave consequência demográfica. «*Fome de 1921-1922 causadora de cerca de 27.400 mortes, correspondentes a 17 por cento da população recenseada em 1920 (159700)*»⁵¹ O governo colonial não tomava medidas atempadas e eficazes para debelar a fome que constituía um problema estrutural. Por ser estrutural, as medidas para o combater deveriam ser também estruturais. Podia criar um fundo com exclusiva finalidade para socorrer a população em situação de catástrofes naturais, tanto em situação de faltas de chuvas que provocavam vítimas mortais, como em situação de chuvas torrenciais que provocavam destruições de vias de comunicação, habitações, campo de cultivo, etc.. Com mínima perspicácia administrativa podia evitar grande perda humana. É de salientar que 1924 criou-se um fundo de reserva especial para acudir as futuras crises alimentícias que saíria do orçamento geral da província.⁵² Ainda desde Dezembro de 1920 até ao fim de Dezembro de 1923 começou um programa de arrecadação de receitas para minimizar a crise e que rendeu em 263.390\$95, sem contar com subsídio do governo central.⁵³ Porém, estas medidas não surtiram efeitos, não evitaram um número elevado de mortos que continuou a ocorrer posteriormente, possivelmente, devido a decisão tardia e sem continuidade, mas também, devido a ineficácia da sua aplicação. O telegrama de César Augusto de Sá Nogueira, advogado e antigo diretor dos jornais *O Progresso* e *O Caboverdeano*, mostra claramente a situação que se vivia no início da década de vinte em Cabo Verde. -«*População-Ilha-Santiago-extingue-se-pela-fome.-Média-mortalidade-diaria-Praia-trinta-interior-acima-cincoenta.-Pelos-caminhos-campos-cadáveres-insepultos-servem-pasto-cães-corvos.-Mães-falta-gente-conduzem-braços-filhos-mortos-cemitério.-*

⁵⁰ CARREIRA, António. Migrações nas Ilhas de Cabo Verde, Praia, Instituto cabo-verdiano do Livro, 1983, p. 91. Em 1917, E. U. A. Proibiram a entrada de analfabetos neste país. Face a esta medida o governo colonial apelou aos cabo-verdianos a estudarem no sentido de continuarem a emigrarem para os E. U. A.

⁵¹ Idem, p. 99

⁵² BO n° 11 de 15 de Março de 1924, p. 85 – Arquivo Histórico Nacional

⁵³ BO – Suplemento ao n° 45 de 12 de Dezembro de 1924 – Arquivo Histórico Nacional

Precisam-se providências prontas-energicas-violentas-para-salvar-resto-população-aliás-nada-escapará-nem-honra-até -casos-antropofagia-há.»⁵⁴

Mesmo perante tal realidade dolorosa, houve aumento exagerado de impostos sobre álcool, aguardente, de emolumentos aos despachantes, de taxa de licença comercial e fabrico de pão e bolo, aumento em mais de 200% as taxas de impostos por cada quilograma de carne verde ou salgada, aumento de taxa de serviços notariais, aumento de taxa de covato, imposto de pastagem, circulação e vendas de animais entre as ilhas, aumento de taxa sobre documentos escritos, qualquer tipo de escrita, entre outros.⁵⁵ Praticamente, houve aumento de imposto sobre tudo que era possível. Tudo isto contribuiu para agravar a situação económica, aumentar a inflação e dificultar ainda mais a precária condição económica da população mais carenciada.

Nesse período em análise, a nível económico, ocorreu a publicação da ‘lei das quotas’ pelos Estados Unidos da América, acontecimento que teve grande prejuízo para a população cabo-verdiana⁵⁶. A emigração para os E. U. A. tinha grande importância para os cabo-verdianos, pois, a mesma era um dos fatores de desanuiamento da crise e mortes provocadas pelas sucessivas fomes. Permitia remessa de dólares mas também encomenda em géneros alimentícios e vestuários que faziam muita falta em Cabo Verde. Além desta vantagem, a emigração era um meio de contacto com a nova ideologia anticolonial, adquirindo nova forma de combater o regime colonial, bem como, oportunidade de progredir intelectualmente.

Embora o nosso trabalho se centre mais nas questões políticas mas como o económico arrasta sempre o político, torna-se difícil prescindir dos aspetos económicos. Neste sentido, fazendo uma comparação de contas e balancetes diversos do último trimestre de 1923 e o 4º trimestre de 1924 se conclui que as despesas e receitas passaram de 699.606\$638 em 1923 para 1.074.492\$72 em 1924, praticamente duplicaram.⁵⁷ Paradoxalmente, as despesas coincidem com as receitas, não sabendo as razões, se é por tentativa de compatibilizar as duas rubricas. Em conformidade com (Leão Lopes, 2011, p.150) «*as ilhas conheceram um período de certo desenvolvimento económico, reflexo de uma conjuntura favorável que se verificou após a 1ª Guerra Mundial até o início da grande depressão económica capitalista*» (1929 –

⁵⁴ BRITO-SEMEDO, Manuel. A construção da identidade nacional, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, Praia, 2006, p. 225

⁵⁵ BO nº 25 de 21 de Junho de 1924, pp. 204-205 - Arquivo Histórico Nacional

⁵⁶ FILHO, João, Lopes. A ilha de São Nicolau Cabo Verde – Formação da Sociedade e mudança Cultural, Lisboa, Editorial do Ministério da Educação, 1996, p.249.

⁵⁷ BO nº 16 de 19 de Abril de 1924, p.129 e BO nº 30 de 25 de junho de 1925, p. 222.

1930). No entanto, mesmo com esses sinais positivos que podem indiciar uma certa retoma económica, o certo é que a crise entre 1921 a 1924 provocou mais de vinte e sete mil mortos.

No plano político, em Cabo Verde, assistiu-se neste período, aderência de alguns intelectuais cabo-verdianos como o caso de Drs. Martinho Nobre de Melo, Mário Ferro, o senador Augusto Vera-Cruz, entre outros ao Partido Nacional Africano, fundado no ano de 1921. Regista-se uma maior defesa dos direitos dos negros africanos e as exigências de maior liberdade para os cabo-verdianos com iguais direitos em comparação aos portugueses da metrópole continuaram. Há reforço do nativismo, este amor à pátria regional. O sonho de adjacência estava ainda viva e a luta continuava.

O maior problema de Cabo Verde residia na atuação do governo colonial e dos governadores regionais e na falta de sensibilidade destes para com os problemas do arquipélago. Cabo Verde, pela sua pequena dimensão territorial e demográfica, podia criar a ilusão que era fácil a sua administração mas era uma ideia errónea dado a sua condição arquipelágica e, principalmente, a sua debilidade económica. A administração exigia uma certa astúcia, coisa que os governadores, em geral, não tinham. Os governadores, com exceção, do Dr. Júlio Henriques de Abreu que era juiz, eram militares. Não tinham experiências administrativas e a província de Cabo Verde servia de lugar de estágios. Esta atitude da metrópole em agradar os militares como forma de evitar possíveis revoltas militares nas colónias tornou-se nociva para as ilhas, com resultado nefasto e mesmo doloroso para a população. É de referir que esses governadores, oficiais do exército, para além do ordenado, usufruíam de várias regalias traduzidas em soldo, subvenção, gratificação e mesmo gratificação atribuída pela Câmara Municipal. Esta benesse era incompatível com a situação económica lastimável dos cabo-verdianos. As ocorrências registadas em Cabo Verde, quer de ordem endógena quer de ordem exógena, aceleraram a crise e a própria falência da República em Cabo Verde. Todos estes acontecimentos levam-nos a concluir que no início da década vinte do séc. XX a República entra em estado de agonia, se não mesmo, vegetativo, que vai culminar com a sua morte provocada pelo golpe militar de 28 de Maio de 1926.

1.2. O período da Ditadura Militar em Cabo Verde

A ditadura militar implantada a partir do golpe militar de 28 de Maio de 1926 foi uma grande machadada dada na aspiração cabo-verdiana de conseguir maior liberdade. A luta tenaz travada durante a República com este propósito parece chegar ao fim de uma forma

inglória. Começa este período de indefinição, sem pragmatismo e orientação clara para Portugal e como tal obscuro e de incerteza para os cabo-verdianos.

A restrição da liberdade começou-se a sentir com a diminuição dos prelos em Cabo Verde.⁵⁸ «*Este é um período de recessão da imprensa periódica em Cabo Verde devido às limitações de liberdade de expressão imposta pela lei de João Belo.*» Foram editados neste período apenas três jornais. Registou-se uma redução significativa, se tivermos em conta que durante a República circulavam dezassete jornais em várias ilhas: São Nicolau, Fogo, Brava, para além de Praia e Mindelo, onde registavam publicação de maior número dos periódicos. Na vigência deste novo regime, os três jornais confinavam à Praia, *Hespérides*, único número e São Vicente, *Notícias de Cabo Verde* com uma certa longevidade (1931 – 1962) e *Alma Arsinária*, 1932 número único.

Em Outubro foi publicado o diploma regulador de liberdade de imprensa. No artigo 4º deste diploma dizia ‘*a imprensa periódica terá um director, que deve ser cidadão português no gozo dos seus direitos civis e políticos, livre de culpa, habilitado com curso superior ou especial, e domiciliado na comarca onde a publicação se fizer.*’ Isto constituía uma clara violação de direito daqueles que possuíam condições económicas e intelectuais, mas por uma ou outra razão não detinham o estatuto de cidadão português. Coloca restrições ao indivíduo que tem condição económica de criar o seu jornal mas por não ter o curso superior ou especial não pode ser diretor do mesmo. Isto é bastante constrangedor porque havia falta de pessoas com curso superior mesmo na metrópole, pois, a taxa de escolarização superior era baixa a nível geral. É de salientar que esta é apenas uma das várias restrições, como demonstra o (BO nº 43 de 23 de Outubro de 1926, pp. 401 e seguintes – Biblioteca Nacional de Cabo Verde)

O campo de atuação dos cabo-verdianos começa a estreitar-se. Os que em República demonstravam o descontentamento quanto à liberdade, desinteresse do governo colonial para com os problemas de Cabo Verde, a má vontade política da metrópole em conceder os filhos da terra os mesmos direitos que os portugueses que vinham de Portugal, entre outros, sentem grande frustração. É o início da dura e longa marcha da população das ilhas em busca da tão ansiosa liberdade que só termina em 1975 com a independência do país.

Em 1926, João Belo assumiu a pasta de ministro das colónias e logo de imediato começou a tomar medidas no sentido de suprimir a autonomia administrativa e financeira das

⁵⁸ BRITO-SEMEDO, Manuel. A constituição da Identidade Nacional, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006, p.170

colónias.⁵⁹ As bases orgânicas de administração das colónias tinham por objetivo suprimir a descentralização, primando pela centralização, baseada no nacionalismo estreme, (um nacionalismo rígido) como o próprio ministro reconheceu. O governante afirmou que tal política tinha por objetivo promover a mais estreita relação entre o ministério e os governos coloniais, entre os interesses da metrópole e o das colónias. Isto era um forte empecilho para o ensejo dos cabo-verdianos que almejavam uma autonomia alargada. O interesse da metrópole estava acima do interesse das colónias e Cabo Verde, pela sua fragilidade económica, é o maior lesado desta política cínica. Mesmo apesar do ambiente desfavorável para a ambição cabo-verdiana, a luta continuou. A questão de adjacência não é esquecida por intelectuais cabo-verdianos. De entre estes é importante realçar, o ilustre homem da letra, Baltasar Lopes da Silva que achava que fazia todo o sentido debater o problema de adjacência. Ele, ainda jovem, em 1927, após uma análise profunda sobre a situação do povo e da terra, concluiu que fazia todo sentido exigir a tão almejada adjacência para as ilhas. Ele argumenta com o seguinte: «(...) *a primeira condição, a meu ver a que devem obedecer as ilhas adjacentes, é afinidade com a Metrópole, o carácter português da sua população, de sorte que elas documentem, com autenticidade dos resultados adquiridos e incontroversos, a persistência e a eficácia da acção civilizadora da Mãe Pátria.*»⁶⁰ O autor, segundo o nosso entendimento, tem a percepção que a questão de fundo das autoridades coloniais de não decidirem a favor de adjacência está associada a cor da pele dos cabo-verdianos, isto é, a miscigenação do povo de Cabo Verde, numa conjuntura de emergência do fascismo na Europa.

Porém, os cabo-verdianos não estavam sozinhos nesta luta. Havia também alguns escritores portugueses que defendiam Cabo Verde, focando os problemas, a especificidade cultural, o elevado nível académico dos cabo-verdianos em comparação com as outras colónias e mesmo com a metrópole, abordando ainda o estatuto de adjacência que Cabo Verde bem merecia. De entre alguns escritores, talvez, seja pertinente destacar, pelos seus interesses ao arquipélago, Julião Quintinha, Augusto Casimiro e, sobretudo, José Osório de Oliveira. Este realçava o patriotismo do cabo-verdiano, aproximação da cultura cabo-verdiana face à cultura portuguesa, a potencialidade de Cabo Verde relacionado com a sua localização geográfica, a baixa taxa de analfabetismo entre outros. No dizer deste autor, existia em Cabo Verde ‘ *uma população portuguesa, absolutamente portuguesa, tão portuguesa como a das*

⁵⁹ Leonor Correia de Matos in Portugal no Mundo, Dir. por Luís de Albuquerque, Lisboa, publicação Alfa, 1989, p.257

⁶⁰ LOPES, Leão. Baltasar Lopes, um Homem arquipélago de todas as Batalhas – Itinerário biográfico até ano 1940, Praia, Ponto e Vírgula, Edições, 2011, pp.215 a 216

ilhas adjacentes para não dizer como a do continente'. Isto para justificar o estatuto de adjacência para as ilhas. Os intelectuais referidos, além de inventariar os problemas, apontavam também soluções, principalmente quanto a modernização do porto grande de Mindelo, arborização do país e captação da água.⁶¹ Estes escritores usavam também revistas e jornais editados no exterior como, o *Mundo Português*, a *Europa*, *Seara Nova*, entre outros para passarem mensagem sobre Cabo Verde. No entanto, o governo colonial ignorava a situação calamitosa de Cabo Verde, deixando o país, praticamente, abandonado à sua má sorte.

Em 1926, devido à pressão e ameaça de O.I.T. (Organização Internacional do Trabalho), Portugal ratificou a convenção desta organização o que levou João Belo, então ministro das colónias, a publicar o Estatuto Político Civil e Criminal dos Indígenas, seguindo as orientações da organização. *‘ Em primeiro lugar, devem sublinhar-se as movimentações na Sociedade das Nações (SDN) e na Organização Internacional do Trabalho relativas aos problemas de tratamento, nas colónias portuguesas, da chamada mão-de-obra «indígena»*⁶². Este problema de trabalho concernente aos indígenas tratava-se de uma questão polémica que veio da República e que não ficou definitivamente resolvida durante o regime militar. É importante realçar que as outras potências coloniais, mesmo as duas maiores, Inglaterra e França, enfrentavam também este problema. O estatuto não se aplicava a Cabo Verde, pois, o país não tinha indígenas.⁶³ O documento, a primeira, podia não ter qualquer importância para Cabo Verde, mas como proibia, de forma categórica, teoricamente, o trabalho obrigatório para fins particulares e regulava o recrutamento e o contrato de trabalho dos indígenas, tornou-se importante para os cabo-verdianos que emigravam para São Tomé e Príncipe, onde eram tratados estes como indígenas. Apesar da existência da O.I.T. e do trabalho da mesma à escala internacional e de Portugal *‘dever obediência*’ à organização devido à ratificação da convenção desta instituição internacional, em Cabo Verde vivia uma certa desconfiança em relação ao regime, temendo que em qualquer momento se podia tomar decisões que punham em causa os direitos adquiridos. Ainda no âmbito do exercício governativo, o ministro realizou a revisão das Cartas Orgânicas das várias colónias em que Cabo Verde viu a sua Carta Orgânica a ser publicada em 1927 no suplemento nº 2 ao Boletim

⁶¹ Ver a propósito Sérgio Neto, 2009, pp. 122 - 141

⁶² Fernando Martins in *O Imperio Africano*, século XIX e XX, coord. De Vanlertim Alexandre, Lisboa, Edições Colibri, 2000, p. 146

⁶³ Leonor Correia de Matos in *Portugal no Mundo*, Dir. de Luís Albuquerque, Lisboa, Publicação Alfa, 1989, p. 265. Os cabo-verdianos, pelo seu grau civilizacional superior à população das outras colónias, nos termos definidos pela ideologia da época, não eram tratados como indígenas.

Oficial do Governo da Província de Cabo Verde nº2 de 1927 e a promulgação do Estatuto Orgânico das missões, permitindo a/à igreja católica cumprir a sua cabal função.

Continuando com a produção legislativa, o regime militar publica em 1928 o Código do Trabalho dos Indígenas. Mais uma vez, este documento não terá, praticamente, reflexo em Cabo Verde, por razão supracitada, mas podia atenuar certos abusos de alguns patrões em termos de carga horária, muitas vezes exagerada e o salário que não era condigno, se o mesmo for aplicado e seguido nas colónias. O código não se aplicava diretamente em Cabo Verde mas a importância deste documento para o país reveste exatamente nas leis referentes ao recrutamento de mão-de-obra. Muitos cabo-verdianos foram para as colónias africanas-sobretudo Angola, mas, principalmente, para São Tomé e Príncipe, como contratados, emigração muito criticada pelos intelectuais cabo-verdianos. O código garantia alguns direitos, benefícios importantes para os recrutados e contratados, desde extinção do trabalho obrigatório que já vinha consagrado no estatuto dos indígenas de 1926, não exigir trabalho superior aos esforços dos trabalhadores, não submeter as mulheres e crianças trabalhos destinados aos homens, garantir alimentação saudável e alojamento com condição de saneamento aceitável, assegura aos trabalhadores assistência médica em caso de acidente de trabalho, proteção e educação dos filhos e assistência às mulheres durante a gravidez e aleitamento, etc. Na verdade tratava-se de um código de trabalho moderno para a época. Mas é importante realçar que estes direitos eram constantemente violados nas colónias de acolhimento destes contratados devido a falta de fiscalização das normas vigentes de contratação por parte das autoridades locais. Por outro lado, há relatos que nos leva a deduzir que, possivelmente, ocorria suborno destas por parte dos roceiros e conivência e conluio entre os mesmos. *«O eximir-se à jurisdição das autoridades era, por um lado, favorecido pela dependência das finanças públicas dos réditos da exportação e, por outro, prolongada pela pretensão de apagamento ou desvalorização da liça política no arquipélago. Embora menos conseguida em inícios de Novecentos, esta arquitectura política e a relativa impunidade dos roceiros não eram de tudo desvantajosas para os governadores quer nos últimos anos da Monarquia, quer já na República, quando a tensão inoculada pelos ideários se juntaram as dificuldades económicas e os protestos sociais. (...) Fruto da hegemonia dos roceiros, até meados de Novecentos aforaria a espaços a asserção de que os roceiros mandavam nos governadores.»*⁶⁴ Por vezes os próprios roceiros desempenhavam cargos públicos e mesmo,

⁶⁴ NASCIMENTO, Augusto, Poderes e Quotidianos das Roças de São Tomé e Príncipe, Lousã, Tipografia Lousanense, 2002, p.353

em situação mais raro, de juiz municipal.⁶⁵ Esse posicionamento de alta autoridade a favor dos roceiros em prejuízo aos serviços verificava também em Cabo Verde na altura do recrutamento dos mesmos. «*Todavia, na vicissitude da vida nas ilhas e o apego dos Governos a uma política de protecção dos grandes roceiros continuaram a projectar o cabo-verdiano para o 'inferno' das roças, a despeito das chamadas de atenção para os inconvenientes que acarretava para o próprio trabalhador, por pessoas com autoridade profissional para o fazer.*»⁶⁶ A morte de João Belo, em 1928, então ministro das colónias, não trouxe alterações significativas na política colonial. O seu substituto, Barcelar Bebiano limitou simplesmente a aplicação das diretrizes do ministro falecido, sem uma definição clara a seguir de modo que tudo continuou, praticamente, na mesma nas colónias.

O Acto Colonial de 1930, preparado por Salazar, na altura que era ministro interino das colónias, em acumulação com a pasta de finanças, não trouxe benefícios para Cabo Verde. Pelo contrário, o rigoroso controlo sobre os orçamentos coloniais e contração de empréstimos por parte das colónias, que começou logo em 1928, quando Salazar assumiu as finanças, dificulta ainda mais a situação das colónias, em especial, a do arquipélago. A dificuldade acentua-se ainda mais a partir de 1930 em que a crise atinge, diretamente, Portugal e declara, claramente que *'as colónias passam a contar com as suas próprias receitas como fonte quase exclusiva de financiamento, sendo a transferência de verbas do Orçamento Geral do Estado perfeitamente marginal (...).'*⁶⁷ Este Acto Colonial não foi aceite de bom agrado, como era de esperar, pelos opositores. Isto pode ser comprovado no comentário de Bernaldino Machado. *'O Acto Colonial é um arremesso de xenofobia teatral. Salazar, para melhor espoliar das suas regalias nas colónias, centralizando-as, simula querer também coibir a cobiças estranhas que param sobre elas: (...) não há política tão nefasta como das desconfianças e hostilidades sociais. O mundo cada vez se rege menos pela luta e mais pela solidariedade. O estrangeiro deixou de significar inimigo.'*

Para Cabo Verde, tal medida era nociva já que as receitas eram ínfimas. Porém, o governo colonial, insensível à carência cabo-verdiana, desde 1927 tinha estado a arrecadar de forma lesiva para o país, as receitas devidas ao arquipélago, provindas, nomeadamente, das taxas de trânsito dos serviços de cabo submarino. É difícil entender como que um governo face a lastimável, miserável situação cabo-verdiana tem este carácter desumano de tomar e aplicar esta decisão muito lesiva à população. O Acto Colonial previa as colónias como

⁶⁵ Idem, p. 352

⁶⁶ CARREIRA, António, op. cit, p. 229

⁶⁷ Rui Ferreira da Silva in Portugal no Mundo, Dir.de Luís de Albuquerque, Lisboa, Publicação Alfa, 1989, p. 311

fornecedoras de matérias-primas e mercados de escoamento dos produtos portugueses e também faz apelo à uma verdadeira solidariedade económica e moral entre os portugueses da metrópole e das províncias ultramarinas com vista a um alto e superior objetivo de prosperidade comum. Era difícil alcançar este desiderato que traz em si uma certa hipocrisia, visto que o executivo colonial ao criar restrições comerciais das colónias com outros países, subindo impostos e taxas de importação e exportação e tentando obstar o desenvolvimento industrial das colónias não permitia prosperidade das colónias. A solidariedade proferida tornava-se numa miragem porque não era possível alcançar a mesma com a atitude de manter diferença entre portugueses da metrópole e os das colónias e nem é possível compreender esta solidariedade, deixando a população morrer de fome quando tinha condição de a socorrer com pequenos gestos de boa vontade e uma administração mais racional.

A situação económica de Cabo Verde passava por momento de apuro, com claros sinais de preocupação, por parte dos cabo-verdianos. Esta incursão económica, necessária, já que o económico acaba sempre por interferir no político, leva-nos a fazer uma pequena e superficial reflexão económica, o suficiente para tecer algumas considerações.

Logo após o Golpe de Estado militar de 1926 o governo adotou algumas medidas com vista a sanear o problema económico das colónias. «*A tarefa mais urgente que se impôs aos novos governantes de Portugal em 1926 foi a resolução da crise financeira das colónias. Foi concedido um empréstimo de emergência de 125 mil libras a todas as colónias com exceção de Angola, indo a maior parte desta verba para Moçambique e para Macau. (...)*»⁶⁸ Não se sabe a quantia destinada a Cabo Verde, mas pode deduzir-se pelo comportamento do governo colonial que a parte foi das mais pequenas. A medida não resolveu o problema de Cabo Verde até porque no início da década trinta começam as crises de produção com fomes mortíferas. Em 1927, o governo aumentou o salário dos funcionários públicos, reconhecendo que o salário estipulado pelo diploma legislativo provincial de 14 de Maio de 1924 era manifestamente insuficiente.⁶⁹ Este aumento de salário, a nível geral, não teve efeito significativo, pois os funcionários públicos constituíam minoria da população e os que tinham menos necessidades, continuando a grande parte dos habitantes das ilhas a sofrerem carências crónicas de alimentação, de higiene, de saúde, entre outras.

Analisando as receitas e despesas dos municípios entre o ano 1925 e o ano 1926, verificamos que houve uma ligeira diminuição em 1926, passando de 1:574.030\$10, as

⁶⁸ CLARENCE-SIMITH, Gervase. O III Império Português, Lisboa, Editorial Teorema, LDA, 1985, p.153

⁶⁹ Suplemento ao BO n° 16 de 19 de Abril de 1927 – Biblioteca Nacional de Cabo Verde

despesas e receitas coincidem-se, em 1925 para 1:453.080\$51 em 1926. A câmara da Praia, capital de Cabo Verde, foi a câmara onde registou uma descida mais relevante. Em 1927 sobe consideravelmente para 2:083.369\$82 para de novo descer no ano seguinte para 1:776.952\$10 e desce ligeiramente em 1929 para 1:744.384\$93 e no ano seguinte aumenta significativamente, atingindo os 2:225.330\$73.⁷⁰ Sem querer apontar as causas, esta oscilação demonstra, claramente, a instabilidade económica que se vivia em Cabo Verde. Comparando o rendimento das estações aduaneiras de Cabo Verde, também houve redução no ano de 1926 em relação ao ano anterior. Em 1925 o direito sobre a importação foi 867.866\$58, descendo ligeiramente para 857.607\$70, em 1926, o direito sobre a exportação em 1925 foi de 196.091\$46, descendo para 125.977\$27, em 1926. Mas tomando, o óleo combustível como comparação a descida é mais marcante. Em 1925 era de 205.291\$65, desceu para 94.163\$39 em 1926. Mesmo o imposto sobre aguardente desceu de 38.589\$14 para 29.969\$37. Em 1927 a tendência continuou, verificando uma descida muito acentuada no direito sobre a exportação, descendo para 9.820\$63. Em 1929 o direito sobre importação continuou a diminuir e verifica-se o aumento de direito sobre exportação em comparação com o ano 1927, passou para 22.970\$22.⁷¹ Isto demonstra que o comércio dá sinal de recessão o que tem repercussão no emprego, lucro para os comerciantes e mesmo para o governo colonial que perante a redução de receitas tinha que procurar outros meios para satisfazer as necessidades prementes da população, embora, prescindisse da sua responsabilidade para com o povo das ilhas. Esta crise económica será também fator de agitação social, sobretudo em São Vicente. O principal motivo dessa carência económica foi a decadência do Porto Grande do Mindelo que, sem modernização e descida de carga fiscal, não conseguia competir com os portos concorrentes de Las Palmas e Dacar. A redução dos movimentos de navios neste porto foi drástica. *‘Em cinco anos, de 1927 a 1932, a estatística do porto dá conta de um decréscimo de frequência de 1.163 para 320.’*⁷²

A metrópole era sem dúvida a maior parceira comercial de Cabo Verde. Os principais produtos exportados a partir de 1925 eram café, que desceu de 194.237 quilos nesse ano para 25.666 quilos em 1931; peles e coiros que de 61.889 quilos desceu para 24.637 quilos;

⁷⁰ BO nº 45 de 6 de Novembro de 1926, BO de Maio de 1927, p.215, BO nº 14 de 7 de Abril de 1928, p. 158, BO nº18 de 4 de Maio de 1929, p.180, BO nº21 de 24 de Maio de 1930, p.200, BO nº51 de 19 de Dezembro de 1931, p.536 – Biblioteca Nacional de Cabo Verde

⁷¹ BO de Março de 1926, p.115 e BO de 21 de Março de 1927, p.249, BO nº39 de 24 de Setembro de 1927, p.438, BO de 1929, p.467 – Biblioteca Nacional de Cabo Verde

⁷² LOPES, Leão. Baltasar Lopes, um Homem arquipélago de todas as Batalhas – Itinerário biográfico até ano 1940, Praia, Ponto e Vírgula, Edições, 2011, pp.215 - 216

semente de purgueira que de 1.124.218 quilos aumentou para 2.048.808 e semente de rícino que de 53.446 quilos diminuiu para 32.400 quilos. Com exceção de semente de purgueira todos os produtos desceram nesse período entre 1925 a 1931.⁷³ Mais uma vez estamos perante o sinal de abrandamento económico preocupante e que torna esse período conturbado. Outros produtos que entram na exportação cabo-verdiana são aguardente que inclusive se exportava muito antes de 1926 mas que aparece sem dados em alguns momentos, mas que se retoma a partir de 1923, com descida de 171148,55 reis/escudos em 1926 para 7719,00 escudos/reis em 1931 e o sal, outro produto importante, que depois de um certo período sem indicação, aparece a partir de 1928 com registo de uma certa subida. Nesse ano o valor de exportação foi de 138343,50 escudos/reis, passando para 217042,76 no ano seguinte. Em 1929 houve também aumento para 261561,70 e em 1930 assistiu-se uma ligeira descida, passando para 228647,40 escudos/reis. É evidente que Cabo Verde fazia o comércio com outros países e inclusive com as outras colónias portuguesas, não restringindo apenas a estes produtos principais. Contudo, a importação era de longe superior à exportação. Em 1928 a importação era de 62315375,97 reis/escudos enquanto que a exportação situava-se em 2763682,01 escudos/reis. Isto prova que a balança comercial era fortemente deficitária e a forte dependência da colónia ao exterior.⁷⁴ O próprio governo colonial não estimulava a exportação, sobrecarregava a mesma com impostos.

A débil economia cabo-verdiana ressentia rapidamente dos efeitos externos. Em 1929, com a grande depressão, Portugal devido, o seu atraso industrial, a sua economia não dependia do centro da economia mundo, Estados Unidos da América, pelo que não sentiu de imediato, o impacto da grande crise mundial. O mesmo não se passou com Cabo Verde que beneficiava das remessas enviadas pelos emigrantes dos Estados Unidos e da própria emigração cabo-verdiana para este país que, no entretanto, sofreu diminuição considerável devido as restrições impostas pelos norte-americanos bem como a crise que assolava este país. Neste sentido, este período do regime militar foi difícil tanto a nível económico como político. Os cabo-verdianos viram a liberdade a ser restringida e a situação económica a degradar-se gradualmente sem perspectiva de recuperação a curto prazo. Por parte do governo não houve qualquer sinal de mudança de atitude face à angústia da população das ilhas. Aqueles que estavam contra a incapacidade política, económica e social da República em

⁷³ Programa da colónia de Cabo Verde apresentado por Dr. Mário Alfama Ferro, Alexandre de Almeida e Machado de Saldanha, Lisboa, 1956, p.11

⁷⁴ SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. Oliveira (directção), A. H. Oliveira Marques (coord). Nova História da expansão portuguesa – O Império Africano (1890 – 1930), pp. 119 - 123

resolver os problemas das colónias, principalmente os de Cabo Verde, de certeza, desejarão o regresso à República.

2. Salazarismo – período de maior asfixia política dos cabo-verdianos

O Salazarismo, nome dado ao regime político, implantado em Portugal, por António Oliveira Salazar, após a sua ascensão ao poder em 1932, surgiu numa época de emergência do regime totalitário na Europa: o regime fascista italiano de Mussolini, no início da década de 1920, do nazismo de Hitler na Alemanha na década de 1930 e posteriormente, no final desta mesma década, a ditadura de Franco na Espanha, ‘regimes de forte pendor etnocêntrica, imperial e racista.’

O regime instalado por Estado Novo em Portugal aproxima dos regimes acima referidos no que diz respeito a alguns princípios como a defesa de um nacionalismo antiliberal, um autoritarismo antidemocrático e um corporativismo antissocialista. O regime Salazarista era um regime que não aceitava associações, organizações que não fossem controladas pelo próprio partido salazarista. Não admitia partidos a não ser na época de eleição e rejeitava a clara separação dos poderes, tentando exercer o domínio sobre os outros órgãos de soberania nacional, principalmente, sobre os tribunais. Com as sucessivas revisões constitucionais os órgãos de soberania nacional perderam as suas principais funções e poderes a favor do governo, principalmente a favor do presidente do conselho. «*Como sempre defendera Salazar -, à Assembleia passará a caber, na lógica constitucional, uma função essencialmente fiscalizadora e de definição das linhas fundamentais de orientação político-legislativa.*»⁷⁵ No que concerne ao Presidente da República tornou-se mais numa figura simbólica, deixando de ser o árbitro do sistema e ocorreu redução substancial das suas funções em algumas circunstâncias com o seu próprio consentimento. «*(...) Carmona aceita a redução tácita das suas funções a uma magistratura essencialmente representativa e decorativa, a um ‘presidencialismo funcional do presidente do Conselho’.*»⁷⁶

Contudo, havia diferenças marcantes entre a ditadura salazarista e os dois primeiros regimes acima referidos. Ainda que não seja, o nosso objetivo nuclear, diferenciá-los, podemos afirmar que o Salazarismo teve a sua origem militar, pois, foi através da ditadura

⁷⁵ OLIVEIRA, César de, - Nova História de Portuga; Portugal e o Estado Novo (1930-1960), Vol. XII, Coord. Fernando Rosas, Lisboa, Editorial Presença, 1992, p. 115

⁷⁶ MATOSO, José, coord.- História de Portugal – o Estado Novo, Vol. VII, Dir. Fernando Rosas, Lisboa, Editorial Presença, 1998, p.244

militar que Salazar ascendeu ao poder, mas rejeitou contudo a militarização do regime, o poder era exercido, na quase totalidade, por civis. Evitou afirmações totalitárias. «*Ao pretender reforçar o Estado, enjeitando o individualismo liberal, o salazarismo recusou também a sua onnipotência totalitária.*»⁷⁷. Pretendia construir um Estado forte mas estabelecendo como princípios orientadores em que o próprio Estado se devia submeter, embora mais no plano teórico, a moral, o direito dos cidadãos e garantia de liberdades individuais. O controlo sobre a população e as instituições do estado era mais forte, rigoroso no fascismo italiano e nazismo alemão. O poder nestes dois regimes não era limitado. Ainda podia notar que Salazar não era um líder tão carismático como Mussolini e Hitler. A sua popularidade não se comparava a estes dois líderes, nem tão pouco, o regime Salazarista se tratava de um regime de massa equiparado aos dois regimes. Por outro lado, o Salazarismo baseava-se nos princípios religiosos da igreja católica, respeitando os valores religiosos, o que não acontecia com os dois regimes. «*A ditadura fascista tende para um cesarismo pagão, para um estado novo que não conhece limitações de ordem jurídica ou moral, que marcha para o seu fim sem encontrar embaraços nem obstáculos. [...] O Estado Novo português, ao contrário, não pode fugir, nem pensa fugir, a certas limitações de ordem moral que julga indispensável manter, como balizas á sua ação reformadora [...] As nossas leis são menos severas, os nossos costumes menos policiados, mas o Estado, esse, é menos absoluto e não o proclamamos onnipotente.*» (FERRO, Apud, CRUZ, Manuel Braga, 1988: 50).

É evidente que a ditadura Salazarista era menos rígida, provocava menos terror sobre a população e seus opositores, mas tratava-se de um regime bastante coerciva e de índole discriminatória que perseguia todos que não estavam consigo. Foram cometidos os mais duros crimes contra os portugueses na metrópole e depois as tais práticas se expandiram para as colónias. Cabo Verde, então colónia portuguesa, não se escapou a esse ato extremamente repressivo. Muitos cabo-verdianos acabaram por fugir, outros foram transferidos, presos, torturados e exilados, principalmente, a partir do fim da segunda guerra mundial, momento em que começaram a aparecer, de forma mais organizada, movimentos que tinham por objetivo a emancipação política das colónias.

⁷⁷ CRUZ, Manuel Braga, op. cit. p.48

2.1. Os opositores cabo-verdianos do regime Salazarista

A ascensão do Salazar ao poder e a implantação do Estado Novo em Portugal coincidiram com a crise económica em Cabo Verde. A conjuntura económica mundial degradante, deficitária, provocada pela grande depressão de 1929, terá impacto direto na economia cabo-verdiana. A década 30 do século XX iniciou-se muito mal para Cabo Verde. O comércio no arquipélago continuava em decadência acelerada. Não havia escassez de mercadorias mas o fraco poder de compra, e mesmo, em certas circunstâncias, a não existência do mesmo, devido à alta taxa de desemprego, fez com que não houvesse venda dos produtos, o que provocou, gradualmente, o desespero e falência dos comerciantes⁷⁸. As ilhas como Fogo, Brava e São Nicolau em que uma boa parte da população vivia, quase que exclusivamente das remessas monetárias, ouro e outras encomendas dos emigrantes nos Estados Unidos da América, experimentaram terrível carência, devido à redução assinalável dessas remessas, provocada pela alta taxa de desemprego neste país, epicentro da grande depressão de 1929. Estas ilhas, predominantemente agrícola, associadas a Santiago e Santo Antão, passaram por uma crise que conduziu a ruína dos agricultores. Estes não conseguiam vender os seus produtos agrícolas, dificultando a compra dos produtos básicos para a sobrevivência dos mesmos. Santo Antão e São Nicolau que tinham, São Vicente, sobretudo, o porto grande, como principal mercado de escoamento dos seus produtos, entrarão em decadência com a crise acelerada desta maior infraestrutura marítima do país. A população de São Vicente deixou de ter capacidade económica de comprar produtos agrícolas das duas ilhas vizinhas, devido ao aumento de desemprego, justificado em parte, pela diminuição substancial de presença dos barcos no porto do Mindelo. O comércio nos bordos dos navios reduziu drasticamente, provocando grande prejuízos para os agricultores em causa, mas num curto e médio prazo podia provocar escassez de alguns produtos na ilha, em particular e em Cabo Verde em geral. A crise era generalizada e isto passara a ser fator de tensão social nas ilhas com destaque para São Vicente. «*Cabo Verde, atravessava, portanto, uma profunda e grave crise económica devido à situação de decadência do Porto Grande, por falta de medidas atempadas do Governo de Lisboa, agravada pela seca e falta de produção agrícola, o que afectava todos os sectores da sociedade, desde os comerciantes, aos trabalhadores da boca do porto, passando pelos homens do campo*»⁷⁹ Na investigação feita, na década 30 do século

⁷⁸ OLIVEIRA, João Nobre de, op. cit. P. 389. São Vicente é a ilha que mais ressentia a crise, pois, diferentemente das outras ilhas, que estavam acostumados com fomes mortíferas, ela não conhecia crise de grande dimensão.

⁷⁹ BRITO-SEMEDO, op. cit. p. 290

passado, apesar de ocorrências de secas generalizadas nas ilhas, não houve vítimas mortais mas a situação era extremamente constrangedora.

Este era o cenário que se vivia no arquipélago no início da década trinta do século passado. O novo regime instalado em Portugal, nesse período, que vigorava também nas colónias e como tal em Cabo Verde, não mostrava a mínima sensibilidade em resolver a precária situação do povo das ilhas e nem tão pouco em atenuá-la. O governo podia comprar os produtos agrícolas, mesmo que fosse por um preço inferior ao mercado e exportar para as outras colónias, atribuindo assim, uma certa quantia monetária aos agricultores, o que permitia minimizar a dolorosa situação por que passavam os mesmos. Podia, por outro lado, criar um fundo de subsídio para socorrer a população na época de crise, permitindo, deste modo, evitar inúmeras perdas de vidas humanas. O fundo de subsídio podia ser conseguido com uma pequena percentagem da taxa de exportação dos produtos de Cabo Verde ou do imposto que o governo recebia do cabo submarino.

A insuportável situação económica, associada à drástica diminuição dos direitos e liberdade dos cidadãos, inquietava os habitantes das ilhas, principalmente, os intelectuais que sentiam que tinham a responsabilidade de se solidarizar com a população das ilhas, de estar com ela neste período terrível de sofrimento económico e político. Face a tal situação, o confronto era inevitável. A elite letrada tinha que enfrentar o regime Salazarista. A nova realidade exigia desta camada uma certa destreza. Era necessário evitar a confrontação direta dado o caráter repressivo do regime. Nesse período não há espaço para disputa entre a elite letrada local e o poder central e nem para negociação dos direitos e estatutos dos cabo-verdianos. Não se admitia nada que pudesse perigar ou minar o regime.⁸⁰ O ambiente político é diferente da época da República em que havia relativa liberdade para o confronto com os portugueses da metrópole que gozavam de privilégios face aos cabo-verdianos que também eram considerados portugueses. Podiam denunciar os problemas mais críticos de Cabo Verde na imprensa e os senadores cabo-verdianos podiam colocar os problemas das ilhas no parlamento na capital do império.

É evidente, que em qualquer regime político, por mais sólido e humano que seja, suscita sempre opositores. No entanto, a ditadura Salazarista, pela sua natureza antidemocrática, e racista, suscitava uma grande quantidade de opositores. A própria população, praticamente na sua totalidade, funcionava como opositora do sistema político vigente. A situação do arquipélago não era para menos. Não havia liberdade, o povo vivia

⁸⁰ FERNANDES, Gabriel – Em busca da Nação, op. cit. p. 146-147.

num ambiente de medo, sem poder expressar o sofrimento. Ainda mais constrangedor era o problema da fome que dizimava a população, sem ser socorrida pelo governo e no entanto a mesma não podia pronunciar esta palavra.⁸¹ Neste quadro triste e lastimável, provavelmente os próprios funcionários públicos, colaboradores do regime, que não podiam manifestar de forma clara e publicamente, afim de não perderem os seus empregos, não estariam contentes com o regime. No dizer de Gabriel Fernandes, (2002, pp. 78-79) «*com a instauração do Estado Novo houve uma significativa redução do clima de tensão que caracterizava as relações entre os intelectuais e o poder colonial. Isto não significava que os intelectuais cabo-verdianos estavam satisfeitos com o novo regime, pelo contrário, só que o descontentamento não podia ser manifestado como na época da República*». O regime tentava a tudo custo, eliminar, aniquilar todas e quaisquer atividades ou manifestações que podiam mina-lo. A ditadura era radicalmente contra a qualquer tentativa autonomista de modo que, percebendo a nova ideologia, os intelectuais abandonaram o objetivo dos intelectuais da década vinte do século passado, que exigiam maior autonomia e mesmo um estatuto de adjacência, para concentrarem nos fundamentos culturais que afirmam a particularidade da cultura cabo-verdiana e que justificam uma posição justa, compatível com o estatuto de assimilação e grau de civilização equiparado aos cidadãos da metrópole. Concentram-se a atenção na valorização do homem das ilhas e do caracter português do homem cabo-verdiano.

Nesse início da década trinta, período de maior autoritarismo, os intelectuais políticos da Primeira República, acostumados à uma linguagem direta, sem uso de eufemismo, não se adaptando à esta asfixia política, começaram abandonar arena política. Eugénio Tavares, Pedro Cardoso e José Lopes que integravam, o grupo dos cabo-verdianos mais críticos do regime republicano, passaram a ter menos influências políticas nessa época, deixando praticamente de escrever textos de teor político, pelo menos com o mesmo peso do período referido. O primeiro, possivelmente angustiado e muito frustrado com a ditadura militar, morreu em 1930, antes da ascensão de Salazar ao poder.

O período que começa em 1933, com aprovação da Constituição do Estado Novo, marca de forma indelével as Histórias e Culturas das colónias. Abre uma nova época no relacionamento entre as colónias e o poder central, baseado na centralização do poder, na vigia e controlo rigoroso da vida dos cidadãos, limitando ao máximo a sua liberdade e ação

⁸¹ NETO, Sérgio – Colónia Mártir, op. cit. p. 143. Não se podia pronunciar a palavra fome porque tal expressão demonstrava a incompetência do governo. A população tinha que a substituir por fraqueza, debilidade ou outras expressões. Isto deixa bem claro a inexistência de liberdade de expressão e opinião que se vivia em Cabo Verde na época.

política. Em Cabo Verde, vários foram os opositores do regime salazarista mas vamos concentrar a nossa atenção na elite que gravita a volta da fundação da revista *Claridade* que deu lugar ao surgimento do movimento claridoso. Nesse trio, Baltasar Lopes da Silva, Jorge Barbosa e Manuel Lopes, considerados como principais fundadores deste movimento, destacaremos e concentraremos mais a nossa atenção no primeiro por ser aquele que teve maior protagonismo e notabilidade na luta contra o regime instaurado a partir da referida data, mas também, devido à sua preocupação com a degradante situação da vida da população das ilhas, sobretudo a de São Vicente onde vivia.

Baltasar Lopes da Silva nasceu em 1907, São Nicolau, ilha onde foi instalada em 1866 o liceu-seminário, filho de pais são-nicolaenses, viveu pouco tempo nesta ilha. Cedo viajou para a ilha vizinha de São Vicente, onde concluirá os seus estudos secundários no liceu Infante D. Henrique, fundado em 1917.

Prosseguiu os seus estudos a nível superior em Lisboa, fazendo a licenciatura em direito e filologia românica. Em Portugal, praticamente no fim do seu curso, para além da publicação do opusculo, *Cónego Correia, mulher e filhos*, publicou alguns artigos no jornal *A Mocidade Portuguesa* nos primeiros números do ano de 1930.⁸²

Regressou a Cabo Verde em Janeiro de 1931, véspera da ascensão de Salazar ao poder. Mais preparado para dar o seu contributo político em prol da defesa da população das ilhas, logo no ano que chegou, participou numa conferência organizada a favor do jornal *Mocidade Africana* onde deixou patente a defesa do seu regionalismo em que defendia claramente os interesses dos cabo-verdianos e o orgulho de ser cabo-verdiano.⁸³ *‘Se a população portuguesa não prescindia do direito de serem portugueses, a mesma coisa acontecia com a população cabo-verdiana que também não prescindia do direito de serem cabo-verdianos.’* Também, no mesmo ano, colaborou no primeiro número do jornal *a Notícia de Cabo Verde*.⁸⁴ Baltasar Lopes mostrou, logo cedo, a sua indignação com o regime instalado. Tinha consciência que não era fácil enfrentar a ditadura Salazarista mas ficar de braços cruzados e de boca fechada também não eram solução nem alternativa. Era necessário, contudo, evitar confrontação direta. Tinham que ter os intelectuais da época, a sapiência, destreza de ludibriar ou tentar ludibriar o regime, utilizando a parábola, ou a metáfora como forma de subterfúgio.

⁸² LOPES, Leão, op. cit. p. 186

⁸³ SEMEDO-BRITO, Manuel, op. cit. pp. 314-315

⁸⁴ LOPES, Leão, op. cit. p. 183

A elite letrada cabo-verdiana, com o propósito de defender os interesses das ilhas, criou uma associação de carácter político, social e cívico – ‘União Regionalista Cabo-verdiana’. A associação visava, essencialmente o engrandecimento nacional, o estudo dos problemas respeitantes ao progresso material e mental do arquipélago, indicação de soluções, colaborar e intervir na sua política, social e pública e contribuir para o justo equilíbrio dos seus legítimos interesses.⁸⁵ Ainda o seu programa previa interferência de Cabo Verde na designação do seu governador. No entanto, tudo indica que o estatuto da associação não foi aprovado, pois a consulta feita sobre os ‘BOs’ de 1931 a 1939 não houve referência à publicação do mesmo. Pela natureza do regime não é difícil inferir a sua não aprovação. O poder era contra qualquer propaganda política que não fosse a favor do regime e a associação podia não se enquadrar dentro dos parâmetros exigidos pelo regime. Até as reuniões de associações cívicas tinham que ter autorização do governador civil da referida colónia. Esta medida não impediu os intelectuais de continuarem a combater o regime.

A situação constrangedora do país acima referida obrigava os intelectuais à intervenção não só a nível político como também a nível da solidariedade social com a população mais carenciada. É neste contexto, que a A.C.I.A.B. (Associação Comercial Industrial e Agrícola de Barlavento), em 1932 realizou uma importante campanha junto de todos os comerciantes em que comprometeram em pagar uma determinada soma em dinheiro, mensalmente, a fim de acudir os desempregados e famintos da ilha de São Vicente, onde ficava sediada a associação. A mesma decidiu enviar um telegrama ao governo central, à imprensa de Lisboa e a diversas entidades que, em Portugal, se interessavam pelo bem desta colónia.⁸⁶ Nem sempre esta associação era bem vista pelo regime que via a mesma com desconfiança, com uma certa finalidade política e como tal podia provocar manifestação e revolta da população contra o regime. Embora a associação pudesse ter o carácter político, a finalidade era nobre face ao despeito do governo de Lisboa em relação ao sofrimento do povo das ilhas.

Baltasar Lopes, no intuito de dar o seu melhor contributo na defesa de direitos e interesses dos cabo-verdianos, em particular aos são-vicentinos, instou o seu pai a inscrever na AICAB. A partir deste momento tornou-se membro da associação em representação do seu pai que era comerciante. Juntamente com Manuel Velosa, presidente da dita associação e Jonas Whanon, vogal substituto, começaram a ter uma ação interventiva, dado a própria

⁸⁵ SEMEDO-BRITO, op. cit. p. 315

⁸⁶ Idem, p. 292

natureza desta que era considerada como uma força viva. Os três, inconformados com a situação paupérrima da ilha de São Vicente, procuravam forma de fazer a população a manifestar, o seu descontentamento de modo a demonstrar a sua força e capacidade de organização face à negligência excessiva do governo central em relação ao sofrimento do povo cabo-verdiano. Contudo, a população de São Vicente precisava de um líder e Baltasar Lopes com uma certa subtileza conseguiu conduzir a mesma a uma manifestação em 1934 que conhecido como ‘Revolta do capitão Ambrósio’.⁸⁷ Os dois amigos de Baltasar, Manuel Velosa e Jonas Wahnnon estavam por de trás do invento. Este acontecimento pode ser encarado como o primeiro ‘teste de fogo’ enfrentado pelo Estado Novo, em Cabo Verde, logo um ano após a sua implantação. A manifestação popular fugiu do controlo das autoridades e houve a necessidade de decretar o estado de sítio, sendo a cidade entregue ao comando militar, que tomou de imediato a medida de proibir a formação de grupos e circulação de pessoas na cidade sem a necessária autorização das 18 às 5 de manhã. Ela provocou uma vítima mortal e alguns feridos sem gravidade de maior. Para calmar a população e evitar que o ocorrido tomasse contornos mais alarmantes, foi necessária a intervenção de Baltasar Lopes, através de um comício público em que apelou à ponderação e ao regresso à casa.⁸⁸ Isto podia ser interpretado como uma provocação e afronta ao regime. Por outro lado, a manifestação demonstra a coragem dos são-vicentinos, que cremos nós, foi subestimada pelas autoridades centrais e locais. Para a cabecilha foi importante, podendo testar a capacidade e coragem da população para enfrentar o regime. Nos estudos feitos, não conseguimos detetar se as autoridades sabiam da participação de Baltasar Lopes na organização da manifestação. O certo é que o mesmo já estava na mira da PVDE (Polícia de Vigilância e da Defesa do Estado).

Embora, não houvesse em Cabo Verde, este tipo de polícia, a mesma tinha vigilantes encarregados de vigiar alguns indivíduos considerados perigosos para o regime. Procurámos saber da existência e funcionamento da Polícia Secreta nas ilhas, antes da criação do Estado Novo, mas não encontramos qualquer referência. Em 1926, pelo Decreto-lei nº 12.972 de 16 de Dezembro, foi criada a Polícia Secreta de Lisboa e em Agosto do ano seguinte criou-se a mesma no Porto. Esta instituição policial tinha uma certa semelhança à PVDE, principalmente

⁸⁷ LOPES, Leão, op. cit. p. 248. Baltasar desde que chegou a Cabo Verde em 1931, mostrou preocupado com a situação degradante da população da ilha de São Vicente. Esperava o momento certo para agir e a revolta de capitão Ambrósio foi aproveitado como forma de chamar o governo atenção sobre o problema da ilha de São Vicente.

⁸⁸ BRITO-SEMEDO, op. cit. p. 297. Os principais responsáveis da manifestação foram punidos com penas de prisão a cumprirem nas ilhas de Boa Vista e Sal e Nhô Ambrose deportado para Angola. O objetivo era afastar as pessoas com capacidade de liderar ou organizar revoltas, manifestações, pondo em perigo o regime.

quanto ao método. O próprio Baltasar da Silva chegou a conclusão que em Cabo Verde era vigiado pela PVDE, quando em Portugal, na sede dessa polícia em Lisboa, onde queria saber do que passava com a sua nomeação, esclarecida em baixo, foi informado «*que não são abonatórias as apreciações da sua conduta política, tanto por parte de Lisboa como da administração de Cabo Verde que então exercia esse papel de avalista moral e política no arquipélago.*»⁸⁹ Ele acusou o governador de Cabo Verde como o principal responsável por esta má informação. De acordo com a sua afirmação é fácil inferir que havia uma certa divergência entre os dois. «*havia lá o idiota do governador que não me podia ver – nem eu a ele.*»⁹⁰ Este órgão político da Ditadura Salazarista sabia também do carisma de Baltasar Lopes e da consequência que a sua prisão podia trazer. Por isso mesmo, mais tarde, «*esta polícia política de Salazar percebeu e concluiu que tocar em Baltasar era tocar em todos os cabo-verdianos.*»⁹¹ Concluía também que ele já representava uma ameaça à estabilidade social e política na pacata cidade do Mindelo. Em São Vicente, ilha onde vivia, Baltasar era muito respeitado e querido por todos, independentemente da camada ou estrato social. Era o ‘pronto-socorro’ dos mais pobres em que advogava os casos gratuitamente. A sua aceitação e admiração disseminavam por todas as ilhas, uma vez que o liceu onde lecionava, era frequentado por alunos de todo o arquipélago que divulgavam a competência e o caráter altruísta do professor.

A perseguição do referido intelectual continuou. Em Portugal, no percurso dos seus estudos, a nível do doutoramento, foi preterido na colocação como professor, apesar da sua boa nota na prova escrita de admissão ao professor e bom empenho como professor em Cabo Verde. Só conseguiu colocação, após intervenção dos seus amigos, José Osório de Oliveira e Daniel Duarte Silva, para Leiria, lugar para qual não candidatou-se. O objeto era colocar-lhe longe dos centros de maior agitação intelectual, Lisboa, Porto e Coimbra, permitindo deste modo um melhor controlo sobre ele.⁹² Isto levou-lhe a desistir da defesa da tese de doutoramento e de uma futura carreira universitária, regressando a ilha de São Vicente no ano de 1940.⁹³

⁸⁹ LOPES, Leão, op. cit. p. 408

⁹⁰ Idem, p. 408. Mais tarde a PIDE reconhecia que mexer em Baltasar seria mexer com arquipélago todo e que a conjuntura de então não aconselhava tal risco. Isto demonstra que o regime tinha que acomodar com Baltasar até ao seu fim.

⁹¹ Idem, p. 243.

⁹² Idem, p.412. PVDE embora não reconhecesse Baltasar como elemento perigoso, no entanto desconfiava dele e temia pela sua potencialidade política.

⁹³ Idem, pp. 407-413

O regime endureceu a sua política colonial a partir de 1936, com o Decreto-lei nº 26:589, de 14 de Maio de 1936 que expande a lei da imprensa a todas colónias. Foi exatamente aplicação da censura à imprensa nas colónias, limitando a população a liberdade de opinião. No artigo 4º deste decreto-lei diz «*A imprensa periódica terá um director, que deve ser cidadão português no gozo dos seus direitos civis e políticos, livre de culpa, domiciliado na comarca onde a publicação se fizer e habilitado com curso superior*».⁹⁴ Este artigo era discriminatório, pois, primeiro, ninguém podia ser diretor de um jornal, senão um cidadão português, isto obrigava a aquisição de cidadania portuguesa mesmo para aqueles que não a desejava, segundo, a exigência do diretor possuir o curso superior era um grande empecilho à criação de um periódico, devido a alta taxa de analfabetismo nas colónias. As limitações são mais acentuadas nos três parágrafos deste decreto-lei. Citando apenas algumas: a publicação tinha que trazer nome e habilitação do diretor, o nome do proprietário, indicação da sede da administração (...) sob pena de multa e pena de prisão; ninguém pode ser simultaneamente diretor de mais de um periódico. Outro grande obstáculo da criação do jornal era a proibição de funcionário público, civil ou militar em serviço ativo na colónia onde se fizer a publicação de ser diretor de qualquer periódico ou editor.⁹⁵ Esta medida prejudicava bastante o surgimento de periódicos nas colónias porque aqueles que tinham condições para serem diretores destes, eram na maioria funcionários do Estado. Na verdade, reconhecendo a força, o poder dos jornais e outras publicações como órgãos de comunicação social e tendo em conta a política de Salazar em silenciar os opositores, o regime não estava minimamente interessado na expansão destes instrumentos de comunicação nas colónias. Porém, os intelectuais das colónias estavam conscientes do papel dos periódicos e percebiam das razões dos óbices impostos pela ditadura Salazarista quanto a criação dos mesmos no ultramar. Eram as únicas armas de combater o Salazarismo na década trinta do século passado. Meios excelentes de informação da população e formação da consciência nacional, os colonizados tentam, a tudo custo, fundar os jornais apesar de todos os obstáculos impostos pelo regime. Constituem a voz dos oprimidos, expressa por intelectuais. Os periódicos eram, praticamente, os únicos meios desta luta secreta e silenciosa contra o novo regime. A elite letrada cabo-verdiana sabia do perigo que lhe espreitava, por isso era cautelosa na sua escrita. Poucos foram os trabalhos dos cabo-verdianos censurados, mas houve inclusive trabalhos que foram parar ao lume, ainda antes de 1936, como foi o caso de Arquipélago em 1935, do autor Jorge Barbosa.

⁹⁴ Diário do Governo, I Série Número 22 de 27 de Janeiro de 1937.

⁹⁵ Idem, pp. 55-61

O ano de 1936 foi, a nível internacional, conturbado e muito difícil, início do período que vai conduzir o mundo a uma guerra mais devastadora da História da humanidade. Eclodiu-se a guerra civil espanhola que serviu de ensaio para a Segunda Guerra Mundial. Intervieram nessa guerra, apoiando o partido da direita franquista, a Alemanha e a Itália, dois países do Pacto Tripartido, nesse conflito mundial de 1939 - 1945.

Em Portugal, a guerra na vizinha Espanha, também teve repercussão. Para os opositores do regime Salazarista que apostavam na vitória da frente popular, constituía uma esperança, perspetivando uma mudança do regime. Para os partidários da ditadura Salazarista que estavam do lado do partido franquista ao qual apoiavam, a vitória deste constituía uma forma de estabilizar e perpetuar o regime. É importante recordar que os comunistas e socialistas portugueses ajudavam a Frente Popular Espanhola com armas e mesmos com homens que lutavam ao lado das tropas deste partido.⁹⁶ O ano de 1936, era também ano de preocupação com ameaças de Alemanha e Itália sobre as colónias portuguesas na África. A cobiça destes dois países, principalmente, sobre as colónias do sul da África, já vinha dantes. O receio de Portugal aumentava ainda mais com a participação destes dois países na guerra civil espanhola. É importante realçar que o desejo italiano em relação à África ficou patente com a sua conquista de Etiópia, o único país africano não colonizado até então.

Os intelectuais cabo-verdianos acompanhavam atentamente a situação. Antes do início da guerra civil espanhola, em Março de 1936, um grupo de intelectuais cabo-verdianos em que se destacam o trio Baltasar Lopes da Silva, Jorge Vera-Cruz Barbosa e Manuel Lopes, como aqueles que tiveram maior protagonismo, fundaram a revista *Claridade*. Dado o alto custo do depósito, 50 contos, e outras restrições impostas pela censura, no que tange à fundação de um jornal, optaram por criação da revista *Claridade* em que as exigências eram menores. Embora a lei exigisse que a imprensa não periódica tivesse um editor português, há, contudo, uma diminuição de rigor académico da mesma. O editor, por causa do figurino, devia ter no mínimo o 6º ano dos liceus enquanto para os periódicos era exido o curso superior.⁹⁷ Na impossibilidade de confrontação direta, mediante ação direta, a imprensa era o único meio de combater o regime, apesar da monstruosa censura. Segundo Baltasar Lopes, a revista em causa não teve problema maior com a censura, passava sempre pelo seu crivo.⁹⁸

⁹⁶ OLIVEIRA, César de. Nova História de Portugal; Portugal e o Estado Novo (1930-1960), op. cit. pp. 32-38. Salazar aliou-se ao General Franco, apesar de tentar passar imagem de neutralidade na guerra civil espanhola, sobretudo, à Inglaterra. Jogou tudo a favor da vitória do nacionalismo espanhol porque, possivelmente, sabia que se os republicanos ganhassem a guerra, o Estado Novo enfrentaria muitas dificuldades para sobreviver.

⁹⁷ Diário do Governo, I série, nº 22 de 27 de Janeiro, p.55.

⁹⁸ LOPES, Leão, op. cit. p. 347

Isto constituía, em certo ponto, uma vitória para os intelectuais que tinham que fazer um esforço suplementar e mesmo titânico para exprimir os seus descontentamentos que constituíam também, em grande parte, do povo cabo-verdiano, que no fundo era contestação da ditadura, sem ser interpretados neste sentido pelas autoridades da censura salazarista. A revista centra a sua atenção nas ilhas e preconiza que a sua luz irradia sobre todos os setores da vida da população do arquipélago. Era uma revista globalizante que pretendia abranger democraticamente todos os cabo-verdianos. Um dos temas fortes do discurso claridoso, no seu conjunto, era afirmação de que Cabo Verde configurava um caso de regionalismo português. Constitui uma especificidade da colonização portuguesa na região tropical e também a cultura cabo-verdiana constitui uma particularidade entre as outras culturas africanas colonizadas pelos portugueses. Embora diferente da cultura portuguesa, ela aproxima muito dela, podendo tomar-lhe como digna representante da cultura portuguesa no continente africano. Os claridosos priorizavam a luta pela dignificação da cultura cabo-verdiana e do próprio homem cabo-verdiano. Abandonaram de momento o principal projeto dos intelectuais que lhes precederam, os pré-claridosos, que consistia na defesa de um estatuto adjacente e uma autonomia alargada para as ilhas. A política de centralização e unidade territorial do império implementada pelo Estado Novo não permitia esta veledade.

Em Cabo Verde, à semelhança de Portugal, vivia uma certa expectativa quanto ao conflito civil na Espanha. Primeiramente, podia pensar que com este problema no país vizinho, o Estado Novo podia diminuir a sua pressão política sobre as colónias. Porém os que pensavam assim enganaram-se, pois, pelo contrário, houve reforço da vigilância política e aumentou repressão. A proibição de importação e circulação de publicações estrangeiras nas colónias, sobretudo das obras de teor comunistas, demonstra este controlo apertado sobre a população. O governo de Salazar justificava tal medida com a necessidade de *‘proteger o pensamento português de tentações demoníacas, demolidoras do espírito da família dos interesses superiores da nação.’*⁹⁹ O principal objetivo era evitar a expansão comunista que constituía o perigo eminente do regime. É importante realçar que os comunistas tentaram derrubar o regime em 1934 depois da ascensão de Salazar ao poder. A perseguição e a tentativa de eliminação dos comunistas eram feitas de forma implacável, num trabalho conjugado, sobretudo entre o Ministério do Interior e o da Guerra. *«Havia no Ministério da Guerra um organismo que terá como missão estudar tudo quanto diga respeito a existência e desenvolvimento das ideias extremistas no exercito, a acção dos agentes comunistas e bem*

⁹⁹ Idem, p. 336

*assim tratar dos princípios e aplicação da defesa dos organismos militares contra influencia nociva dessas ideias e agentes»*¹⁰⁰ Ainda de acordo com o documento citado, havia uma política de eliminar os comunistas do exército e para tal devia haver um trabalho conjunto e coordenado entre o Ministério da Guerra, Direção Geral de Segurança e a PDPS (Polícia de Defesa Política e Social). Apesar das medidas radicais da ditadura, contra os comunistas, estes continuaram com as suas ações.

O sofrimento da população a nível económico e político sem perspetivar, a curto e médio prazo de qualquer melhoria, podia aliciar a mesma a aderir facilmente a um outro regime ou ideologia. No entanto, havia também os que eram mesmo comunistas. Os deportados políticos portugueses, uma boa parte, eram simpatizantes desta ideologia. Não se deve menosprezar a influência deles na expansão desse ideário nas ilhas. É de salientar que alguns dos degredados foram aproveitados como dirigentes públicos o que facilitava essa ação. Havia cabo-verdianos comunistas ainda na época da República e possivelmente aumentaram com o salazarismo, engrossando a extensa lista dos opositores do regime. Pedro Cardoso, uma das referências no tempo da República, era um comunista assumido. Nas suas poesias deixava transparecer claramente a sua simpatia comunista. O poema que melhor transmite a sua simpatia pelo comunismo, talvez seja, o dedicado à Associação Operária de Mindelo – ‘Unidos avante’.¹⁰¹

O ano de 1936, ficou ainda marcado, pela abertura da prisão de Tarrafal, na ilha de Santiago. Os decretos nº 23:203 de 6 de Novembro de 1933, e 24:112 de 29 de Junho, previam a instalação de uma colónia penal para presos políticos e sociais no ultramar. Depois de um estudo prévio acharam que se devia instalar a colónia em Santiago, mas concretamente no Tarrafal, pois este lugar reunia as condições necessárias para o efeito.¹⁰² Antes da escolha do referido espaço fizeram reconhecimento em várias ilhas, Boa Vista, São Nicolau e Santiago. Os aspetos nos quais baseou o estudo, «*preço dos materiais, transporte e comunicação, condição de higiene, abastecimento de água, economia, produções, possibilidade de expropriação, isolamento, meio de defesa, etc. levaram a conclusão de que o campo de concentração devia ser instalado no Tarrafal*»¹⁰³ De início tal prisão só recebia presos da metrópole, mas posteriormente passou a receber presos das colónias africanas,

¹⁰⁰ Arquivo Salazar – AOS/CO/GR – 11 pt. 2

¹⁰¹ MONIZ, Alfama Vaz. Africanidades versus Europeísmo; pelejas culturais e educacionais em Cabo Verde, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2009, p. 120-121.

¹⁰² BO nº 20 de 15 de Maio de 1937.

¹⁰³ Arquivo Salazar – AOS/CO/UL-10 pt16

inclusive de Cabo Verde. A Colónia Penal constituía um duro golpe na luta dos opositores do regime Salazarista em Cabo Verde, sobretudo, pela sua dimensão psicológica. Era uma forma de silenciar os opositores do regime, intimidando-os. Os colonizados, nas diversas colónias, informados dos horrores que ocorriam na prisão, com certeza, limitavam as suas ações. A luta anti-salazarismo exigia uma destreza sofisticada e uma altíssima cautela. Se o regime não tinha contemplação com os portugueses da metrópole, irmãos de sangue, pior seria com os africanos que sofriam constantemente o racismo. Este acontecimento que retrataremos posteriormente provocou sofrimento e destruição de muitas famílias nas colónias.

Outra preocupação dos intelectuais cabo-verdianos na época estava relacionada com o racismo praticado no âmbito do Salazarista. O racismo não era novidade para o regime colonial, pois, foi praticado ao longo da colonização, pregando sempre a teoria errada da superioridade da raça branca. As afirmações e comentários sobre os negros não eram os mais apropriados para o ser humano. Chegaram mesmo a afirmar que os negros surgiram devido a erro biológico. O comentário de historiador português, Oliveira Martins, em 1887, é claro em relação a isto: *«Há de certo, e abundam os documentos que nos mostram no negro um tipo antropológicamente inferior, não raro próximo do antropoide, e bem pouco digno do nome de homem. (...) A ideia de uma educação dos negros é, portanto, absurda não só perante a história, como também perante a capacidade mental dessas raças inferiores.»*¹⁰⁴ Isto demonstrava claramente que o racismo fazia parte do colonialismo português. Estranho foi continuar com esta atitude de superioridade racial em pleno século XX, por parte de alguns políticos. Isto que os intelectuais africanos, em geral, e a elite intelectual cabo-verdiana, em particular, não entendiam. Em meados do século XX, Marcello Caetano, então professor de Universidade de Coimbra, afirmou *«Os negros de África devem ser dirigidos e organizados pelos europeus, mas são indispensáveis como auxiliares.../e/ devem ser considerados como elementos produtivos organizados ou a organizar, numa economia dirigida pelos brancos»*¹⁰⁵ A justificação da incapacidade dos africanos de se governarem e de terem uma vida económica, política e moral independente, era uma tese que carecia de fundamento científico e por isso inaceitável entre os africanos. O objetivo fundamental constituía, simplesmente em tentar legitimar a colonização, continuando com a exploração e lapidação dos recursos do continente africano. Os africanos mais esclarecidos estavam cientes disto e preparavam-se

¹⁰⁴ Elisa Andrade in Cabo Verde – Insularidade e Literatura, coord. Manuel Veiga, pp. 30-31.

¹⁰⁵ Idem p.31. Os negros sofriam despezos e discriminações desde o início da expansão. Os europeus chegaram mesmo a dizer que os negros surgiram de um erro da biologia, mas que estavam condenados a desaparecerem. No entanto, o que se esperava no século XX, era a mudança de atitude dos europeus quanto à caracterização dos negros.

para o combater, demonstrando aos autores coloniais que são capazes de dirigirem os seus países e povos de forma independente, sobretudo, politicamente. O racismo acentuou-se na década de trinta do século passado com a prática nazista em que o regime Salazarista se assemelhava em alguns aspetos. Este comportamento do governo de Salazar teve consequência extremamente nefasta para os colonizados, principalmente para os negros tanto nas próprias colónias como na metrópole em que sofriam discriminações e preconceitos nos trabalhos, nos transportes e em vários outros lugares e serviços do Estado. A política segregacionista do Estado Novo contribuiu para o aumento dos opositores do regime nas colónias africanas e Cabo Verde não ficou alheio a esta luta. Contudo, é de salientar que apesar da existência do racismo em Cabo Verde, ele era menos rigoroso que nas outras colónias africanas. Nas ilhas, a questão da cor muito cedo deixou de ter importância que teve no continente africano. A cor passou a ser secundarizada pelo poder económico e mais tarde pela capacidade intelectual. Assim, branco não era aquele que tinha a pele de tom claro mas aquele que tinha o dinheiro. Posteriormente, é a própria intelectualidade que interfere nesta questão rática. Aquele que tem um certo nível académico é equiparado a ‘civilizado’, isto é, ao branco, independentemente da cor da pele.

Em Cabo Verde, outro motivo que deixava os intelectuais impacientes e revoltosos com o regime fascista Salazarista, era a forma como o mestiço vinha ser tratado por alguns intelectuais portugueses. Registavam-se afirmações e comentários que em nada dignificavam o mestiço, senão vejamos: afirmações do Dr. Luís Chaves, no Congresso Nacional de Antropologia Colonial no Porto, em 1934 – ‘os mestiços eram *seres inferiores e degenerados. Mais ainda! Eles eram uma ameaça. «o perigo contra a nossa soberania e contra a nossa obra colonizadora está principalmente nos mulatos, que não encobrem por pensamentos, palavras e obras»*’.¹⁰⁶ Outro intelectual português que demonstrava esta ‘mestiçofobia’ e mesmo ódio em relação aos mestiços foi o Eusébio Tamagnini que afirmou «*a mestiçagem na linha de Ernst Radenwaldt, é um risco para todas as sociedades humanas, desde a Família até ao Estado; um risco tomado sobre as gerações futuras. E, como ninguém deve prever a sua impetração, deveria ser desaconselhado*».¹⁰⁷ Há muitas outras afirmações que procuraram desacreditar a mestiçagem, mas achamos conveniente apontar estas duas como exemplos. A situação tornava-se mais difícil porque Salazar acabou por dar estas atitudes despeitosas em relação aos mestiços uma base legal.¹⁰⁸ Os mestiços estavam vedados ao acesso de lugares

¹⁰⁶ OLIVEIRA, João Nobre, op. cit. pp. 441-442.

¹⁰⁷ LOPES, Leão, op. cit. p. 242.

¹⁰⁸ OLIVEIRA, João Nobre, op. Cit. Pp. 443-444.

cimeiros na administração pública na metrópole e mesmo nas colónias os cargos superiores estavam reservados aos brancos. No exército, também os cargos de oficiais superiores estavam interditos a esta camada social. Nas colónias os comandos, tanto do exército como da polícia, estavam nas mãos dos brancos. Salazar proibiu entrada no exército aos filhos das colónias. Criava divisões não só entre brancos e negros como também entre os próprios brancos.¹⁰⁹ Os brancos que nasciam nas colónias, ‘os brancos da terra’, sentiam preteridos em relação aos brancos da metrópole. No ultramar existiam brancos filhos de altos dirigentes administrativos e militares que por nascerem nas colónias sofriam tal discriminações. «*No exército, os portugueses-cabo-verdianos não podiam ascender à carreira de oficial na metrópole, apenas nas colónias podiam ascender ao oficialato. Na Academia Militar, apesar de a lei não consagrar nenhuma discriminação, as juntas médicas serviam para excluir os candidatos nascidos em Cabo Verde.*»¹¹⁰

A mestiçagem marca de forma indelével a História e Cultura cabo-verdiana. O seu aumento preocupou desde cedo a coroa portuguesa que tomou medida com fito de estancar esse aumento, no entanto sem qualquer sucesso.¹¹¹ No passado não se sentia a forte discriminação que os mestiços passaram a sofrer a partir da década trinta do século passado. Pelo contrário os mestiços eram importantes na diminuição de confrontos entre as duas classes, os brancos e negros, servindo de elo de ligação entre essa duas classes antagónicas. Os cabo-verdianos sentiam-se insatisfeitos e preocupados com comportamentos de alguns portugueses e do governo salazarista perante os mestiços. Tocar nestes é tocar na nação e cultura cabo-verdianas que são também mestiças. A população cabo-verdiana quase na sua totalidade é mestiça. Em 1927 havia 60,9% de mestiços em Cabo Verde contra 36,3% de pretos e 2,8% de brancos.¹¹² O aumento de mestiços continuou e em 1930 ocupavam 69,3% da população, contra 3,8% de brancos e 26,9% dos negros.¹¹³ Os mestiços não eram importantes somente a nível numérico, ocupavam cargos importantes tanto em Cabo Verde

¹⁰⁹ Idem, p. 445

¹¹⁰ Luís Batalha in a Persistência da História – Passado e Contemporaneidade em África, org. Clara Carvalho e João de Pina Cabral, Lisboa, Instituto de Ciência Social da Universidade de Lisboa, 2004, p. 215

¹¹¹ ANDRADE, Elisa Silva As ilha de Cabo Verde – Da «Descoberta» à Independência Nacional (1460-1975), op. cit. p.43. A mestiçagem já era motivo de preocupação para coroa portuguesa desde 1620. Devido ao aumento de mestiços em Cabo Verde, neste ano o rei ordenou que mandasse degredar para Cabo Verde todas as mulheres que antes eram degredadas para o Brasil. O objetivo era estancar o aumento de mestiços. Porém a medida não surtiu efeito desejado porque os brancos continuaram a manter relação sexual com as negras e as brancas que chegaram as ilhas começaram a manter relação com os negros, aumentando assim os mestiços ao invés de os diminuir.

¹¹² MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel, dir. e coord de Valentim Alexandre e Jill Dias. Nova História da expansão portuguesa; O império africano (1890-1930), p. 110

¹¹³ OLIVEIRA, João Nobre, op. cit. p.392

como nas outras colónias africanas. Uma boa parte dos funcionários públicos eram mestiços mesmo não ocupando os cargos mais elevados; uma parte razoável de proprietários de terra e comerciantes eram mestiços; a maioria dos intelectuais cabo-verdianos era mestiça. Mas interessante é que mesmo os pretos cabo-verdianos afirmavam e posicionavam-se como mestiços por serem portadores da cultura cabo-verdiana que é uma cultura mestiça. Nesta ordem de ideia a questão da mestiçagem tornou-se num motivo determinante da luta da elite letrada, a mais feroz opositora do regime Salazarista. A luta desta camada social passava pela afirmação e dignificação do homem cabo-verdiano que ao mesmo tempo era dignificação dos mestiços. Este era o grande desiderato dos claridosos que tinham de ser muito astuciosos para não caírem na teia da repressão desumana da ditadura fascista salazarista. Mais uma vez, mesmo os cabo-verdianos que representavam o poder, por motivo das funções que ocupavam no estado, sentiam-se ofendidos com as afirmações desses portugueses, pois, eles também eram mestiços. De acordo com Germano Almeida, um notável autor e intelectual cabo-verdiano, «nas vésperas da independência o colonizador em Cabo Verde estava representado quase exclusivamente por funcionários cabo-verdianos».¹¹⁴ Este fato não ocorria apenas nas vésperas da independência, era algo que vinha desde os finais do século XIX e esses funcionários eram formados quase na sua totalidade por mestiços. Estes foram importantes mesmo na administração colonial das outras colónias portuguesas da África, ocupando cargos notáveis, sobretudo, na Guiné Bissau. O mais curioso é que os portugueses utilizavam mestiçagem em muitas ocasiões para vangloriar a colonização portuguesa, tentando demonstrar que esta foi totalmente diferente das outras colonizações europeias na África às quais imputavam forte teor racista.

2.2 Cabo Verde – Um caso ‘suigeneris’. De situação privilegiada à sentença da morte

Cabo Verde, o primeiro país africano colonizado pelos portugueses, constitui uma especificidade em relação aos outros países, antigas colónias africanas portuguesas. Esta particularidade manifesta-se, primeiramente a nível da História. O arquipélago foi ‘descoberto’ pelos portugueses entre 1460 a 1462, mas ele encontrava-se desabitado. Embora haja algumas informações que confirmam presença humana em Cabo Verde antes da chegada dos portugueses,¹¹⁵ o certo é que os achadores não deslumbraram qualquer presença humana

¹¹⁴ BATALHA, Luís, op. cit. p.171

¹¹⁵ ANDRADE, Elisa Silva, op. cit. pp. 33-34. Segundo a autora já havia presença de africanos da Costa ocidental africano em Cabo Verde. Uns que chegaram por motivo de mau tempo, os náufragos que queriam ir param

quando aportaram às ilhas. Neste sentido, ao contrário das outras colónias, onde havia presença humana a quando da chegada dos portugueses, em Cabo Verde, tudo começou com os portugueses. Iniciou-se o povoamento a partir de 1462 com povos oriundos da Europa, uma minoria e do continente africano, sobretudo escravos. Cabo Verde, a primeira sociedade escravocrata fundada fora da Europa servirá de espaço para várias experiências. Os portugueses vão testar a sua capacidade de adaptação ao clima hostil bem como ao ambiente humano diferente. Os africanos, formados essencialmente por escravos, mais que os portugueses, também passavam por situação dolorosa, pois os escravos praticamente perderam a sua condição humana, eram coisificados, equiparados a simples objetos. Essa nova convivência forçada, mas necessária para a sobrevivência de uns e enriquecimento de outros, implicava a invenção de uma nova forma eficaz de administração do novo paradigma que se inaugura a partir dessa nova época e que servirá de modelo para ocupação e colonização dos novos espaços no continente africano e fora dele. As ilhas serviam de experiências botânicas e zoológicas, lugar de acolhimento de plantas e animais de várias procedências que depois são levados para diversas paragens.

A sociedade cabo-verdiana era uma sociedade atípica em relação às sociedades europeias, formada à base de contactos entre africanos e europeus, de sofrimento humano, com prática de atos desumanos e barbaridades. Esta crueldade ocorria em todas as colónias, mas em Cabo Verde, devido a circunstância climática e o desleixo do governo colonial, esse sofrimento tomou um contorno dramático. Apesar da sociedade cabo-verdiana contar com várias etnias africanas na sua formação, cedo deixou de registar esta questão étnica e passamos a ter o povo cabo-verdiano, fusão das etnias africanas e os europeus. *«Efectivamente, a formação social da população cabo-verdiana não se caracteriza por um mosaico de grupos étnicos, com uma cultura diferenciada e inclusive com estruturas políticas diversas das do Estado moderno»*¹¹⁶ Situação diferente da maioria dos países africanos em que predomina, geralmente, um aglomerado de etnias. Estamos de facto perante uma especificidade que é responsável pelo surgimento de outras. Do fenómeno transcrito em cima, deu-se a formação do Crioulo que tornou numa língua de compreensão e comunicação da maioria esmagadora das pessoas que residiam em cabo Verde, algo que não ocorreu, de forma similar, nas outras colónias. Esta particularidade contribuiu para a formação da cultura cabo-

Cabo Verde, Península senegalesa, mas devido à corrente marítima e ventos contra, vieram parar a Santiago e outro que vieram em procura de sal e peixes para serem comercializados na Costa da África.

¹¹⁶ FURTADO, Cláudio Alves. Génese e (Re)Produção da classe dirigente em Cabo Verde, Praia, Instituto Cabo-verdiano do Livro e Disco, 1997, p. 57

verdiana e a conseqüente nação. «*Neste sentido, podemos afirmar que, ainda durante a situação colonial, estaríamos já, em Cabo Verde, perante uma nação, entendida esta como 'um grupo humano caracterizado pela consciência de uma unidade e a vontade de viver em comum'.* (...) »¹¹⁷ Isto tornou o arquipélago num caso singular face aos outros espaços africanos português, pois, nas ilhas a nação precede o estado e no continente africano verificou-se o contrário. É importante registar que o conflito étnico é marca de quase todos os países africanos, coisa que, felizmente, não faz parte da História de Cabo Verde. Nesta perspectiva, há esta situação sui generis do arquipélago a nível social cultural e político em comparação com as outras colónias portuguesas africanas.

A localização das ilhas e a inhospitalidade do clima face aos europeus levaram a ocorrência de mestiçagem em grande extensão. Os mestiços, fruto dessa relação entre as duas raças que viviam em Cabo Verde, desde cedo começaram a exigir a sua participação na sociedade em paridade com os brancos.¹¹⁸ Isto faz de Cabo Verde um caso a parte em analogia com as outras colónias africanas. Na colónia de Cabo Verde nunca se praticou a distinção usual nas outras colónias portuguesas entre portugueses e indígenas. A miscigenação ocorreu em todas as colónias portuguesas, em todos os continentes, mas nas ilhas cabo-verdianas deu-se em mais larga escala e inviabilizou desde muito cedo a construção de uma identidade assente nos ideais-tipo 'brancos' e 'preto'. Em Cabo Verde formou-se uma identidade própria diferente da dos brancos e também diferente da dos pretos mas integrando elementos das duas identidades, isto é, das duas culturas. «*Enquanto em Angola e Moçambique, apesar da mestiçagem, as categorias 'branco' e 'preto' continuaram a ter um suporte biológico forte, em Cabo Verde elas rapidamente o perderam para passarem a ter apenas um suporte social. Assim, enquanto em Angola e Moçambique havia um racismo de base biológica, em Cabo Verde havia um racismo de base social.*»¹¹⁹ Na verdade em Cabo Verde, muito cedo 'branco' deixou de significar a cor para passar a representar a posse económica e o estatuto social. Assim sendo, o indivíduo de pele escura com um certo poder económico era tratado como branco, não obstante ser preto de cor. O racismo no seu sentido verdadeiro era menos sentido no arquipélago que nas outras colónias africanas. Nesta ótica de ideia, os cabo-verdianos sentiam mais a vontade que os outros colonizados africanos e isto refletia nas exigências e críticas feitas pela população cabo-verdiana, principalmente, os

¹¹⁷ Idem, p. 57

¹¹⁸ Dulce Almada Duarte- A identidade cultural cabo-verdiana, in Revista Pré-textos, 1994, p. 63. Os pardos, isto é, os mestiços dirigiam petição à Câmara de Ribeira Grande, no sentido de ocuparem assentos na dita Câmara, algo que conseguiram logo no século XVI.

¹¹⁹ BATALHA, Luís, op. cit. P. 195.

intelectuais, ao regime colonial. Neste sentido, Cabo Verde constituía uma particularidade face às outras colónias.

Em Cabo Verde, colónia mais pobre de todas as outras, bem cedo se priorizou a instrução da população. Construiu-se número razoável de escolas, ultrapassando o número de escolas de todas as outras colónias juntas até finais do século XIX.¹²⁰ A taxa de analfabetismo era muito inferior que à das outras colónias. Apesar de Cabo Verde ser das mais pequenas colónias e com população das mais reduzidas, possuía mais alunos que as outras colónias africanas. Foi em Cabo que, em 1917, ano de encerramento do Liceu seminário de São Nicolau, fundado em 1866, escola de matriz essencialmente religiosa, se fundou o primeiro liceu colonial português da África. Este liceu, localizado em São Vicente, era diferente de todos os outros das colónias portuguesas africanas. No dizer de João Nobre Oliveira, (1998: p. 405) *«a diferença é que os liceus das outras ex-colónias eram frequentados quase exclusivamente pelos filhos dos colonos, dos funcionários civis e dos militares portugueses. Eram frequentados, por assim dizer, quase que exclusivamente por alunos brancos, enquanto que o Liceu de Cabo Verde desde o seu início teve uma maioria de alunos negros e mulatos. Nas outras ex-colónias, só depois da II Guerra Mundial e já nos últimos tempos do império, é que os alunos de cor acederiam em massa ao ensino secundário.»* Quanto ao corpo docente a diferença era também notória. Enquanto que nas outras ex-colónias os professores eram recrutados na metrópole, em Cabo Verde, o corpo docente era recrutado, na maioria entre os cabo-verdianos. Estes professores conheciam bem a realidade de São Vicente, ilha onde ficava o liceu, e a realidade dos alunos, o que ajudava nessa função de docência. Existia um grupo de instruídos mais bem preparados que nas outras colónias africanas que exerciam cargos administrativos importantes e que eram também utilizados na administração pública das outras colónias. *«A formação de uma classe média autóctone ligado ao funcionalismo e aos serviços resultou em boa medida do investimento na difusão da instrução no arquipélago, (...). Tratou-se de um investimento limitado e com grandes assimetrias entre ilhas, é certo, mais bem superior àquele que se verificou nas restantes colónias africanas.»*¹²¹ Isto fazia com que os cabo-verdianos fossem considerados mais ‘evoluídos’ do que os outros colonizados da África continental. Isto pode ser comprovado neste artigo sobre a emigração cabo-verdiana, publicado pelo jornal a *Voz de Cabo Verde* em 1912: *«O emigrante de Cabo Verde não se pode comparar por nenhum título com angolano ou moçambicano: tem já um polimento de civilização e aspira a ombrear com o mais civilizado; tem também um conhecimento muito*

¹²⁰ BRITO-SEMEDO, Manuel, op. cit. P.122.

¹²¹ BATALHA, Luís, op. cit. P. 171.

*profundo das leis e regulamentos portugueses; portanto, o tratamento a dispensar-lhe não pode ser o que usualmente se emprega para com selvagens»*¹²² Na verdade, existia em Cabo Verde, uma camada esclarecida que se tornou na massa crítica do regime desde época da monarquia, passando pela República até chegar ao salazarismo. Perante este facto houve dentro do regime republicano autoridades que advogavam que Cabo Verde não precisava de liceu mas sim escolas de aprendizagem de artes e ofícios. Segundo Sérgio Neto, (2009: pp. 214-215), o governo colonial «*não estava interessado em formar elites letradas reivindicativas dos direitos consagrados pelo estatuto especial do arquipélago*». Neste sentido, a prioridade do governo colonial ia para construção de escolas de formação técnica na área que melhor permitisse o desenvolvimento da província, sobretudo, no sector marítimo, dado a vocação do próprio país. O ideal seria manter a população num certo estado de ignorância. O regime estava certo que a escola seria uma arma sofisticada que poderia ser utilizada contra o próprio poder e importante meio na formação da consciência nacional nas ilhas. Na verdade, a escola permitiu a qualificação dos cabo-verdianos, capacitando-os para defesa dos seus direitos e condições para competir com os portugueses da metrópole em todos os níveis e com a mesma competência.

Os deputados cabo-verdianos, diferentemente dos das outras colónias, viviam no próprio país e discutiam problemas das ilhas com maior acutilância que os deputados das outras colónias da África, que geralmente eram natural da metrópole e viviam em Portugal. Como tal, os deputados cabo-verdianos conheciam bem os problemas do país o que não ocorria com os deputados das outras colónias em referência. Os deputados do arquipélago tinham uma relação afetiva mais forte para com o país do que os deputados das demais colónias africanas. Nisto também Cabo Verde era uma particularidade.

A localização geográfica de Cabo Verde tornou o arquipélago num caso à parte. Com uma situação geoestratégica muito importante, no contexto comercial de várias épocas, foi sempre procurado para desempenhar funções de escala para as mais diversas atividades. Foi assim na época do comércio de escravos que servia de escala para reparação das embarcações, de descanso dos tripulantes, para reabastecimentos, mas sobretudo de entreposto do comércio de escravos, entre outros. Nos tempos de desenvolvimento industrial teve também este papel importante. Serviu, essencialmente de escala de reabastecimento de carvão para os barcos que faziam o comércio, principalmente entre Norte da Europa, destacando-se a Inglaterra e a

¹²² VASCONCELOS, João, in a Persistência da História – Passado e Contemporaneidade em África, org. Clara Carvalho e João de Pina Cabral, Lisboa, Instituto de Ciência Social da Universidade de Lisboa, 2004, p. 172

América do Sul, com destaque para o Brasil, Argentina, Uruguai e mesmo Chile. São Vicente, em especial, conheceu grande desenvolvimento com instalação de vários armazéns de carvão por diversos países.¹²³

Os cabo-verdianos, por vários motivos, podiam sentir privilegiados em comparação com os outros colonizados africanos. No âmbito religioso, os cabo-verdianos por existirem somente com a chegada dos europeus, não colocaram dificuldades à imposição da religião do colonizador, a religião cristã. Foram evangelizados e cedo participaram na evangelização dos outros povos africanos. Cabo Verde foi o primeiro país no continente africano onde foi edificada a Sé Catedral, em 1533, irradiando o seu poder por um longo espaço, de norte de Senegal ao norte de Serra Leoa.

A população das ilhas sentia privilegiada no campo da educação. Apesar de Cabo Verde fazer parte das mais pequenas colónias, contava com maior número de escolas, chegando mesmo a ter escolas mais que todas as colónias juntas. Foi a primeira colónia que contou com um liceu nacional. Colónia que a nível da proporção demográfica teve maior número de indivíduos com curso superior e com pessoas mais bem preparadas para desempenharem cargos de administração pública mais elevados. Isto fez com que, como já se disse anteriormente, os cabo-verdianos fossem aproveitados na administração das outras colónias, desempenhando funções públicas e políticas importantes. O caso mais paradigmático foi o da Guiné Bissau. Unido político e administrativamente a Cabo Verde durante alguns séculos, este país contava com cabo-verdianos no topo da administração pública mas também como militares na longa guerra de pacificação. Tal facto criou uma certa antipatia dos guineenses para com os cabo-verdianos, manifestada ao longo do tempo e com grande prejuízo para estes, sobretudo para os que viviam naquele país. Cabo Verde foi a primeira colónia em que a população conseguiu o estatuto de cidadania portuguesa, algo que as populações das outras colónias portuguesas só conseguiram, praticamente um século mais tarde. *«Esta situação contribuiu decididamente para especificidade de Cabo Verde no conjunto das possessões africanas de Portugal. Contribuiu, por exemplo, para que os cabo-verdianos nunca tenham deixado de ser cidadãos portugueses de jure, ao contrário do que aconteceu com a larga maioria dos guineenses, angolanos e moçambicanos entre finais do século XIX e 1961. E, para aquilo que me interessa particularmente aqui, contribuiu decididamente para formação de uma consciência da especificidade de Cabo Verde.»*¹²⁴

¹²³ Cf. SILVA, António Leão Correia e. Combate pela História, Praia, Spleen Edições, 2004, pp.174-199

¹²⁴ BATALHA, Luís, op. Cit. Pp. 171 a 172

Também foi lugar onde não se aplicava o estatuto de indigenato, por considerar que nas ilhas não havia indígenas.

Província onde a partir de 1911 teve direito a dois deputados, um para representar as ilhas de Sotavento (Santiago, Fogo, Brava e Maio) e o outro, representando as ilhas de Barlavento (Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Sal e Boa Vista) e a um senado.¹²⁵ Número de deputados superior às outras províncias africanas, maiores a nível espacial e demográfico. Antes em conjunto com a Guiné possuía apenas um deputado. Cabo Verde era considerado a província com grau de civilização mais elevada, na aceção da época, muitas vezes equiparada à metrópole e como tal era visto como um pólo singular da cultura portuguesa no continente africano. Havia boas apreciações por parte de muitos intelectuais portugueses, inclusive do presidente, Óscar Carmona, que na sua visita ao país, em 1939, fez notáveis elogios, considerando o arquipélago, a nível cultural, um natural prolongamento das ilhas portuguesas da Europa.¹²⁶ Todas estas razões e outras faziam da população cabo-verdiana uma população privilegiada em comparação com as das outras colónias. Porém, todos estes privilégios não tiveram efeitos práticos porque os povos das ilhas continuaram a ser vítimas de privações e de fomes mortíferas.

Como ficou assente no trabalho, não eram somente os cabo-verdianos que exigiam medidas que pudessem atenuar a situação precária do país. Havia altos funcionários metropolitanos nessas ilhas que chamavam atenção ao governo central das dificuldades prementes da população, os deportados políticos denunciavam o facto, registavam-se propostas de reformas, principalmente do porto grande de Mindelo. Os cabo-verdianos residentes no exterior também criticavam a situação constrangedora de Cabo Verde. Essa inércia e ignorância do governo face aos graves problemas dos habitantes das ilhas, levaram descontentamento e repúdio dos dirigentes de cargos políticos, provocando mesmo o pedido de demissão por parte do presidente da comissão da Câmara municipal de São Vicente, Manuel Ribeiro de Almeida.¹²⁷ O pedido da demissão foi aceite e, em Maio de 1934, foi exonerada a Comissão Municipal do concelho do Mindelo – São Vicente.¹²⁸

Os cabo-verdianos não estavam e nem podiam estar satisfeitos com a deficiente administração colonial de Cabo Verde. Sabiam que com um pequeno sinal de boa vontade do governo colonial podia poupar muitas vidas. Algumas câmaras apresentavam saldo positivo,

¹²⁵ MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel, op. cit. p. 102

¹²⁶ FERNANDES, Gabriel. A diluição da África, op. cit. p. 128

¹²⁷ BRITO-SEMEDO, Manuel, op. cit. P.293

¹²⁸ BO nº 20 de 19 de Maio de 1934

como o caso de São Vicente e no entanto a população sofria fome e muitas carências. Esta sentia que o seu sofrimento estava relacionado com a discriminação que o governo fazia entre a população da metrópole e as das colónias. Dificilmente deixaria aquela passar por situação dolorosa, a ponto de morrer de fome, a semelhança do que acontecia com a de Cabo Verde. Isto permitiu a consciencialização dos cabo-verdianos que manifestaram o seu descontentamento de diversas formas ao longo do passando, por vezes de forma violenta, causando vítimas mortais. Conscientes que esses supostos privilégios não tinham repercussão positiva, a nível político e económico, os cabo-verdianos lutavam no sentido de conseguirem vantagens compatíveis com tais supostos privilégios e particularidade de Cabo Verde no contexto das colónias africanas portuguesas.

Com o advento do Salazarismo não houve melhoria a nível económico. As fomes persistiram e continuaram a matar. O novo regime não se preocupou com reforma económica que podia minorar a carência crónica e estrutural das ilhas. Os investimentos eram extremamente limitados e não satisfaziam as necessidades da população a médio e longo prazo. Os impostos e taxas agravavam ainda mais a situação, não animavam investimentos dos privados e contribuíram em alguns casos para o encerramento dos poucos empreendimentos privados existentes. Os pedidos de diminuição e extinção de alguns impostos e taxas não eram aceites. Pelo contrário, houve agravamento de cargas fiscais, principalmente sobre carvão e óleo, produtos que garantiam maiores impostos ao cofre do Estado. Esta sobrecarga fiscal afastava as embarcações do porto de Mindelo. Isto preocupava os administradores dos Concelhos, sobretudo o do Concelho de São Vicente que afirmou no seu relatório de 1936 - *«Deste modo, o fornecimento de combustíveis à navegação no pôrto de Sam Vicente constitue um problema principal, não só para esta ilha, como também para Cabo Verde. Isto, por representar um dos maiores recursos financeiros do Estado e do Município, por haverem decrescido outras fontes importantes de receita da Colónia e, ainda, por se encontrarem desocupados bastantes centenas de trabalhadores de carvão.»*¹²⁹ A incapacidade do governo de compreender que a diminuição de impostos sobre os combustíveis e das taxas sobre a permanência dos barcos no Porto Grande de São Vicente teriam vantagens, pois, permitiriam entrada de maior quantidade de carvão e óleo e como tal aumento de impostos sobre importação, agravou ainda mais a difícil situação das populações das ilhas.

¹²⁹ Arquivo Histórico Nacional – SC:A/SR:A/cx.121 – Relatório elaborado pelos administradores dos Concelhos.

As propostas de melhorias de algumas infraestruturas estratégicas para o desenvolvimento ou pelo menos que permitiam a manutenção dos postos de trabalho e aumento de alguns outros eram simplesmente ignoradas. Uma dessas infraestruturas em que houve constante pedido da sua requalificação, a fim de estar à altura de concorrer com os portos de Dakar e Las Palmas, foi o porto grande de São Vicente. A preocupação com a melhoria de prestação dos serviços no Porto Grande e sua ampliação constaram do projeto da governação anterior ao regime salazarista. O governador, Guedes Vaz, (1927 – 1930), no seu relatório, alertou, várias vezes, ao governo central, da incapacidade do porto do Mindelo de concorrer com os portos em referência. Chamou atenção sobre elevados emolumentos consulares, ao manifesto consular português que era «*dez vezes superior aos dos consulados de Espanha e o mesmo acontece em relação ao porto francês de Dakar*»¹³⁰ Ainda no mesmo relatório refere ao elevado preço de água em São Vicente que era «*quatro vezes superior a de Las Palmas e treze vezes superior a de Dakar.*» Caso houvesse modernização do porto, acompanhado de algumas medidas fiscais, evitaria perda de empregos e mitigação da crise em São Vicente e mesmo em Cabo Verde, pois, na altura, era infraestrutura que mais garantia empregos e entrada de divisas no país, contribuindo de forma decisiva para o aumento do PIB. Reconhecendo a importância do Porto Grande, no desenvolvimento de São Vicente e de Cabo Verde, o deputado Vera-Cruz defendia o melhoramento do porto e mesmo construção da ‘ponte-cais’ à altura dos portos vizinhos de Canárias e Dakar. Na Carta enviada ao Ministro das Colónias propõe «*a criação de uma junta autónoma de melhoramento do Porto Grande de São Vicente e envia ao ministro um projecto de organização e funcionamento do porto em que deve ser a junta a indicar melhoramento a realizar naquele porto e a superintender na realização dessas obras e a ter o seu cargo a sua administração.*»¹³¹ Isto levou severa crítica do governador que classificou a atitude de Vera-Cruz de politiquice e que o mesmo não tem nem condição intelectual e nem moral para fazer tal proposta. Em contrapartida, Guedes Vaz apresentou três melhorias do Porto Grande que passavam por construção «*de uma nova ponte de Alfândega para substituir a velha que não reunia a condição de segurança e nem dignificava a cidade, construção de uma muralha ou paredão na parte norte deste porto acostável para pequenos embarcações desembarcarem os passageiros e construção de uma pequena dóca ou plano inclinado próximo da Pontinha e das referidas oficinas do Estado*».¹³² Na década de 30 do século XX, surgiu uma proposta da

¹³⁰ Arquivo Histórico Ultramarino – 368,2 2G – S1 - MU cx 1911 – 1933 Relatório do governador

¹³¹ Idem

¹³² Idem

construção do cais acostável em São Vicente, baseada numa concessão à uma companhia com duração de cinquenta anos. Porém, a proposta acarretaria um custo anual de 5.000.000\$00, custo insuportável pelo deficiente orçamento da colónia de Cabo Verde. Este elevado custo inviabilizou o projeto.¹³³ A questão do desenvolvimento do Porto Grande continuou durante o regime salazarista e foi sempre utilizado como arma de remesso contra o governo colonial, acusado eternamente da má vontade em resolver os problemas da população das ilhas.

Os cabo-verdianos sentiam que estavam condenados a morte pela incúria do governo. Perante este desespero da população, causado pela fome, registava-se solidariedade por parte de algumas associações com o objetivo de atenuar o sofrimento da população, mas estas eram perseguidas por questão política. Uma dessas associações que teve um papel importante foi a ACIAB (Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Barlavento) que conseguiu arrecadar uma quantia de dinheiro considerável para ajuda dos famintos de São Vicente. A situação degradante em Cabo Verde provocou a emigração forçada para São Tomé e Príncipe de muitos cabo-verdianos, fugindo dessa sentença de morte. Contudo, alguns acabavam por morrer neste país por motivo das doenças, principalmente de malárias, e trabalhos duros. Estes não safaram dessa sentença, simplesmente, adiaram-na, transferindo-a para outro país. Muitos, por dificuldades económicas, não regressaram, acabando por perder o vínculo com a família. Viviam e vivem ainda hoje em situação de extrema pobreza. Esta situação miserável, deplorável, associada a um sistema político repressivo, tornou a população hostil ao regime salazarista e resistente à sua implementação nas ilhas. A revolta de ‘nho Ambrose’, ocorrida em São Vicente, demonstra de forma clara o repúdio ao regime vigente na época.

2.3 São Vicente – Ilha de agitação social e política

A ilha de São Vicente, juntamente com Santo Antão, fica no extremo norte do arquipélago de Cabo Verde. Foi das últimas ilhas a ser povoada e para Luís Peixeira foi mesmo a última. Não era uma ilha atrativa, sem água potável para a necessidade premente da população e para agricultura e sem outros recursos importantes que podiam satisfazer a

¹³³ Arquivo Histórico Ultramarino - 380 - 2G - S1 MU- cx - Projecto de construção de uma ponte cais em São Vicente - «*Devia entregar à companhia, como sua receita, de metade dos rendimentos provenientes de importação de carvão, óleo e outros artigos ou mercadorias destinados a fornecimento ‘á’ navegação arrecadas pela alfândega de S. Vicente. Isto representa o encargo, de acordo com estatísticas alfandegárias, uma média de 2.000.000\$00. Também devia entregar um terço de receita das taxas telegráficas pagas pelas companhias dos cabos submarinos até 21º ano de concessão, de um quarto dessa receita do 21º ao 50º ano e de um quinto nos anos restantes até final da concessão. Este encargo representaria uma média de 3.000.000\$00 anual*»

ambição das pessoas, a ilha não passava de simples abrigo a corsários atingidos por eventuais mau tempo e refúgio para alguns pobres pescadores e pastores. Estes fatores fizeram com que a ilha fosse a derradeira do arquipélago a ser povoada.¹³⁴

A primeira tentativa do povoamento de São Vicente foi em início da década de oitenta do século XVIII, com pessoas oriundas da ilha do Fogo, por ordem do Governador, contudo, sem efeito, pois segundo algumas informações essas pessoas acabaram por perecer por motivos de doenças. Finalmente, em 1794, por iniciativa da coroa portuguesa, partem de Portugal 44 casais e alguns presos que se destinavam ao povoamento da ilha.¹³⁵ O povoamento foi muito lento. Porém, o mesmo conheceu uma nova dinâmica a partir da segunda metade do século XIX, com o início de instalação dos primeiros armazéns de carvão. A partir desse momento houve intensificação do povoamento. A população cresce rapidamente com as pessoas das ilhas mais próximas, Santo Antão, São Nicolau e mesmo de Boa Vista. Também se registou presença de indivíduos de países europeus e mesmo do continente americano. O principal responsável por essa aceleração do seu povoamento e seu desenvolvimento, posteriormente, foi exatamente o seu Porto Grande que se situava estrategicamente nas rotas transatlânticas. A ocupação recente da ilha, comparada com a das primeiras ilhas povoadas, principalmente Santiago e Fogo, contou essencialmente com homens livres ou alforrados o que fez com que a ilha assumisse um sentimento de superioridade em relação às outras ilhas, sobretudo, à de Santiago, ilha mais africana.¹³⁶

O povoamento de São Vicente decorreu no período de ocorrência de duas importantes revoluções liberais, a americana, a partir da segunda metade da década setenta do século XVIII e a francesa de 1789. Estas revoluções tiveram influência na formação da população são-vicentina que conta com pessoas vindas da Europa e América, trazendo novas ideias que vão expandindo na ilha e que terão reflexo na mentalidade da população. Não é por acaso que São Vicente torna-se na ilha mais liberal, tanto na forma de pensar e na forma de viver, e inclusive de reivindicações, do arquipélago.

O Porto Grande tornou-se numa verdadeira atração nacional e internacional. Fornece empregos para milhares de pessoas das ilhas vizinhas que deslocam à ilha com este propósito. São instalados vários serviços consulares, tornando São Vicente ponto de convergência de

¹³⁴ PEIXEIRA, Luís Manuel de Sousa. Da mestiçagem à Cabo-verdianidade – Registo de uma sociocultura, Lisboa, Edições Colibri, 2003, p.145.

¹³⁵ ANDRADE, Elisa Silva, op, Cit. P. 50

¹³⁶ SAINT-MAURICE, Ana. Identidades Reconstruídas; Cabo-verdianos em Portugal, Oeiras, Celta Editora, 1997, pp. 37-38.

indivíduos de diversas procedências. São instalados no Mindelo inúmeros armazéns de carvão responsáveis pela passagem de grandes quantidades de barcos que faziam escalas nesta ilha para o reabastecimento. Com o aumento de produção, provocado pelo desenvolvimento industrial, era necessário libertar espaço nas embarcações destinado às mercadorias. Neste sentido era preciso encontrar um lugar estratégico, a meio percurso, entre o norte da Europa e sul da América, espaços de intenso comércio no século XIX, para fazer o reabastecimento do carvão, diminuindo consideravelmente o espaço nos barcos para o efeito. A presença de barcos no Porto Grande aumentava de forma explosiva a partir de 1885, aproximando neste ano a 1400. Em 1888, ultrapassou os 1700 e começou a oscilar, situando sempre acima dos 900 por ano. A presença das embarcações atingiu o seu número máximo em 1901, aproximando a barreira de 1900. No entanto, em 1918, possivelmente, por motivo da Primeira Guerra mundial, ano do término deste conflito, a presença reduziu drasticamente, chegando o seu limite mínimo, cerca de 200 barcos. A grande procura do Mindelo por parte das embarcações deve-se, essencialmente ao reabastecimento do carvão, fonte energética, por parte das mesmas. O carvão tornou-se no produto mais importado por Cabo Verde. Em 1916, em plena guerra mundial, a sua importação atingiu as 400000 toneladas.¹³⁷ Porém, nos dados apresentados no Programa da colónia de Cabo Verde, por: Mário Alfama Ferro, Alexandre de Almeida e Machado Saldanha, o ano de 1927, foi o ano que se notou maior presença de embarcações no Porto Grande, com 1438 e também o ano de maior importação do carvão, 324.231 toneladas, numa análise feita entre 1920 a 1935. A importação podia ser maior caso não houvesse obstáculos impostos pelo governo central, possivelmente por pressão do governo inglês, na instalação de outras companhias carvoeiras. *«Seja como for a verdade é que, sempre que oferece oportunidade para estabelecimento de outras companhias carvoeiras nacionais ou estrangeiras se esbarra contra a oposição do Governo Central, a qual supomos, tem origem na pressão exercida pelo Governo Inglês, a título de que o estabelecimento de companhia de qualquer outra nacionalidade seria inconveniente para a política militar marítima da Inglaterra»*¹³⁸ Tal atitude, incompreensível, por parte da população e dirigentes da ilha de São Vicente, provocava diminuição de entrada de carvão, consequentemente de impostos, do emprego e a possibilidade da descida do preço do carvão. Isto dificultava, por outro lado, a concorrência com os portos vizinhos em referência mas também o descontentamento da população da ilha face à incapacidade do governo em tomar decisão eficaz para o benefício dos habitantes e desenvolvimento das ilhas.

¹³⁷ MARQUES, A. H. Oliveira e SERRÃO, Joel, dir. op. Cit, p 126

¹³⁸ Arquivo Histórico Ultramarino – 380 -2G S1 – cx. Projecto de construção de uma ponte cais em São Vicente

A partir do início da década trinta ocorre uma acentuada diminuição de barcos e de importação de carvão. «*O diminuto fornecimento de carvão aos escassos navios que empregam a hulha como combustível e demandam o nosso pôrto contribuiu, em larga parcela, para esse declínio de receitas. De centenas de milhares de toneladas que se importavam anteriormente a 1930, hoje apenas abastecem os vapores poucas dezenas de milhares de toneladas. Assim, durante o ano de 1935, importaram-se somente 59.361 toneladas e, nos dez meses decorridos até Outubro findo, 36.748 toneladas.*»¹³⁹ A concorrência dos outros portos vizinhos como Las Palmas em Canárias e Dakar em Senegal foi letal para o Porto Grande. O uso do óleo diesel como combustível contribuiu para diminuição considerável da importação do carvão. Sendo este produto o mais importado, era, conseqüentemente, o que garantia direitos de importação mais elevados. Soma de todos os direitos de importação dos outros produtos não chegava os do carvão. Em 1924 os direitos de importação sobre o carvão eram de 2.065.398\$81, passando para 1.358.736\$69 no ano seguinte. Nos dois anos seguintes mantiveram-se em um milhão e trezentos e tal escudos mas a partir de 1927 começaram a descer de forma significativa, passando em 1929 para 158.267\$32.¹⁴⁰ É certo que com a diminuição de importação do carvão houve o aumento da importação dos óleos combustíveis. Se tal ocorrência podia, em certo ponto, atenuar a descida dos rendimentos do estado, o mesmo não ocorria com os trabalhadores porque o carvão garantia maior emprego.

São Vicente, durante muito tempo, tornou-se na casa fiscal com maior rendimento. Todos os rendimentos das outras casas fiscais de Cabo Verde, somados, não chegavam nem se quer a metade de rendimento da casa fiscal de São Vicente. Contribuíram também para que a ilha do Porto Grande tornasse no município com maior receita. Em 1923 arrecadou 209.924\$16, enquanto Praia, o maior município conseguiu 113.183\$31. As receitas aumentaram e a diferença entre os dois municípios acentuou-se. A partir de 1926 a diferença praticamente triplicou-se, com Praia arrecadar 225.299\$51 e São Vicente com 686.023\$75.

O ano de 1927 foi mais marcante a diferença 426. 6338\$78 e São Vicente 1.074.304\$53, tendo em conta o aumento deste segundo município. A diferença continuou na década trinta mas a partir de 1937 a diferença era mínima. Neste ano, terceiro trimestre, Praia contava com 318.549\$03 e São Vicente com 354.860\$72.¹⁴¹ Província de Cabo Verde, como

¹³⁹ Arquivo Histórico de Cabo Verde – SC: A/ SR: A/cx 121 – Relatórios elaborados pelos administradores dos concelhos.

¹⁴⁰ Arquivo Histórico Ultramarino – 1727/1B-MU-MC – 1926-1936 – Relatórios dos governadores

¹⁴¹ BOs de 1923 a 1939

qualquer outra, sobrevivia de impostos cobrados e como ficou patente São Vicente era ilha que dava mais contributo neste aspeto. No ano fiscal 1928-1929, as receitas provenientes da cobrança de impostos, contribuições e outros rendimentos foram 18.516.113\$94 e o orçamento para o ano 1929-1930 foi 19.893.470\$00.¹⁴² Isto significa que com uma gestão cuidada, o arquipélago não deixava prejuízo, em situação normal, para a metrópole. As receitas fiscais davam praticamente para cobrir o orçamento. (Suplemento nº 14 ao boletim oficial nº 31 de 1930). Mais uma vez, São Vicente era a ilha que tinha maior peso no orçamento de Cabo Verde. «*Neste período e apesar dessa conjuntura, o rendimento do porto de São Vicente representava 33% do orçamento da província, baixando para 23% com o afrouxamento da navegação.*»¹⁴³

Ainda na primeira metade do século XIX, antes deste desenvolvimento alcançado por São Vicente e de Mindelo ascender à categoria de cidade, a ilha entra em rivalidade com a Praia na disputa pela posse de Capital. Este conflito foi criado por Joaquim Pereira Marinho, governador de Cabo Verde, em Setembro de 1835. Ele tentava a tudo custo transferir capital da ilha de Santiago para São Vicente, argumentado que Praia, a futura sede administrativa do governo, não tinha condição sanitária para albergar capital porque na época de chuva os pântanos provocavam paludismo, doença prejudicial, sobretudo para os portugueses e que também havia instabilidade social e política nesta vila, o que dificulta a administração. Contudo, Praia acabou por ganhar a contenda. Em 1858, Praia foi elevada à categoria de cidade e eleita definitivamente capital de Cabo Verde.¹⁴⁴ A população de São Vicente não desistiu de reivindicar a transferência de capital, continuando com a exigência durante muito tempo.

Nos finais do século XIX, já era visível, que São Vicente constituía, a ilha do arquipélago, mais agitada social e politicamente. Perante a grave crise por que passava a ilha, com diminuição brusca das embarcações, desemprego em massa, provocado pelo despedimento das companhias de carvão, paralisação do comércio e aumento da população citadina, por motivo da seca tanto em São Vicente como nas outras ilhas vizinhas, levou uma grande manifestação da população a 20 de Abril de 1891, que deixou as autoridades em apuro e mesmo desorientadas. Subestimavam a capacidade organizativa e da união da população da

¹⁴² BO nº 16 de 19/04/1924, Mapa, resumo, da receita e despesa dos municípios da província 4º trimestre de 1923, Suplemento ao BO nº 45 de 12 de Novembro de 1924, BO nº 30 de 25 de Julho de 1925, BO nº 14 de 7 de Abril e 1928, BO nº 21 de 24 de Maio de 1930, Suplemento nº 14 ao BO nº 31 de 1930

¹⁴³ LOPES, Leão, op. Cit. P. 222

¹⁴⁴ SILVA, António Leão Correia e, op. cit. pp. 163-167

ilha. A desobediência era notória. O estado de desespero dos operários sobrepunha a qualquer tipo de submissão às autoridades. Isto constituiu o ensaio do que vinha acontecer mais tarde. Por ser a ‘ilha mais inglesa’ de Cabo Verde, foi o palco onde estava iminente o confronto entre as autoridades locais e os militares ingleses instalados na cidade do Mindelo. A presença inglesa nesta cidade era fator de instabilidade social e política. Os militares ingleses chegaram a entoar na praça o hino ‘God Save The Queen’, num claro insulto às autoridades locais. Por outro lado, contribuiu para agitação social porque as companhias carvoeiras, na maioria inglesas, fecharam as portas, colocando no desemprego muitos trabalhadores, o que levou o aumento da crise e a revolta social. Havia em São Vicente, um certo sentimento antibritânico, devido ao monopólio que os ingleses tinham sobre a companhia de carvão, ditando, ao seu belo prazer, o preço de carvão. Este sentimento aumentou com o ultimatum inglês de 1890. Reconhecendo a importância estratégica de Mindelo, na guerra contra os boers na África do Sul, os ingleses pretendiam o controle sobre a ilha, evitando que qualquer potência rival tentasse aproveitar da potencialidade da ilha nesse conflito. Esse interesse britânico sobre a ilha acabou por beneficiar a população de São Vicente, tendo em conta que o governo central, rapidamente, mandou abrir trabalho, com fito de controlar as manifestações, não dando aos ingleses qualquer pretexto para ocupação da ilha. Ao contrário das outras presenças estrangeiras, a presença inglesa na ilha do porto grande preocupava as autoridades locais e centrais. Ainda nesse final do século XIX, São Vicente vive uma intensa disputa municipal, entre o presidente da câmara no poder e a oposição, com acusação mútua e mais uma vez com interferência dos ingleses, de acordo com afirmação dos concorrentes que denunciavam o fato ao governador da província e ao ministro do ultramar.¹⁴⁵ O clima era tenso e estava em iminência a confrontação direta entre os dois grupos.

São Vicente, em termos social e económico, no século XX, começou a distanciar gradualmente das outras ilhas. A sua população continuou a ser a mais estrangeira de todas as outras ilhas, com maior percentagem de brancos que as outras ilhas. «*Dos 657 indivíduos de nacionalidade portuguesa, não cabo-verdianos, residentes na colónia em 1927, 443 viviam no Mindelo; dos 220 estrangeiros registados 184 residiam também no Mindelo*»¹⁴⁶. A economia mindelense dependia mais do exterior, por intermédio do seu porto, do que mercado interno. Era ao mesmo tempo mercado de escoamento dos produtos agrícolas das outras ilhas e mercado de reabastecimento das outras ilhas de produtos estrangeiros. Esta ilha era o espaço de convergência de pessoas de diversas procedências, tonando Mindelo numa

¹⁴⁵ Idem, pp. 203-228

¹⁴⁶ OLIVEIRA, João Nobre, op. cit. P. 394

cidade cosmopolita. Tornou-se também num espaço de confluência de ideias, inclusive liberais, contribuindo para a formação de espírito crítico e de maior exigência em relação às outras ilhas. Esta situação excepcional da ilha fez com que tornasse na década vinte até década setenta a ‘capital’ económica, cultural e militar de Cabo Verde, faltando-lhe apenas as funções administrativas e políticas. Isto provocou, a nível da população da ilha, um certo menosprezo em relação às populações das outras ilhas, considerando-as de inferior cultural e intelectualmente. «*Esta situação privilegiada da cidade portuária teve, aliás reflexos na mentalidade do mindelense que passou a olhar para as restantes ilhas com uma certa ‘superioridade’, diríamos mesmo com o desdém próprio do cidadão em relação ao rural.*»¹⁴⁷

No início do século XX, já existia uma clara consciência de classe operária, em São Vicente. Os trabalhadores gradualmente percebem da sua situação face a um patrão estrangeiro, sobretudo inglês, e a um pequeno grupo nacional com uma certa posse económica, adquirida por meio do comércio. «*Mindelo, geradora dessa nova classe social no arquipélago torna-se palco das primeiras experiências e afirmações do proletariado cabo-verdiano*»¹⁴⁸ A partir daí surge uma nova classe - o proletariado mindelense que enfrentará inúmeras dificuldades com o decorrer de tempo e que transformará na principal arma das manifestações. Em 1913 já havia uma associação operária designada de Associação Operária 1º de Dezembro. Contará com apoio de alguns intelectuais cabo-verdianos, mesmo que seja de forma implícita, que por vezes aproveitam da situação para minar o regime. Na primeira República, Pedro Cardoso demonstrava a sua solidariedade para com essa classe, dedicando-lhe, inclusive, um poema e no regime Salazarista, Baltasar Lopes apoiava, indiretamente, devido ao autoritarismo do regime, essa classe. Isto ficou patente com a sua participação de forma subtil na manifestação do ‘capitão Ambrose’. A relação entre as companhias carvoeiras e os operários do porto já era tensa durante a República. A situação chegou a um ponto crítico que em 1913 foi estabelecido o estado de sítio devido ao arrebentamento de uma bomba nos jardins do Palácio do Governo. As reivindicações dos trabalhadores não foram satisfeitas pelos ingleses o que levou o endurecimento do conflito. Prevenindo do pior, por ordem da autoridade britânica, houve o estacionamento de barcos de guerra ingleses no porto, como forma de garantir a segurança dos ingleses, em caso de uma eventual revolta da população são-vicentina.¹⁴⁹ Contudo, é de realçar que a ilha era a base militar de Cabo Verde, nela funcionou o comando militar da colónia até a independência. Deste modo, a ilha estava em condição de fazer frente a qualquer

¹⁴⁷ Idem, p. 396

¹⁴⁸ LOPES, Leão, op. cit. p. 149

¹⁴⁹ LOPES, Leão, op. cit. P. 150

levantamento popular, se a polícia se mostrasse incapaz para manter a ordem. Foi o que aconteceu na revolta de ‘capitão Ambrose’, em 1934, acontecimento que será desenvolvido no decorrer do trabalho.

Desde cedo começou-se a registar um comportamento de separação, senão mesmo, de discriminação da população de São Vicente em relação às outras ilhas, sobretudo, em relação à de Santiago, na qual a rivalidade era maior. «*As pessoas da ilha de São Vicente têm reclamado desde de o povoamento da ilha uma superioridade cultural em relação aos habitantes das outras ilhas. Enquanto Santiago é vista como o ‘celeiro’ e a fortaleza africana do arquipélago, São Vicente é associada ao lazer, festa de carnaval, uma espécie de ilha de cultura e recreio. Em Santiago o povo trabalha, em São Vicente diverte-se*»¹⁵⁰ Isto contribuiu para acentuar o bairrismo, a rivalidade, principalmente, entre São Vicente e Santiago. O quotidiano mindelense é um pouco diferente das outras ilhas. A primeira classe, a que ocupa o topo da sociedade da ilha, constituída pela elite económica e intelectual, assumia hábitos estrangeiros, principalmente ingleses, na alimentação, no vestuário e mesmo no lazer e desporto, praticando o ténis, o ‘golf’, ‘cricket’ o xadrez, etc. ¹⁵¹ Mindelo aparece como uma pequena ‘cidade estrangeira’ dentro de Cabo Verde. A presença de um número razoável de estrangeiros, em comparação às outras ilhas, muda o cenário da cidade, tornando-a mais dinâmica.

São Vicente, nas primeiras décadas do século XX, tornou-se num centro privilegiado dos intelectuais cabo-verdianos e como tal de massa crítica. A proximidade da ilha do Porto Grande em relação a São Nicolau, centro de intelectualidade, antes de Mindelo, contribuiu em grande parte para o aumento de número de intelectuais em São Vicente. Como ilha vizinha da ilha de São Nicolau, era fácil a deslocação das pessoas de São Vicente para esta ilha, com o propósito de continuarem os seus estudos secundários, antes da fundação do liceu, infante D. Henrique, em 1917. A prosperidade económica de São Vicente, a partir da segunda metade do século XIX até o fim da primeira Guerra Mundial, proporcionava recursos económicos necessários para os são-vicentinos frequentarem o Liceu-seminário de São Nicolau. Este funcionou de 1866 a 1917, período áureo do Porto Grande de São Vicente.

Em São Vicente, havia concentração de intelectuais, vindos da metrópole, desde militares, funcionários civis, eclesiásticos e outros. Possivelmente, poderia deparar-se com um ou outro intelectual estrangeiro, pois, existiam vários serviços consulares na ilha. As companhias

¹⁵⁰ BATALHA, Luís, op. cit. p. 217

¹⁵¹ PEIXEIRA, Luís Manuel de Sousa, op. cit. pp. 148-149

carvoeiras também podiam ter na direção alguns quadros superiores. O outro acontecimento de grande vulto que atraiu os intelectuais para o Mindelo e que contribuía para o aumento dos mesmos, foi, sem dúvida, a criação do liceu, infante D. Henrique. Este estabelecimento de ensino exigia pessoas formadas para a lecionação. Servia para formação de intelectuais. Muitos foram as pessoas das outras ilhas que dirigiam para a ilha a fim de continuarem os seus estudos. O ambiente estudantil tornou a ilha mais dinâmica, mais criativa a nível cultural, dando uma nova vida. Mas, por outro lado, tornou a ilha mais propensa para as manifestações sociais e como tal para agitação social e política. Isto foi demonstrado em início de 1929, quando o jovem advogado, António José da Rosa, organizou uma manifestação, através de distribuição de cópias de um protesto ofensivo ao governo da colónia e de alguns professores do liceu de São Vicente.¹⁵² Os estudantes aderiram a manifestação em grande quantidade. Em 1937, a quando do encerramento do liceu infante D. Henrique, como era de esperar, houve manifestação em massa dos estudantes. Tinham essa apetência para as manifestações e mesmo eficácia na unidade e organização. O espírito de solidariedade para com os problemas de São Vicente e de Cabo Verde em geral era o outro aspeto marcante dos estudantes. Os ‘intelectuais-políticos’ cabo-verdianos estavam conscientes desta realidade e aproveitavam sempre esta oportunidade. A escola assumiu um papel importante na vida das pessoas. Em Cabo Verde, a educação liceal permitiu combater a pobreza material, oferecendo os indivíduos melhores meios de sobrevivência e de ascensão social num regime colonial adverso. Mas também contribuiu para que os cabo-verdianos adquirissem capacidade intelectual para enfrentarem o regime colonial, principalmente a ditadura Salazarista, que lhes negava os canais de protestos típicos de um regime liberal. Uma boa parte dos combatentes intelectuais da luta de libertação nacional passou pelo liceu Gil Eanes, nome que o liceu infante D. Henrique tomou a partir de 1938. Amílcar Cabral, o principal mentor desta luta, passou por esta escola secundária.

Foi exatamente em São Vicente que o regime Salazarista enfrentou a primeira grande manifestação, que ficou conhecido como Revolta do capitão Ambrósio, ‘revolta de Nhô Ambrose’ ocorrido em 1934, provocado essencialmente por alta taxa de desemprego. O ano iniciou muito mal. A população de São Vicente encontrava-se aflita, na situação de penúria, sem recurso monetário para comprar os produtos de primeira necessidade, os principais, água, milho e feijão. Instigada por alguns intelectuais, como ficou descrito anteriormente, a população, liderada por ‘Nho Ambrose’ saiu à rua em manifestação. A medida que a

¹⁵² BRITO-SEMEDO, Manuel, op. cit. P. 284

população percorria as ruas do Mindelo, ocorria aumento de indivíduos de ambos os sexos e de diversas idades. Levavam um pano preto, bandeira da fome, gritando ao longo do percurso, fome e miséria, palavras que o regime não gostava de ouvir. Ao chegarem em frente da Câmara Municipal, fim do percurso, exigiram que o administrador do Concelho enviasse de imediato um telegrama ao governador, informando que o povo não aguenta mais o sofrimento. Como ficou explicado anteriormente, de forma inesperada e imprevisível, os participantes da manifestação invadiram o armazém da alfândega e assaltaram várias firmas comerciais. Esta ação violenta levou a intervenção de polícias e militares, provocando ferimentos e uma vítima mortal entre os manifestantes.¹⁵³ O ano de 1934 foi difícil não só para São Vicente. Ocorreu diminuição de funcionário nas diversas Câmaras Municipais com o propósito de equilíbrio orçamental. As Câmaras continuaram a sofrer redução das suas receitas, em virtude das novas pautas aduaneiras em execução a partir deste ano.¹⁵⁴ Havia ameaça da Companhia de Navegação Colonial de suspender a ligação com as colónias, o que acarretaria consequências incalculáveis, sobretudo para Cabo Verde, dado à sua maior fragilidade económica em comparação com as outras colónias. Grande quantidade dos produtos, principalmente os da primeira necessidade, vinha de Portugal. O aviso desta Companhia ocorria com frequências ainda antes de 1934. «*De novo ousou chamar atenção da V. Ex^a para a situação financeira em que se encontra a Companhia de Navegação Colonial, ameaçada de paralisar a sua actividade de um momento para outro, com grave prejuízo para as relações entre Metrópole e as colónias, (...)*»¹⁵⁵ A Câmara de São Vicente, como a mais populosa do arquipélago e que mais dependia do comércio externo e movimentos internacionais das embarcações, enfrentava mais dificuldades. O ano de 1934, período abrangido por este trabalho, foi o ano que mais ocorreram as sessões extraordinárias na Câmara Municipal de São Vicente. Ocorreram nos meses de Maio, Junho, Julho e Agosto, sendo Julho com ocorrência de duas. Mensalmente ocorriam as sessões ordinárias.¹⁵⁶ O descontentamento com a situação de São Vicente e a incapacidade da Câmara em resolver os problemas da ilha levaram a equipa camarária a pedir a sua demissão, em Abril do mesmo ano, solicitação aceite prontamente pelo governador. Estas dificuldades contribuíram para reforçar a tensão social e política contra o regime.

¹⁵³ BRITO-SEMEDO, Manuel, op. cit. pp. 294-298

¹⁵⁴ AHU 1698 – 1C-MU -MC

¹⁵⁵ AOS/CO/MA – 3 pt2

¹⁵⁶ AHU – 589-1H-MU-MC

No mesmo mês que ocorreu o ato acima referido, foram disponibilizados 200.000 \$00, destinado a abertura de trabalhos com a construção de estradas, arborização e captação de água, como forma de responder o problema de desemprego.¹⁵⁷ A pequena quantia, destinada a todas ilhas, podia atenuar a difícil situação mas não conseguiria resolvê-la. No ano seguinte criou-se o Fundo de Assistência Pública para acudir as populações com maiores dificuldades e melhor organizar o albergue de São Vicente, existente desde 1915.¹⁵⁸ De novo, em 1938 é reformulado o Fundo de Assistência Pública, permitindo melhor organização do mesmo. O fundo destinava-se principalmente aos inválidos derivados de trabalhos agrícolas ou públicos, aos pobres em situação de miséria insuperável e naturais de colónias que tenham prestado valorosos serviços à colónia e à pátria, sempre que reconheça necessário esse auxílio.¹⁵⁹ As medidas para além de serem insuficientes eram tomadas tardiamente, deixando de ter efeitos benéficos para a população. Este acontecimento, um tanto quanto violento, constituiu um pré-aviso do que poderia ser a ilha e alertou o regime que passou a estar atento a mesma. De acordo com o citado anteriormente em relação a esta revolta, houve a necessidade de mobilizar os soldados porque polícias não conseguiram manter a ordem e desmobilizar a manifestação. Esta, foi sem dúvida, o acontecimento mais grave que o Estado Novo enfrentou em Cabo Verde até 1939, ano que marca a baliza temporal do nosso estudo. A principal causa desta manifestação foi o desemprego, fator de várias outras manifestações na década 30 do século XX, em que São Vicente entra numa recessão profunda sem qualquer recuperação até à independência. A ilha, era de todas, a que melhor contribuía com o PIB, graças ao intenso movimento portuário. Porém, a decadência do Porto Grande afetou imensamente o desenvolvimento de São Vicente e mesmo de Cabo Verde. As populações das outras ilhas deslocavam-se a esta ilha na época de crise, provocada, essencialmente por falta de precipitação, com fito de evitar a morte pela fome. Mesmo no ano de boa chuva, São Vicente enfrentava grave problema porque não é uma ilha de forte tendência agrícola. A sua economia estava mais virada para o exterior, dependendo fortemente da movimentação dos barcos estrangeiros e de reabastecimento em carvão que os mesmos faziam no Porto Grande. Com a queda brusca da presença das embarcações e redução drástica de venda do carvão, que gradualmente era substituída por óleo, que empregava menos que um quarto de mão-de-obra empregada pelo uso do carvão, a ilha entra numa crise sem precedência. Começou a deparar-se com situação de fome, coisa que a população são-vicentina não estava muito habituada,

¹⁵⁷ BO nº 24 de 16 de Junho de 1934

¹⁵⁸ BO nº 27 de 23 de Novembro de 1935

¹⁵⁹ BO nº 19 de 7 de Maio de 1938

contrariamente às das outras ilhas. Houve vários pedidos e propostas para modernização do Porto Grande a fim de fazer frente à concorrência dos portos de Las Palmas e Dakar, impulsionando o desenvolvimento da ilha e de Cabo Verde, mas nunca o governo central deu ouvidos a tal preocupação de forma eficaz.

São Vicente estava desde 1874 ligado à Europa por intermédio do cabo telegráfico submarino. Dez anos mais tarde estabeleceu-se a ligação ao Brasil.¹⁶⁰ A estação telegráfica, Brazilian Submarine Telegraph, criada pelos ingleses, deu um grande contributo no desenvolvimento de São Vicente e Cabo Verde de uma forma geral. Posteriormente, foi criado pelos ingleses, Western Telegraph Company Limited, companhia de exploração de cabo submarino. Garantia emprego a 118 ingleses e 46 locais. Mais importante que os postos de trabalho que ela garantia estavam as receitas proporcionadas à colónia, cerca de 4.000.000\$00 anuais.¹⁶¹ Contudo, havia reclamação, principalmente por parte das autoridades administrativas de São Vicente, da não atribuição de 50% das taxas dos telegramas que transitavam pelos cabos submarinos e que tinham direito em conformidade com o Decreto nº 7008 de 9 de Outubro de 1920. Com o objetivo de resolver definitivamente esse problema, João Belo, então Ministro das Colónias, mandou publicar, em 1926, o Decreto 12.401 e recomendava o seu cumprimento sem discussão. A norma ordenava que se devia entregar a Cabo Verde os 50% de taxas de amarração do cabo submarino que Correios e Telégrafos recusavam pagar.¹⁶² Ainda é de salientar que a Base XXI das Bases Orgânicas da Administração Colonial atribui a totalidade da mesma taxa, pois faz parte da receita da colónia de Cabo Verde. Em conformidade com o Decreto Lei nº 12.740 de 22 de Novembro de 1926 «*constituem receitas de cada colónia, quer próprias, quer das suas instituições municipais, os rendimentos, impostos e taxas cobrados no seu território e os cobrados fora dele, lhe pertenciam por disposições expressas da lei.*»¹⁶³ Incompreensível e inadmissível era a atitude do governo central em retirar dessa receita uma determinada taxa, mesmo na época da crise. Isto demonstrava que o governo da metrópole não se preocupava com a miséria, sofrimento dos povos das colónias. O principal objetivo do governo colonial era lapidar o cofre e os recursos das colónias. Este comportamento provocou a fúria dos são-vicentinos e dos cabo-verdianos em geral. O próprio governador de Cabo Verde, Amadeu Gomes de Figueiredo, provavelmente, o governador que mais esteve no poder, (1931-1941),

¹⁶⁰ PEIXEIRA, Luís Manuel de Sousa, op. cit. P. 146

¹⁶¹ BRITO-SEMEDO, Manuel, op. cit. p. 288

¹⁶² AOS/CO/UL – 10 – Pt1

¹⁶³ Idem

durante o Estado Novo, questionou «*será justo que uma colónia que tantas vezes se tem visto a braços com crises alimentícias, ... continue a contribuir para a Metrópole com rendimentos, que convenientemente aplicados, teriam produzido o seu desafogo completo e teriam transformado numa Colónia Próspera?*»¹⁶⁴ Uma parte do desconto feito sobre essa receita podia ser aproveitada para a criação de um fundo de subsídio para socorrer a população na época de crise ou de catástrofe. O encerramento da companhia em 1932 contribuiu para agravar a já difícil situação de São Vicente, criando forte tensão social.

O ano de 1937, a 28 de Outubro ocorreu o acontecimento que gerou amplo descontentamento em São Vicente e Cabo Verde. Por medida do ministro das Colónias, através do decreto nº 28114, foi extinto o liceu infante D. Henrique e a Escola Profissional da Praia e criou ao mesmo tempo a Escola Prática de Agricultura em Santiago e uma Escola Industrial e Comercial em São Vicente¹⁶⁵. Não encontramos os verdadeiros motivos do encerramento do liceu. Embora o encargo económico, com o funcionamento do liceu, pudesse pesar na decisão de encerramento do liceu, o certo é que a abertura das duas escolas em referência aumentaria o encargo orçamental anual por volta de 40.643\$10.¹⁶⁶ É de realçar que de acordo com Leão Lopes, (2011, p. 246), em 1933 deparava com problemas administrativos que dificultavam o bom funcionamento do Liceu. Em 1936 houve graves acusações do professor, Horácio Afonso Mesquita, denunciando os professores, Alberto Leite e Adriano Duarte, ex-reitor do liceu, de ofensas feitas a Secretariado de Propaganda Nacional, à União Nacional, ao Ministro da Instrução, ao professorado metropolitano, ao Conselho da Instrução Pública da Colónia e ao diretor dos Serviços da Administração Civil. Ainda, na sua carta dirigida ao Ministro das colónias, relatou a agressão do contínuo a um aluno e o caso de um professor que foi esbofeteado por um aluno. As acusações foram refutadas de forma contundente pelo reitor Joaquim Jaime Simões a quem foi pedido informações sobre as acusações por parte do diretor do gabinete do ministro das colónias e governador da colónia de Cabo Verde. Os professores acusados também reagiram, negando categoricamente as falsas afirmações do professor Mesquita e acusaram o mesmo de menosprezar e discriminar os professores locais de incompetentes.¹⁶⁷ As acusações podiam não significar nada caso não estivesse num regime autoritário. Este mau ambiente, embora não possamos provar, podia ser uma das causas do encerramento do liceu.

¹⁶⁴Citado por OLIVEIRA, João Nobre, op. cit. p. 436

¹⁶⁵ AHU – 1739-1B-MU –MC – 1936-1943 – Relatórios Confidenciais sobre a situação financeira das colónias.

¹⁶⁶ Idem

¹⁶⁷ Idem

A infeliz decisão de encerrar o liceu provocou profunda consternação e possivelmente a maior manifestação, em termos de participantes, no Mindelo na década 30 do século XX. Indignada com a medida, a população de imediato pediu a justificação da extinção do liceu. «*Sejam quais foram os motivos que tenham influído no animo de V.Ex^a levando-o a tão grave decisão, ser-nos-há relevado o permitir-mo-nos algumas razões e interrogações, suscitadas em nós pela mesma decisão e que inquietam a nossa consciência de portugueses e de patriotas?*»¹⁶⁸ O inesperado e indesejado acontecimento teve repercussão interna e externamente entre os emigrantes cabo-verdianos residentes nos E.U.A. e Portugal que ficaram indignados com a decisão do ministro. A inquietação das populações continuou. Utilizavam todos os meios possíveis para fazer o governo central recuar da sua decisão. Houve envio de vários telegramas por parte de diversas instituições. «*Telegrama enviado a Salazar por organizadores da União Nacional, Associação Comercial, Associação dos Pais e Alunos, Associação Escolar, população em geral a pedir o restabelecimento do liceu, considerando injustiça a sua extinção.*»¹⁶⁹

O governador, Amadeu Gomes Figueiredo, que sempre demonstrou o seu empenho em prol do desenvolvimento da educação, enviou também alguns telegramas, principalmente ao ministro das colónias. Por outro lado, enviou uma longa exposição ao governo central, na qual fez algumas propostas no sentido da manutenção do liceu, embora com alteração em relação aos anos curriculares. Propõe «*que o Liceu de S. Vicente continue a funcionar, embora leccionando apenas até ao 2º ciclo do respectivo curso e isto porque visando o 3º ciclo (7º ano), (...) – geralmente destinado a cursos superiores, que encaminhassem os respetivos alunos para os liceus da Metropole que, desta forma, farão apuramento da competência adquirida nos anos anteriores e podem remediar quaisquer insuficiências.*»¹⁷⁰ Além disso, a nível da educação, fez mais uma proposta importante - «*que seja estabelecida uma Escola Profissional de Artes Marítimas e de Pesca que mais tarde, pode consentir o alargamento dum curso de Pilotagem, para cujas despesas podem concorrer alguns municípios, se assim for reportado convenientemente.*»¹⁷¹

A educação constituía um meio para contrabalançar a pobreza material e a ingratidão da natureza. Ela foi eleita como setor chave de dignificação do homem cabo-verdiano. Tornou-se numa questão de honra, de prestígio e orgulho para a nação cabo-verdiana, mas também meio

¹⁶⁸ Idem

¹⁶⁹ Idem

¹⁷⁰ Idem

¹⁷¹ Idem

de ombrear com os portugueses da metrópole. Uma das principais razões, senão a principal razão, da distinção de cabo-verdianos em relação aos povos das outras colónias, reside, exatamente, no seu maior grau de instrução, adquirido por meio de ensino. Neste sentido era inaceitável a extinção do liceu e a população, sobretudo a camada letrada, colocava o questionamento - *«respeitosamente preguntamos Senhor Presidente do Conselho do Império Colonial, verificado este ardor no trabalho, dada esta sede da luz, será justo, será humano, estará dentro das gloriosas tradições civilizadoras de Portugal retirar ao povo cabo-verdeano-português pela nacionalidade, pelo génio, pela sensibilidade – sua única e verdadeira fonte de instrução?»*¹⁷²

A triste notícia foi recebida à noite e provocou reação imediata. De manhã houve uma presença massiva de pessoas de todas camadas sociais, de várias organizações, associações, movimentos cívicos, etc., na Câmara Municipal, obrigando o presidente, Raul Duarte Silva, a convocar um sessão extraordinária a fim de discutir, com maior celeridade e objetividade, o encerramento do liceu. A pressão da população era enorme e agitação social era preocupante senão assustadora. A população, independentemente da posição social, estava unida. O liceu era o símbolo da ilha e da intelectualidade cabo-verdiana. São Vicente, na altura, era um autêntico ‘barril de pólvora’ pronto a rebentar, bastando apenas uma resposta negativa ou demorada do governo central. As autoridades locais e centrais estavam conscientes disto e face a reação imediata e enérgica dos são-vicentinos não tiveram outra alternativa senão a reabertura do liceu. Assim, na manhã do dia 9 de Novembro, a ilha e Cabo Verde tiveram a notícia mais aguardada, a reabertura do liceu. Foi um dia de júbilo, com marcha de estudantes e outras pessoas a pé, de automóveis e de camiões, com bandeiras da nação, gritando palavras de elogios a todas autoridades e outras entidades que intervieram em prol do sucesso alcançado. A Câmara Municipal também participou na festa reunindo com a população no festejo da grande vitória da nação cabo-verdiana.¹⁷³ O regime Salazarista enfrentou mais um teste duro em São Vicente. É bem provável que chegasse a conclusão que São Vicente seria a ilha onde o regime enfrentaria maior dificuldade, para o exercício do poder.

A crise que atingiu Cabo Verde, na década 30 do século XX, teve maior repercussão em São Vicente. A ilha estava na dianteira quanto ao desenvolvimento e era a ilha que gerava maior receita para a colónia. A população levava uma vida diferente, com maior influência estrangeira, mais dinâmica, com realizações de várias atividades culturais e com um nível de

¹⁷² Idem

¹⁷³ BRITO-SEMEDO, Manuel, op. cit. pp. 300-301

vida superior às outras ilhas. Aliás, como ficou descrito anteriormente, Mindelo era capital cultural, intelectual e económica de Cabo Verde na altura. Os são-vicentinos não estavam muito habituados à fome, por isso, qualquer sinal desta situação, provocaria uma reação logo diferente em relação aos habitantes das outras ilhas que já tinham conhecido, por várias vezes, essa dolorosa experiência. Em São Vicente, devido a maior concentração de intelectuais e presença de estrangeiros, havia maior grau de consciencialização e o exercício do ‘direito de cidadania’ era mais elevado, exigente ou pelo menos, havia essa maior reivindicação em comparação com as outras ilhas. A forma como decorreram as duas manifestações supracitadas deixa bem claro essa ideia. É importante realçar que os estrangeiros também participavam nas manifestações, embora por vezes de forma discreta. Os ingleses eram os que mais participavam, não só porque eram a maioria, mas também porque havia um certo clima de tensão entre eles e as autoridades portuguesas, sobretudo, a partir de 1890 com o ultimatum inglês. A difícil conjuntura económica da ilha do Porto Grande, por motivos já explicados, a dinâmica da população desta ilha, a exigência dos seus habitantes, a ineficácia e má vontade do governo central em socorrer os são-vicentinos fizeram com que São Vicente tornasse na ilha de maior agitação social e política em Cabo Verde. Podemos dizer, que pelo menos nesta década 30, a ilha tornou-se no epicentro da ‘luta’ contra o regime Salazarista. O combate ao regime fazia dessa forma sem confronto direto. A margem de ação dos opositores era muito limitada devido ao controlo e vigilância do regime sobre a população. As manifestações mais violentas e bem organizadas desta época ocorreram nesta ilha. A agitação social e política continuou depois de 1939. Este é o ano que marca o início da segunda Guerra Mundial, acontecimento que contribuirá para o aceleração da crise e motivo de tensão entre os ingleses e alemães, no Porto Grande, com apreensão dos barcos alemães pelos ingleses. Mais uma vez São Vicente está na linha de frente, foco de grande preocupação das autoridades locais e centrais.

3. Instauração do Salazarismo em Cabo Verde.

O salazarismo, regime autoritário, teve o seu início em 1932, com ascensão de Salazar ao poder, como Presidente do Conselho dos ministros. Logo no ano seguinte foi instalado o Estado Novo em Portugal, institucionalizado e oficializado com a constituição aprovada no mesmo ano. Instituiu assim, um regime ditatorial que limitava a liberdade da população em todos os aspetos e que se fazia sentir em todos os espaços dominados pelo governo português.

3.1 Medidas salazaristas e os seus reflexos em Cabo Verde

O regime salazarista foi implementado em Cabo Verde à custa de algumas medidas legislativas, em geral, aplicadas na metrópole e nas outras colónias, mas que pela situação económica deficitária do arquipélago, tinham maior repercussão na vida das pessoas das ilhas. Mais dolorosas que essas medidas legislativas eram as ausências de medidas que mitigavam os efeitos catastróficos das secas que provocavam fomes mortíferas. A enorme despesa que se fazia com a forte máquina de propaganda – SPN/SNI (Secretariado da Propaganda Nacional/Secretariado Nacional de Informação), Boletim de Propaganda e Informação, a revista, o Mundo Português, Agência Geral da Colónias que existia desde de 1925 e que foi retomado no Estado Novo, entre outros, e por outro lado, o custo elevado com a manutenção de polícia política, a criação da Mocidade Portuguesa, União Nacional e a Legião Portuguesa, podiam resolver, grande parte, senão todos, os problemas económicos de Cabo Verde, debelando a situação de fomes que provocavam inúmeras vítimas mortais. O Estado pagava ao jornal *Diário de Manhã* 60.000\$00 mensal, destinado à publicidade e propaganda. Este custo aumentou, a partir de Abril de 1934, para 76.000\$00. Com censura gastava mensalmente 28.000\$00.¹⁷⁴ Com a União Nacional, o Estado, a partir de 1935, disponibilizava a quantia mensal de 60.000\$00 mas havia ainda despesas com a mesma em ocasião de comemoração de algumas datas como o caso de 28 de Maio, despesas com o Grémio dos Estudos Nacionalistas, despesas com Imprensa Nacional de Lisboa na realização de plebiscitos (42.820\$00).¹⁷⁵ Ainda é importante realçar que a União Nacional apresentou o orçamento de 605.000\$00 só para as despesas de propaganda referente à eleição do presidente Óscar Carmona de 1935.¹⁷⁶ A Secretaria da Propaganda Nacional atribuía a revista *Mundo Português*, um subsídio anual de 30.000\$00.¹⁷⁷ É evidente que a revista tinha outros subsídios estatais. Estes são apenas pequenos exemplos desses custos mas isto leva-nos a concluir que as despesas com estas instituições, provavelmente, ultrapassam em grande quantidade o orçamento anual da colónia de Cabo Verde.

¹⁷⁴ AOS/CO/IN-6 Pt1 e Pt13

¹⁷⁵ Idem, Pt2

¹⁷⁶ Idem, Pt4

¹⁷⁷ AOS/CO/UL 1 Pt1

3.2 A persistência e convivência do Estado Novo na emigração dos cabo-verdianos para São Tomé e Príncipe

Os cabo-verdianos, sem alternativa, minimamente decente em termos de caráter humano, emigravam para São Tomé e Príncipe para servirem de mão-de-obra nas roças deste país. Esta emigração, dita forçada, começou na segunda metade do século XIX em que os cabo-verdianos substituíam os escravos angolanos que eram enviados para Cuba e Brasil onde eram mais lucrativos e os nativos são-tomenses que recusavam trabalhar nas plantações, sobretudo do cacau e do café. Nas roças, deste país de acolhimento, o tratamento de mão-de-obra, inicialmente escrava e posteriormente serviçais, era duro. Ocorriam castigos corporais aos trabalhadores o que tornava a relação entre os proprietários das roças e os empregados um pouco violenta. Mesmo no século XX, apesar da abolição definitiva, de facto e de direito, da escravatura nos finais da década setenta do século anterior, continuaram com o castigo físico como forma de forçar os trabalhadores agrícolas a cumprirem as suas tarefas.¹⁷⁸ Com a implantação do Estado Novo não houve mudança significativa da situação. Pelo contrário, há indício de aumento de violência e da reescravização a partir dos anos 1930, no dizer de Augusto Nascimento.

Os cabo-verdianos, vivendo no arquipélago como livres, sem submeter de forma rígida aos mandos dos proprietários brancos que se encontravam em estado avançado de decadência nos finais do século XIX, dificilmente, aceitariam submeter a condição extremamente hostil das roças. A integração dos contratados cabo-verdianos, sobretudo de início, era muito difícil, deparando com atritos entre os cabo-verdianos e os outros serviçais, entre aqueles e os roceiros e por vezes entre os próprios cabo-verdianos. Ainda registavam frequentemente conflitos com as autoridades que puniam os cabo-verdianos pelos comportamentos desviantes nas roças, pondo em causa o normal funcionamento das mesmas. *«A ter de filiar a sua conduta nos seus sentimentos, diga-se que, tal como no passado, os cabo-verdianos não esqueciam o seu estatuto de livres, contrastante com a sujeição experimentada nas roças de S. Tomé e Príncipe. Era especialmente opressiva a passagem da condição de pequenos proprietários ou de sujeitos com acesso, ainda que precário, à terra à condição de contratados. (...) Nos diferentes períodos de permanência em S. Tomé e Príncipe podemos surpreender nos cabo-verdianos a mesma recusa aos imperativos dos roceiros. É difícil*

¹⁷⁸ NASCIMENTO, Augusto. Poderes e quotidianos nas roças de São Tomé e Príncipe, Lisboa, Tipografia Lousanense, 2002, pp. 343-354

*aceitar a ideia de uma resistência concertada, mas pode falar-se de uma viva conflituosidade associada à sua incorporação nas roças.»*¹⁷⁹

Neste período conturbado a nível mundial, em que se encaminhavam para os grandes conflitos mundiais, os serviçais tinham que enfrentar o racismo que tornou num mecanismo poderoso de dominação e separação entre os brancos e serviçais. *«Embora reportada à organização e à eficácia das roças, era no racismo enquanto instrumento de dominação social (até porque interiorizado por africanos) que se fundava a reafirmada distância social e simbólica entre brancos e serviçais que, mais do que em épocas anteriores, se tinha por necessidade nas roças. Materializavam-se assim, os preconceitos ideológicos que melhor protegiam os europeus da baixa extração social ali a trabalhar.»*¹⁸⁰ Ainda, segundo Augusto Nascimento, associado ao racismo ocorria sempre a violência. Esta era a marca que acompanhava a instituição plantação e, que por causa da diferença étnica entre hierarquia e trabalhadores, tornou-se uma questão emblemática.¹⁸¹ Esta vivência caracterizada por um ambiente de humilhação étnica, social, cultural e económica com ocorrência frequente de punição corporal levou a fuga, revoltas e rebeldias protagonizados na maioria por cabo-verdianos que eram os menos conformados com as injustiças praticadas nas roças. Daí os cabo-verdianos serem tratados como insurgentes, criminosos, rebeldes, etc. *«Porventura, o traço que mais se reteve dos cabo-verdianos foi o seu pendor insurgente, visível, por exemplo na prontidão com que recorriam à agressão para seu desagravo quando admoestados ou vexados pelos europeus.»*¹⁸² O racismo em si não era novidade, pois, a sua prática remonta a época da expansão, quando começou o contato entre brancos e negros de uma forma mais alargada. Surpresa é a dimensão que tomou, num período em que, os negros em geral e a população cabo-verdiana em particular, possivelmente, pensavam numa relação menos tensa, se tivermos em conta o objetivo do novo regime em almejar a unidade do império.

¹⁷⁹ NASCIMENTO, Augusto. O Sul da Diáspora – cabo-verdianos em plantações de S. Tomé e Príncipe e Moçambique, Praia, Edições da Presidência da República de Cabo Verde, 2003, pp. 84-85

¹⁸⁰ NASCIMENTO, Augusto. Poderes e quotidianos nas roças de São Tomé e Príncipe, op. cit. pp. 363-364.

¹⁸¹ Idem, p. 367. A punição praticada pelos roceiros era humilhante e podia assumir várias formas desde castigos corporais, multas, corte no salário, o isolamento, entre outras. Nem por isso deixou de haver manifestação de repúdio e resistências dos serviçais, sobretudo dos cabo-verdianos.

¹⁸² NASCIMENTO, Augusto. O Sul da Diáspora – cabo-verdianos em plantações de S. Tomé e Príncipe e Moçambique, Praia, Edições da Presidência da República de Cabo Verde. 128. A fuga dos cabo-verdianos ocorriam em várias roças e em algumas fugas registavam-se ferimentos e até mortes. Face a essas gravidades, muitos contratados cabo-verdianos eram degredados para outras colónias como foi o caso de Moçambique. Houve situação que também as mulheres foram degredadas, acompanhando os homens em que alguns eram os seus parceiros. Cf as pp. 115-144.

Os cabo-verdianos em S. Tomé e Príncipe passavam por esta situação anómala em comparação com a situação que se vivia em Cabo Verde, em termos de relação social. Os regulamentos contratuais nunca eram cumpridos, acabando por submeter os cabo-verdianos às condições constrangedoras e mesmo desumanas.¹⁸³ A nível salarial, *‘os trabalhadores recebiam apenas 50% do salário em São Tomé, sendo a segunda metade paga no momento em que regressavam à terra de origem.’*¹⁸⁴ Em 1937, através da Portaria nº 8:779, estabeleceu-se o aumento do salário dos indígenas de Moçambique, Angola e Cabo Verde, contratados para S. Tomé e Príncipe. Os homens deveriam receber 27\$00 e as mulheres metade da quantia por um período de trinta dias úteis. No entanto, só recebiam 50% desta quantia. A outra parte era descontada para o efeito de bónus de repatriação.¹⁸⁵ Porém, os trabalhadores não receberam tal quantia a quanto dos seus regressos, sendo bem provável que os mesmos não sabiam da tal cláusula do contrato. Por outro lado, mesmo que tivessem conhecido tal condição específica do contrato, dificilmente os contratados reivindicariam os seus direitos, devido a fraca capacidade de exigência dos mesmos, justificada pela alta taxa do analfabetismo no seio deste grupo e o caráter autoritário do regime que não permitia a manifestação da população, nem contestação dos trabalhadores pela violação dos seus direitos. Como ficou anteriormente dito, muitos cabo-verdianos não regressaram a Cabo Verde devido ao problema económico.

Outra medida que provocava uma certa displicência entre esses serviçais cabo-verdianos neste país é a restrição de liberdade de circulação. Os trabalhadores das roças estavam proibidos de circularem para além dos limites das roças sob pena de sofrerem penalizações como prisão, remetendo para uma das brigadas dos serviços públicos, durante dias ou até meses sem usufruírem de salário.¹⁸⁶ Esta atitude segregacionista que interditava os trabalhadores das roças de frequentarem espaços brancos sem a prévia autorização dos funcionários brancos, constituía uma profunda alteração na forma de estar e de ser dos cabo-verdianos que estavam habituados em Cabo Verde a circularem livremente por todos os

¹⁸³ FILHO, João Lopes – Ilha de S. Nicolau, Cabo Verde- Formação da sociedade e mudança cultural, II vol Lisboa, Editorial do Ministério da Educação, 1996, pp. 252-253

¹⁸⁴ Isabel Castro Henriques, in História da Expansão Portuguesa, Vol V, coord. de Francisco Bethencourt e Khirt Chaudhurt, p. 243. O dinheiro, o tal 50% era depositado no Banco Ultramarino. Os contratados não tiveram acesso a esse depósito e nem, possivelmente os roceiros, proporcionando ao banco, de forma ilícita, aumentar o seu lucro. É de recordar que muitos cabo-verdianos não regressaram ao seu país natal devido à escassez de recursos económicos. Esta situação ainda hoje mexe com a política cabo-verdiana. Há alguns políticos, principalmente, os deputados, conhecedores da matéria, que chamam o governo de Cabo Verde atenção, em relação a este fato, a fim de dialogar com o governo português no sentido de este assumir a sua responsabilidade face a estes contratados que recebiam apenas metade dos seus salários.

¹⁸⁵ Boletim Oficial nº 30 de 4 de Setembro de 1937.

¹⁸⁶ Idem, p. 243

espaços, sem qualquer discriminação. Contudo, apesar de todos os constrangimentos, a emigração para S. Tomé e Príncipe era a forma de evitar a morte pela fome. A emigração digna, considerada pelos cabo-verdianos, era principalmente, para os Estados Unidos da América, mas que por motivos apontados anteriormente, era muito residual na década 30 do século XX. Por outro lado, é de salientar que as autoridades locais e da metrópole criavam várias barreiras à emigração para outras paragens com o fito de forçar a emigração dos cabo-verdianos para este país africano em referência. Assim, com a ação intencional e lucrativa dos «roceiros» de São Tomé e Príncipe, aliados aos dirigentes administrativos cabo-verdianos com a total cobertura das autoridades do governo colonial, permitiu que essa forma de emigração perdurasse até véspera da independência. Esta clara conivência entre estes atores, com real prejuízo para os emigrantes, constituiu um forte fator de contestação do regime, principalmente, por parte dos intelectuais cabo-verdianos. De facto, os que mais ganhavam com essa emigração não eram os famintos cabo-verdianos que se refugiavam das fomes em S. Tomé e Príncipe, mas sim os indivíduos e as sociedades que se ocupavam do recrutamento desses infelizes das fomes. Os retornados que eram repatriados, sobretudo por motivo do término dos anos do contrato, aumentavam as dificuldades, contribuindo para o acréscimo da população, a possibilidade de entrada de doenças, como o caso de paludismo, mas também podiam desincentivar a emigração para S. Tomé e Príncipe com os seus relatos sobre a estadia e tratamento dos serviçais nas roças dessa colónia. Neste contexto, esta emigração tinha a sua vantagem para o regime na medida em que aliviava o governo, constituindo meio de combater a alta taxa de desemprego e as fomes causadores das mortes.¹⁸⁷ Porém, tinha também desvantagens porque foi um acontecimento aproveitado pelos intelectuais cabo-verdianos para denunciar, criticar e sensibilizar a população contra o governo colonial e essa emigração. O Estado Novo, a semelhança dos regimes anteriores, não trouxe, a nível económico, qualquer novidade estrutural que mudasse de forma eficaz a debilidade económica estrutural de Cabo Verde.

3.3 Adaptação do Acto colonial de 1930 à Constituição de 1933

O Acto Colonial, aprovado em 29 de Abril de 1930, pelo Conselho de Ministros, incorporado na constituição de 1933, foi uma medida estruturante do sistema colonial

¹⁸⁷ CARREIRA, António – Migrações nas Ilhas de Cabo Verde, Praia, Instituto cabo-verdiano do livro, 1983, pp. 303-303. Os deportados continuaram na década de 1930 e vão até década 70, variando de ano para ano. Contudo, a partir de 1935 ocorreu um aumento significativo. Tal ocorrência contrariava a política do governo que pretendia com a emigração atenuar a situação das fomes e diminuir as mortes provocadas por estas.

português que perdurou quase até ao fim do Estado Novo. De autoria do próprio Salazar, na época ministro interino das colónias em acumulação com a pasta de finanças, contou com colaboração decisiva, do futuro ministro das colónias, Armindo Monteiro, subsecretário das finanças e braço direito de Salazar. «*Como ele mesmo confiou a Marcelo Caetano que este Acto era, 'em grande parte obra sua'*».¹⁸⁸

O Acto Colonial surgiu como forma de eliminar a ínfima liberdade política e a autonomia financeira das colónias. Marca o início de centralização do poder e de tomada das decisões na metrópole, justificada por motivos de conveniência e coerência de ação política, numa determinada conjuntura, no entendimento de Oliveira Salazar e Armindo Monteiro. «*Seria injustificável que enquanto a metrópole vivia sob a ditadura e o centralismo político-administrativo e financeiro de Salazar, as colónias pudessem beneficiar de autonomia e liberdades vedadas à metrópole.*»¹⁸⁹. A aplicação desta medida legislativa era lesiva à ambição das colónias tanto a nível económico como a nível político. Praticamente todas as decisões eram tomadas na metrópole, pelo governo central, nas pessoas do Ministro das Colónias e do presidente do Conselho de Ministros, cabendo o segundo sempre a última palavra. «*Todas as decisões relativas ao ultramar são, por força do Acto Colonial e do corpo de normas instituído pelo Estado Novo, fortemente centralizadas em Lisboa e o próprio Salazar, na qualidade de Presidente do Conselho de Ministros, é quem julga, em última instância, tudo quanto se relacione com as chamadas 'províncias ultramarinas' portuguesas.*»¹⁹⁰ Os governadores-gerais deixaram de ter os poderes que tinham outrora, transformando-se simplesmente em executores das ordens do Ministro das colónias. Com aprovação da Carta Orgânica do Império Colonial e a Reforma Administrativa Ultramarina em Novembro de 1933, houve uma reorganização administrativa das colónias e uma redefinição dos poderes dos atores coloniais. «*Os governadores-gerais, transformados em simples correias de transmissão do executivo, só dispunham de prerrogativas reduzidas, quase não podendo tomar qualquer iniciativa sem previamente a referir às autoridades de Lisboa*»¹⁹¹ A perda da autonomia das colónias e do poder de decisão por parte dos governadores destas provocavam forte constrangimento às colónias e Cabo Verde era a mais prejudicada. Massacrada pelas fomes persistentes, provocadas pela constante escassez de

¹⁸⁸ Yves Léonard, in - História da Expansão Portuguesa, Vol V, coord. de Francisco Bethencourt e Khirt Chaudhury, p. 19.

¹⁸⁹ Fernando Martins, in - O Império Africano, Séc. XIX e XX, coord. De Vanlertim Alexandre, Lisboa, Edições Colibri, 2000, p. 145.

¹⁹⁰ QUERIDO, Jorge – Um demorado olhar sobre Cabo Verde, o país, sua génese, seu percurso, suas certezas e ambiguidade, Praia, Tipografia Santos Lda. 2013, p. 139

¹⁹¹ Yves Léonard, in História da Expansão Portuguesa, Vol. V, op. cit. p. 21

precipitação, esta redução drástica do poder do governador tornou-se, ainda mais, num entrave à débil situação cabo-verdiana, a qual exigia tomadas de decisões céleres e eficazes com o fito de evitar perdas humanas. Com a nova reorganização administrativa das colónias, as decisões coloniais eram tomadas, a partir de Lisboa, por intermédio de Ministro das Colónias e isto demorava tempo, o suficiente, para provocar mortes e outras conseqüências, praticamente irreparáveis. Os dois principais protagonistas do Acto Colonial, Salazar e Armindo Monteiro, reconheciam muito bem a importância das colónias para o novo regime. O primeiro, numa entrevista concedida ao António Ferro, em 1932, afirmou - «*as colónias deveriam ser as grandes escolas do nacionalismo português.*»¹⁹² O segundo afirmou de forma categórica que: «*as colónias são desde já a nossa pátria, corpo e alma de Portugal.*»¹⁹³.

O Acto Colonial, nos seus vários artigos, constituía um verdadeiro atentado contra certas aspirações de uma colónia como Cabo Verde. Analisando algumas destas normas, tentamos demonstrar os seus impactos negativos para as colónias em geral e de modo muito particular à população cabo-verdiana. Notava-se mesmo um certo equívoco entre estes artigos e a própria essência do regime. Começamos com o art.º 2º que diz o seguinte: «*É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações que neles se compreendam, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente.*»¹⁹⁴ Este artigo não caía no agrado dos cabo-verdianos porque não queriam que Cabo Verde fosse considerado como colónia, o grande objetivo era conseguir o estatuto de adjacência, uma luta que vinha de longo tempo. Colonizar não era a palavra que cabo-verdianos gostavam e desejavam ouvir e muito menos acatar. Esta palavra significa ausência de autonomia e como tal frustração para a intenção cabo-verdiana que ambicionava uma autonomia equiparada à Madeira e Açores. Por outro lado, esta pretensão de Portugal continuar com as colónias eternamente e de usufruir de direito perpétuo de dominar as populações das colónias não agradava os colonizados. Nessa época, década 30 do século XX, havia uma clara cristalização da consciência nacional nas colónias. Em algumas colónias, como Angola e Guiné ocorriam conflitos que demonstravam que a paciência e sofrimento estavam atingindo o limite. Nesta última, ocorria guerra desde o fim

¹⁹² Idem, p.24

¹⁹³ Idem, p.24

¹⁹⁴ Secretaria da Propaganda Nacional- A Obra Colonial do Estado Novo – Agencia Geral das Colónias, Lisboa, 1942, p. 83

do século XIX até 1936 em que foi conseguida a pacificação à custa de muitas mortes.¹⁹⁵ As colónias reconheciam que o novo regime penalizava os colonizados de forma mais coerciva e cruel que nos regimes anteriores e isto era uma frustração para as vítimas da colonização que exigiam um tratamento digno de cidadãos. Nesta perspetiva, o Acto Colonial não podia corresponder as expectativas das populações colonizadas.

No que diz respeito, civilizar as populações das colónias, os cabo-verdianos eram considerados civilizados em comparação com a própria população da metrópole e inclusive alguns intelectuais portugueses reconheciam que em Cabo Verde a taxa de alfabetização era superior à de Portugal. «*Num artigo publicado no Notícias, Júlio Monteiro Jr., protesta, aproveitando para comparar o nível de civilização de Cabo Verde com a metrópole onde a taxa de alfabetização é escandalosamente menor que as das ilhas.*»¹⁹⁶ Por isso, isto seria humilhação e desconsideração para o ‘estádio avançado de civilização’, na aceção da época, em que se encontrava a população das ilhas e que por este facto exigia os mesmos privilégios e regalias que se concediam aos brancos da metrópole no arquipélago. Difícil é entender como é possível civilizar, praticando a violência e barbaridade contra os africanos durante séculos. Como afirmou o jornalista, Mário Domingues, no jornal Batalha, ‘*com chicote na mão e aguardente na outra não se consegue civilizar ninguém*’¹⁹⁷ É de salientar que no início do século XX, surgiu um novo conceito de colonização, baseado numa nova visão humanitária. «*A partir da primeira década do século XX, surge o conceito de “colonização civilizacional” veiculado por Andrade Corvo, ministro português do Ultramar.*»¹⁹⁸ Este conceito foi defendido pelo Estado Novo, mas como ficou assente, o novo regime não estava preocupado com a questão civilizacional, pelo contrário, a sua prática racista demonstrava claramente que havia um certo paradoxo entre o que defendia e o que praticava.

3.4 A Constituição de 1933

A Constituição Política da República Portuguesa, aprovada em Fevereiro de 1933, era de início, para ser aplicada somente em Portugal, mas depois da sua adaptação às colónias, através dos princípios do Acto Colonial de 1930, foi aplicada em todos os espaços do império

¹⁹⁵ Isabel Castro Henriques, in *História da Expansão Portuguesa*, Vol. V, op. cit. pp.246-248. Nas três colónias africanas, Guiné, Angola e Moçambique, o domínio colonial teve grande dificuldade em penetrar no interior. Isto só foi possível tardiamente com trabalho bem organizado de alguns oficiais militares portugueses.

¹⁹⁶ LEÃO, Lopes, op. cit. p. 221

¹⁹⁷ Yves Léonard, in *História da Expansão Portuguesa*, Vol. IV, op. cit. p.538

¹⁹⁸ GRAÇA, Camilo Querido Leitão da, op. cit. p. 32.

colonial português. Esta lei suprema da nação portuguesa continha alguns artigos importantes, que se fossem aplicados, trariam alguns benefícios para os colonizados. Esta constituição era incompatível com a realidade vivida nas colónias e, em alguns aspetos, entrava em choque com a própria realidade vivida em Portugal. A sua aplicação era mais apropriada à metrópole e às ilhas adjacentes dos arquipélagos de Açores e Madeira.

A Constituição de 1933 que culmina com o nascimento do Estado Novo, vai marcar uma nova época no relacionamento político e social entre a metrópole e as colónias. Terminou a Ditadura militar que tinha iniciado em 1926, com o golpe militar, e iniciou a Ditadura civil. Período, relativamente longo, marcado, principalmente, por tentativa do controlo total da vida das pessoas, perseguição e exclusão da liberdade da opinião quer individual como pública. O governo do novo regime violou muitos artigos da nova constituição, sobretudo em relação à sua aplicação nas colónias. Analisamos, de forma muito sucinta, alguns artigos onde, no nosso entender, há mais contradições. Começamos com o Art. 3º que diz: «Constituem a nação todos os cidadãos portugueses dentro ou fora do seu território, os quais são considerados dependentes do Estado e das leis portuguesas, salvas as regras aplicáveis de direito internacional.»¹⁹⁹ Notamos aqui uma certa discriminação porque nas colónias havia uma parte considerável da população que não era cidadã e, sendo assim, de acordo com este artigo, não fazia parte da nação portuguesa. Todos tinham que cumprir as leis portuguesas, mas no entanto, a grande maioria não beneficiava dos privilégios que eram concedidos aos cidadãos portugueses. Em Cabo Verde, desde de muito cedo, a população adquiriu o estatuto de cidadão português, mas havia discriminação entre os portugueses da metrópole que viviam nas ilhas e os cabo-verdianos. Tal facto era mais notável na ocupação dos cargos de administração pública em que os primeiros preenchiam sempre os cargos mais importantes. Como referimos anteriormente, com a publicação da Carta Orgânica do Império Colonial Português, em 1933, foi retomado o estatuto de indígena, que em Cabo Verde, embora não se aplicasse, teve repercussão sobre os cabo-verdianos que trabalhavam nas roças de São Tomé e Príncipe. Isto constituiu motivo de descontentamento e contestação dos cabo-verdianos no país e no exterior.

Ainda referente a este título I, Da Nação Portuguesa, o Art.º 5º afirma o seguinte «*O Estado Português é uma República unitária e corporativa, baseada na igualdade dos cidadãos perante a lei, no livre acesso de todas as classes aos benefícios da civilização e na interferência de todos os elementos estruturais da Nação na vida administrativa e na feitura*

¹⁹⁹ Constituição Política da República Portuguesa. Suplemento nº 8 ao Boletim nº 10 de 13 de Março de 1933

das leis.» A igualdade dos cidadãos não existia nem em Portugal continental e muito menos nos outros espaços. Nas colónias africanas, com exceção a Cabo Verde, dividiam as populações em brancos, assimilados e indígenas, existindo outra classificação que consistia em europeus, assimilados e primitivos. Esta discriminação demonstra claramente que não podia haver igualdade entre as populações das colónias. Por outro lado, nas colónias poucos gozavam do estatuto de cidadãos, sendo assim, não se podia falar de igualdade entre os cidadãos. Neste sentido, a Constituição era para a minoria, e por isso deveria ser aplicada apenas aos portugueses da metrópole, aos habitantes da Açores e Madeira e aos poucos habitantes dos domínios africanos que usufruíam de estatuto de cidadão português. Referindo a parte do artigo que fala – ‘do livre acesso de todas as classes aos benefícios da civilização’, sabemos que isto não ocorria na realidade, pois, havia no ensino, duas escolas diferentes. Uma para os europeus e assimilados e uma para os primitivos.²⁰⁰ Os africanos reconhecendo as vantagens da condição de assimilado, procuravam alcançar esta posição, mas deparavam sempre com barreiras dos dirigentes administrativos. «*As autoridades administrativas mobilizaram por isso a sua máxima vontade para travar a multiplicação dos assimilados.*»²⁰¹ Neste contexto, não era possível os assimilados conseguirem os benefícios da civilização e muito menos os chamados ‘primitivos’. A situação da discriminação das populações das colónias acentuou-se em 1937, com a exclusão dos que não eram filhos dos pais europeus de participarem no exército metropolitano. Como era de esperar, esta medida restritiva de participação dos filhos coloniais no exército metropolitano provocou rápida reação em Cabo Verde e, possivelmente, em todas as outras colónias. Isto ficou comprovado com o artigo do jornal, *Notícias de Cabo Verde*, único jornal a circular no país na época. Assim, em alguns pontos do artigo – **Os filhos de coloniais serão excluídos do Exército Metropolitano**, citados a seguir, sente-se esse descontentamento. Começando com: «*o 1º - que a exclusão dos filhos de coloniais do futuro exército metropolitano, além de ser uma pungente medida para o patriotismo deles, seria ainda mais dolorosa para eles por admitir nesse Exército os filhos de indivíduos naturalizados, e, portanto primitivamente estrangeiros; 5º - que, finalmente, não estaria em harmonia com os simpáticos intuitos do actual governo, de congregar os coloniais em volta da Mãe-Pátria, e estaria até em contradição com essa própria lei, pois que ela acha*

²⁰⁰ João Carlos Paulo, in *História da Expansão Portuguesa*, Vol. V, op. cit. p. 316. Estes dois géneros de escolas baseavam mais no ‘grau de civilização’, isto é, na aquisição de padrões culturais europeus. Os assimilados renunciaram os seus padrões culturais e adotaram os dos europeus, comportando à maneira europeia. É neste sentido que os assimilados frequentavam a mesma escola que os europeus.

²⁰¹ Isabel Castro Henriques, in *História da Expansão Portuguesa*, Vol. V, op. cit. p. 228

*o Exército Colonial apto e digno de defender a integridade do território português na Europa, em caso de guerra.»*²⁰²

Centrando a nossa atenção em Cabo Verde, no que se refere ao parágrafo único do art.º 5º que é seguinte - «*A igualdade perante a lei envolve o direito de ser provido aos cargos públicos, conforme a capacidade ou serviços prestados, e a negação de qualquer privilégio de nascimento, nobreza, título nobiliárquico, sexo, as diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família, e, quanto aos encargos ou vantagens dos cidadãos, as impostas pela diversidade das circunstâncias ou pela natureza das cousas.*» No arquipélago, ocorria exatamente a contrário. Os cargos mais importantes eram ocupados por portugueses vindo da metrópole não porque eram mais competentes mas simplesmente porque eram brancos. Os critérios principais eram o lugar de nascimento e a ascendência racial. Não priorizava a meritocracia. Com a implantação do Estado Novo, um regime fascista com prática racista frequente, como ficou assente no decorrer deste trabalho, ocorreu desprezo e discriminação dos mestiços, vetando-os aos lugares de destaque na administração pública. No exército, houve exclusão dos mestiços e mesmo portugueses nascidos em Cabo Verde, aos cargos de oficiais. A maioria dos intelectuais cabo-verdianos era mestiça e os mestiços tiveram um papel relevante na administração da colónia, mesmo na época salazarista, sobretudo, no início. Em Cabo Verde, contrariamente às outras colónias, os mestiços, desde cedo, ocuparam cargos sociais importantes. «*(...) muito cedo a máquina administrativa do arquipélago foi sendo assegurado pelos 'filhos da terra', com excepção dos cargos mais elevados, tipo governador, chefes militares, polícias e fazenda, reservados aos reinóis, funcionando como representantes lídimos da soberania portuguesa em Cabo Verde.*»²⁰³ Esta atitude salazarista de subalternização dos mestiços cabo-verdianos na direção da sociedade cabo-verdiana, sem justificação convincente, acabava por criar barreira no relacionamento social e uma certa animosidade em relação aos que vinham da metrópole, caracterizada por ressentimentos recíprocos. Este facto contribuiu para agendar e aumentar a antipatia dos cabo-verdianos ao novo regime, algo que se expandia às outras colónias, onde os nativos eram, ainda mais, reduzidos à condição sub-humana, sem direito de ocupar funções sociais dignas.

²⁰² Notícias de Cabo Verde de 15 de abril de 1937. O artigo é constituído por 5 pontos. Tomou-se os dois pontos como os mais demonstrativos. O artigo refere que Cabo Verde como não integrante a qualquer continente, como uma cultura europeia e com baixa taxa de analfabetismo, merecia ser incluída no regime geral que gozarão as ilhas adjacentes.

²⁰³ José Lopes Vicente, in Revista Cultura, Cabo Verde, nº especial, Setembro 2001, p. 10

Como é possível falar de igualdade perante a lei se em algumas colónias, caso da S. Tomé e Príncipe, ocorria situação análoga à escravatura. Os serviçais das roças eram submetidos a trabalhos e castigos duros, com violências corporais, tipo de punição inadmissível após abolição da escravatura. Salazar comungava do princípio, errado quanto a nós, que «o trabalho forçado constituía uma forma legítima de trazer os africanos para a civilização»²⁰⁴ O próprio capitão, Henrique Galvão, aliado do regime, ex-governador de uma das províncias de Angola, mas que posteriormente tornou-se num opositor implacável do salazarismo, afirmou: «Só os mortos escapavam ao trabalho forçado» [...] «A situação actual é pior que a criada pela escravatura»²⁰⁵ Praticava-se o segregacionismo em que os contratados não podiam frequentar os espaços dos brancos sem autorização e nem era admitido que os mesmos visitassem as outras roças sem a prévia licença.

Em relação ao Título II – Dos cidadãos, há muitas alíneas do artigo 8º que não se cumpriam nem em Portugal continental e muito menos nas colónias, tornando simplesmente numa utopia. Apresentamos algumas alíneas, as que mais eclodiam com a natureza do regime e que a aplicação das mesmas mudava toda a filosofia do salazarismo. Alinha 4º -“A liberdade de expressão de pensamento sob qualquer forma;” Prescindimos de alongar comentários sobre esta alínea, uma vez que já dissertamos acerca do assunto várias vezes. No entanto, talvez seja oportuno notar, que em qualquer regime ditatorial, dificilmente haverá liberdade de expressão de pensamento.

Alínea. 8º “Não ser privado da liberdade pessoal nem preso sem culpa formada, salvos os casos previstos no § 3º e 4º;”. Esta alínea era constantemente violada. Apesar dos parágrafos 3º e 4º esclarecerem quando se devia efetuar a prisão sem culpa formada, muitas pessoas, consideradas inimigas e perigosas ao regime, eram presas, ignorando tais parágrafos. Para Salazar, todos os indivíduos que não estavam com ele, eram considerados como inimigos. Como tal, muitos eram perseguidos e presos sem culpa formada. «A detenção muitas vezes feita sem recurso a provas objectivas, era baseada em denúncias ou práticas indiscriminadas de vigilância, com recurso à omnipresença dos agentes policiais na vida dos cidadãos, à escuta telefónica, à censura da correspondência e à multiplicação dos “informadores”, espalhados pelos organismos do Estado, pelas empresas ou pelos locais públicos de convívio social. Antes e depois da criação da PVDE, centenas de oposicionistas, militares ou civis, foram submetidos a prisão, por simples (por vezes supostos) “delitos” de

²⁰⁴ QUERIDO, Jorge, op. cit. pp. 139-140

²⁰⁵ Idem, p. 140

*opinião que a polícia política, com recurso a testemunhas saídas da própria instituição, procurava justificar com base nas declarações extorquidas dos presos.»*²⁰⁶ Ocorria privação da liberdade pessoal. Várias pessoas, consideradas inconvenientes à ditadura, eram degredadas para as colónias e mais tarde isto passou a ocorrer nas colónias em que os naturais de uma determinada colónia eram desterrados para as outras colónias. As pessoas não tinham a liberdade de viverem nos seus próprios países. Em Cabo Verde, nesse período, não havia PVDE. O serviço desta polícia era exercido pela Polícia de Segurança Pública, de forma indiscreta, contando com alguns informadores secretos.

A alínea 14º que se refere – “*A liberdade de reunião ou associação;*” constituía mais uma que constava apenas no papel. A ditadura salazarista, regime de partido único, não admitia a criação de associações, partidos, movimentos ou algos aparecidos. As organizações sociais e políticas que existiam antes foram extintas ou passaram a funcionar de forma ilegal na clandestinidade. «*No final de 1933, o edifício do Estado Novo ficou quase concluído, com repressão da liberdade de reunião e a criação do SPN, bem como da polícia política – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE). Os anos de 1934 e 1935 foram, pois, de repressão dos principais adversários do regime, tanto à direita – extinção do Movimento Nacional-Sindicalista – como à esquerda, com repressão e o desmantelamento das organizações anarco-sindicalista e comunistas.»*²⁰⁷. A dissolução dos sindicatos também ocorreu nas colónias. As medidas de restrição à liberdade de manifestações dos trabalhadores começaram antes da instalação do Estado Novo em Portugal. A proibição das confederações sindicais ocorreu em 1926, com o golpe militar e instalação da Ditadura Militar. No ano seguinte ocorreu o assalto e encerramento do jornal –A Batalha, jornal dos anarquistas e das sedes da CGTP (Confederação Geral do Trabalhadores de Portugal) e PCP. Contudo, os sindicatos operários continuaram a existir até Setembro de 1933. A partir deste ano, registou-se uma nova orientação dos sindicatos, implementada com a nova lei de reorganização dos Sindicatos Nacionais. O art.º 10 dizia «*os sindicatos nacionais exercem as suas actividades exclusivamente no plano nacional, com respeito aos interesses da nação, não podiam filiar em qualquer organização internacional e nem ter representação em congresso ou manifestações internacionais e nem podem, sem autorização do governo, contribuir monetariamente para a manutenção de organismos estrangeiros e nem receber quaisquer*

²⁰⁶ ROSAS, Fernando et al. Tribunais Políticos, Tribunais Militares Especiais e Tribunais Plenários durante a Ditadura e o Estado Novo, Lisboa, Círculo de Leitores, 2009. Pp. 24-25

²⁰⁷ MADEIRA, João, coord. et al, op. cit.

*donativos ou empréstimos»*²⁰⁸ Esta lei demonstra a intenção do governo em exercer o total controlo sobre o sindicato, restringindo ao máximo a sua ação. O objetivo é integrar o sindicato e demais organizações similares dentro da organização corporativa. «(...) o pensamento do governo é o de tomar todas as posições associativas, tal como já tomou, todas as posições políticas, só permitindo a actividade do grupo partidário em que se apoia.»²⁰⁹ Nas colónias, as medidas da Ditadura Militar, praticamente, não foram aplicadas. Com ascensão de Salazar ao poder, os sindicatos foram extintos, como já foi referido anteriormente, mas a ‘fascização’ dos sindicatos só foi alargada às colónias através do Decreto-lei nº 27552 de 5 de Março de 1937.

Em Cabo Verde, sobretudo em São Vicente, onde as greves eram mais frequentes, as medidas restritivas às ações dos sindicatos foram um duro golpe no combate dos trabalhadores contra o abuso das autoridades patronais. Os funcionários públicos eram constantemente vigiados e ameaçados, não podendo sair à rua para reivindicar o direito a trabalho e nem melhorias de condições de vida e do trabalho. Em contrapartida, o Estado Novo decreta a criação dos Sindicatos Nacionais subordinados aos interesses do estado. Como ficou dito anteriormente, os sindicatos defendiam mais interesses do Estado do que dos trabalhadores.²¹⁰

As sociedades secretas também foram dissolvidas. Neste aspeto, o arquipélago cabo-verdiano ficou prejudicado, uma vez que a maçonaria ajudava os cabo-verdianos na situação de penúria económica. O Grande Oriente Lusitano e o Grémio Lusitano enviavam, de Lisboa, géneros alimentícios para socorrerem as populações mais necessitadas. A Maçonaria pelos seus ‘*ideais humanistas e da liberdade*’, atraiu a elite cabo-verdiana comprometida na defesa dos interesses do seu povo e no progresso das ilhas.²¹¹ A perseguição da Maçonaria começou ainda antes da fundação do Estado Novo em Portugal. O período de 1931 a 1935 foi marcado pela perseguição assídua dessa instituição. Em 1935, «o deputado José Cabral apresentou, à Assembleia Nacional do Estado Novo, um projeto de lei proibindo aos cidadãos portugueses de fazerem parte de associações secretas, sob penas várias que incluíam sempre prisão, multa e, em caso de reincidência, desterro.»²¹² A lei foi aplicada a todos os domínios territoriais do Império Português. Para além da Maçonaria, existia em Cabo Verde, a

²⁰⁸ AOS/CO/PC – 10A Pt2

²⁰⁹ Idem

²¹⁰ Suplemento nº 3 ao Boletim Oficial nº 12 de 20 de Março de 1937. O Decreto-lei nº 23058 cria os sindicatos nacionais, estabelecendo os direitos e deveres dos sindicatos nacionais

²¹¹ BRITO-SEMEDO, Manuel, op. cit. pp. 230 - 239

²¹² Idem, p. 232

Carbonaria, integrando alguns ilustres intelectuais cabo-verdianos e que desempenhavam funções importantes durante a República.

A Constituição de 1933 não trouxe qualquer vantagem para Cabo Verde e as outras colónias. Os poucos benefícios que as populações das colónias usufruíam anteriormente foram extintos. Os artigos existentes na nova constituição que podiam garantir às populações um certo conforto não passavam de letras mortas. Analisando-a podemos deduzir que ela podia suscitar uma certa expectativa ou ilusão nas populações porque podiam pensar nas vantagens que aplicação de alguns artigos trazia. Porém, esses artigos que podiam trazer uma certa justiça, quanto à liberdade e igualdade, nunca foram postos em prática. Este supremo dispositivo legal criou uma certa discriminação entre as populações nas colónias. Ao invés de provocar a união acabou por fomentar a divisão. A Constituição sofreu algumas alterações em 1935, 1936, 1937 e 1938 em que neste último ano foi publicada de novo. Neste mesmo ano foi também publicado o Acto Colonial com as novas alterações efetuadas a partir de 1933.²¹³ As alterações constitucionais não tiveram reflexo positivo para as colónias. Não houve modificações dos artigos analisados anteriormente, continuando a constituição a disseminar desigualdade, desunião e aumentar o ódio e contestação ao Estado Novo. O regime, pela sua essência, não permitia a aplicação da nova constituição em nenhum espaço do Império Colonial.

No mesmo ano da publicação da nova constituição, foi publicada a Carta Orgânica do Império Colonial, aprovada pelo decreto-lei nº 23228 de 15 de Novembro e a Reforma Administrativa Ultramarina, aprovada pelo decreto-lei nº23229 da mesma data. Estes dois documentos reforçaram a centralização do poder e as prerrogativas do ministro das Colónias, bases normativas que se encontravam plasmadas no Acto Colonial. Não trouxeram quaisquer ganhos para os habitantes das colónias. Extinguiu os Altos Comissários e em substituição dos mesmos criaram-se os governadores. Em Cabo Verde, não havia os Altos Comissários, mas em Angola e Moçambique onde registavam essas autoridades, revestiam de grandes poderes, permitindo-os tomar decisões importantes no desenvolvimento das colónias. Os substitutos, como afirmamos, transformaram-se em meros representantes simbólicos do poder central, porta-vozes do autoritarismo de Salazar e do ministro das colónias, Armindo Monteiro. De acordo com a Carta Orgânica do Império Colonial Português de 1933, o Governo Colonial é constituído por seguintes órgãos: Conselho de Governo, dirigido superiormente pelo governador; a secção Permanente do Conselho do Governo; os Conselhos Técnicos que a lei

²¹³ Suplemento nº 7 ao Boletim Oficial nº 37 15 de Setembro de 1938.

indicar. O Governador é nomeado por Conselho de Ministros sob proposta do Ministro das Colónias e responde diretamente perante o mesmo. A duração do mandato do Governador é de 4 anos.²¹⁴

Esta Carta no seu artigo 85 dizia «*todas as colónias que formam o Império Colonial são solidárias entre si com a metrópole. Neste princípio fundamental se deve inspirar toda a sua actividade espiritual, administrativa, financeira e económica*»²¹⁵ No regime que se vivia na época, as colónias dificilmente poderiam ser solidárias com a metrópole. Administração colonial prejudicava imensamente as colónias e bloqueava a potencialidade do desenvolvimento das mesmas. Cabo Verde, colónia onde a população morria de fome por falta de solidariedade da metrópole, este artigo podia ser interpretado mais como provocação senão mesmo injúria. Por isso, as colónias eram solidárias entre si, embora esta solidariedade pudesse ser perturbada pelo regime, mas não solidárias com a metrópole. Caso houvesse esta solidariedade, a mesma era forçada e imposta pela ditadura salazarista.

3.5 A Censura

A outra medida salazarista que marcou de forma indelével, a História das colónias, durante o período de Estado Novo, foi exatamente a Censura, criada pelo Decreto nº 22.469, de 11 de Abril de 1933²¹⁶ que tornou extensiva às colónias em 1936, através do decreto-lei nº 26.589, de 14 de Maio de 1936.²¹⁷

Em Cabo Verde, mais que a Censura à imprensa e interdição de formação de associações, partidos, entre outros, estava a terrível penalização económica que atingia a maioria da população que era carenciada. A asfixia económica que os habitantes sofriam era mais dura do que qualquer Censura. A fome retirava a capacidade da população de reagir racional e eficazmente ao regime. Enfrentar a repressão da ditadura que abrangia todos os aspetos da vida, exigia um sapiência apurada e uma estratégia afinada que permitiam furar a teia do competente aparelho censor salazarista. A fome limitava a capacidade física e intelectual da população, tornando-a mais frágil e mais fácil de submeter à ditadura. Foi a verdadeira e dura censura que o povo cabo-verdiano sofreu ao longo dos séculos.

²¹⁴ AOS/CO/UL/ - 1A Pt2

²¹⁵ Idem

²¹⁶ OLIVEIRA, João Nobre de, op. cit. p. 419.

²¹⁷ Diário do Governo, I Série, nº 22 de 27 de Janeiro de 1937. Segundo o Diário, era necessário acabar com abuso de alguns jornais nas colónias e para tal publicaram o decreto-lei como forma de defesa do Estado Novo.

A Censura não foi obra do Estado Novo. Já existia na I República e foi aperfeiçoada e reforçada no regime da Ditadura Militar. Na época do salazarismo, tomou uma nova dimensão e assumiu maior eficácia. Os legisladores da Ditadura Militar «*proibiram, sob pena de prisão e multa, a publicidade ou venda de quaisquer publicações com “ultraje às instituições republicanas ou injúria, difamação ou ameaça contra o Presidente da República, no exercício das suas funções ou fora dele”*».²¹⁸ A Censura salazarista era mais abrangente, mais repressiva e com aparelhos e meios mais sofisticados de vigilância. Não restringiu somente ao setor político, atingiu a cultura nas suas várias vertentes, desde de literatura, teatro, música e dança, entre outras. A ação da Censura começou com proibição na imprensa do uso de palavras como ‘juventude’, ‘estudante’, ‘sindicalista’, ‘suicídio’, ‘aborto’, ‘loucura’, ‘burla’, ‘bairro de lata’, ‘emigração’, entre outras várias palavras.²¹⁹ O próprio Salazar reconhecia a dificuldade de impor o regime em Portugal e por isso recorria aos meios coercivos para impedir as revoltas e possível queda do regime através do golpe. Tentava a todo custo, através da Censura, vergar os opositores, limitar ao máximo as suas ações e afastar todas as ameaças, quer interna como externa, que podiam minar o regime. Para Salazar, «*a Censura era uma “arma legítima” de um governo autoritário*». Ainda afirmou: «*‘regime português’ era o mais brando e tolerante de todos os ‘regimes autoritários’ então existentes.*»²²⁰ Acreditando no dizer de Salazar que o salazarismo era menos duro, menos terrorizante que os outros regimes fascistas, seus congéneres, referindo em concreto, o nazismo e o fascismo italiano de Mussolini, o certo é que as populações das colónias não tinham experimentados um regime tão violento, repressivo, sobretudo a nível político, como este.

Nas colónias e Cabo Verde em particular a Censura foi aplicada de forma mais sistemática, a partir de 1936, com a sua remodelação. As leis da Censura eram aplicadas de forma mais restrita nas colónias, embora em Portugal houvesse mais e melhores meios para aplicação das mesmas. Algumas obras de autores portugueses que circulavam em Portugal foram proibidas de circularem em Cabo Verde. Para além dos livros de autores portugueses, foram interditas de circularem nas ilhas, também autores brasileiros, das outras colónias africanas, inclusive os de autores cabo-verdianos, publicados localmente. É de recordar que o

²¹⁸ MADEIRA, JOÃO, coord. e al. *Vítimas de Salazar – Estado e Violência Política*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2007, p. 35.

²¹⁹ *Idem*, pp. 33-34. No fim desta última página afirma que nada escapava à Censura, desde «Prémios Nobel, a algas, desde bailes a missa, desde gasolina a leite, desde emigrantes a pugilista, desde o Prada ao New York Times, desde as orgias aos aliados e amigos». Neste aspeto, a Censura tornava a vida das pessoas, principalmente os opositores, num autêntico inferno.

²²⁰ *Idem*, p. 38

Arquipélago, obra de Jorge Barbosa, foi parar ao lume em 1935. As obras que eram mais vigiadas quanto à circulação eram as de orientação marxista, pois o comunismo constituía um forte inimigo do salazarismo. Os jornais, publicados localmente e na metrópole, foram censurados. De todos os jornais publicados na capital do Império, provavelmente, *O Século* foi o mais censurado nos últimos cinco anos da década trinta. «*O Século, no período 1935-1939 foi, possivelmente, o jornal mais censurado de acordo com a pesquisa apresenta vários cortes de censura tanto em relação à Metrópole como às colónias. Vários artigos de diversos sectores sociais, Associações, Ligas, Sindicatos, etc., foram visados por Comissão de Censura.*»²²¹

As condições impostas pela Censura e as suas ameaças levaram redução significativa das publicações em Cabo Verde a partir de 1936. As exigências quanto ao diretor do jornal que tinha que ser cidadão português e com curso superior, sujeição ao governador de adoção e alteração do título, ameaças com multa, prisão, suspensão ou mesmo demissão do diretor e outros jornalistas por qualquer pequena irregularidade, etc., fizeram desaparecer muitos jornais e desincentivar o aparecimento de novos. Assim, antes de 1936, havia os jornais, *Notícias de Cabo Verde, Ressurgimento, Defesa, Eco de Cabo Verde, Mocidade Caboverdeana, Juventude* e *Boletim dos Falcões de Cabo Verde*, todos surgidos na década 30 do século anterior, sendo a maioria surgida no ano de 1933. Depois de 1936 só havia *Notícias de Cabo Verde*, fundado em 1931 e a revista *Claridade* que surgiu em Março de 1936. Escrever tornou-se num ato de cinismo. Os escritores, opositores do regime, tinham que fingir que estavam de acordo com o regime. Não relatavam os acontecimentos que passavam em Cabo Verde porque estes demonstravam claramente a incompetência do governo central, o que não era admitido pelo autoritarismo salazarista. Não se escreviam o que se deviam escrever, mas sim o que o regime desejava e permitia. Escreviam para agradar a ditadura salazarista, aparentemente, porque isto não era o desejo e nem objetivo desses escritores, e não para informar a população. A conjuntura assim exigia mas a população podia não entender tal atitude desses intelectuais, associando-os ao regime. Muitos acontecimentos que ocorriam no estrangeiro e no país eram proibidos de serem difundidos. Só a título de exemplo, «*entre 30 de Setembro e 1 de Outubro de 1939, foram por exemplo, cortadas: uma notícia a dar conta que Hitler estava a encarar uma acção contra a Bélgica, transcrições de jornais franceses e ingleses com 'expressões injuriosas para Hitler e o governo alemão', bem como todas as notícias vindas de Londres com revelações sobre as ambições de Hitler ou Estaline.*

²²¹ AOS/CO/PC – 10A Pt8

(...)»²²². Estas notícias não podiam circular em Portugal e nem nas colónias. Nas ilhas, as fomes não podiam ser noticiadas e muito menos as mortes provocadas pelas mesmas. A Censura modificava a verdade dos factos, pois, a imprensa só descrevia o que lhe era permitido relatar. Face a esta situação inóspita para a escrita, muitos escritores reformaram-se antecipadamente quanto à sua atividade. Segundo o escritor Manuel Lopes, um dos fundadores da revista *Claridade*, «*as censuras periféricas são as mais rigorosas porque elas são censuradas: o censor periférico é censurado, de maneira que eles são muito rigorosos.*» Os escritores procuravam sempre palavras para substituírem as censuradas. Citou ainda, como ele não podia dizer que a *emigração para S. Tomé é a emigração mais negra que Cabo Verde sofreu, substituiu a palavra negra por cinzenta, o mesmo aconteceu com o povo que foi substituído por habitantes.*²²³ Escrever exigia uma certa habilidade e criatividade que obrigavam os escritores a sacrificarem os seus orgulhos e alguns princípios, aspetos que alguns escritores não se sujeitaram.

Os governadores tinham papel importante na aplicação da Censura nas colónias. Comprovamos isto através de algumas ideias retiradas nos artigos e alíneas, concernentes ao Capítulo VII, Da Censura, integrado no Decreto nº 27:495, que afirma: «*A censura era exercida por comissões nomeadas pelo governo das colónias, encabeçado por governador; as funções da comissão podem ser remuneradas pelo governador; o governador pode demitir as pessoas nomeadas para a comissão; as comissões de censura ficam subordinadas ao gabinete do governador; os lesados podem recorrer das decisões das comissões de censura, dirigindo o recurso ao governador; depois do despacho do governador não há mais recurso; os governadores podem suspender a publicação do periódico por tempo que entender e em última circunstância suprimi-lo, entre outras prerrogativas que os governadores detinham.*»²²⁴

Perdendo os poderes que tinham na I República, os governadores transformaram-se mais em porta-vozes do governo central do que porta-vozes dos problemas das populações. Devido ao autoritarismo do regime e a própria Censura, os governadores não ousavam defender os interesses das populações quando estes incompatibilizavam com os princípios salazaristas. As entrevistas concedidas por estas autoridades coloniais eram cuidadas, com uso

²²² MADEIRA, JOÃO, coord. et al, op. cit. p. 41

²²³ SPÍNOLA, Danny. *Evocações*, vol. I – Uma colectânea de textos apontamentos reportagens e entrevistas à volta da Cultura Cabo-Verdiana, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2004, p. 212. Entrevista concedida por Manuel Lopes ao escritor Danny Spínola.

²²⁴ Diário do Governo, I Série, nº 22 de 27 de Janeiro de 1937, artigos 66º, 67º, 69º e 70º

de palavras seletivas que não feriam a sensibilidade do regime. Sabiam do que acontecia com os presos políticos nas mais diversas prisões e que alguns, devido aos maus tratos e falta de cuidado médico adequado e atempado acabaram por perder a própria vida.

Em Cabo Verde, o governador, Amadeu Gomes Figueiredo, que foi empossado no seu cargo em 1931, antes de ascensão de Salazar ao poder, pelo tempo que durou no poder, uma década, tudo leva a crer que agradava o regime. O governador não teve, pelo menos, grande dissenso com o governo de Salazar, embora tivesse feito algumas pequenas críticas com uma certa diplomacia. Talvez mais exigências, ou mais concretamente apelo, que propriamente críticas. Demonstrou o seu descontentamento em relação ao desconto que o governo central fazia da taxa do cabo submarino, antes do surgimento do Estado Novo e durante a sua vigência. Possivelmente, devido a sua persistência, acabou, segundo ele mesmo, como ficou dito anteriormente, por ter conseguido do Ministro das Colónias, a garantia da totalidade desta taxa, abdicando o governo central do desconto. Foi crítico, quanto ao encerramento do liceu Infante D. Henrique, enviando telegrama ao governo central, manifestando não só o seu repúdio mas, sobretudo a revolta feroz da população cabo-verdiana, principalmente, a de São Vicente. Estava em iminência uma grande revolta, caso não houvesse a reabertura imediata do liceu. O governador, face a essa grave situação, não poderia ter outro tipo de comportamento. Preocupava-se com a calamidade cabo-verdiana, apelando ao governo da metrópole a resolução dos problemas mas prementes. Conseguia alguns empréstimos, investimentos e realização de algumas obras, mas nem sempre os seus apelos eram satisfeitos.

O governador, Amadeu de Figueiredo, não teve, em conformidade com a investigação feita, grande contestação da população das ilhas contra a sua pessoa. Ocorreram algumas revoltas mas dirigidas mais ao governo central do que à sua pessoa. Possivelmente havia alguma inimizade entre ele e alguns intelectuais como o caso de Baltasar da Silva, anteriormente referido. Era sem dúvida cúmplice do regime e não se podia esperar outra coisa. A condição económica e social degradante do arquipélago associada ao ostracismo e a ditadura do poder central, que se agravou consideravelmente com o Estado Novo, não permitia a qualquer governador conseguir boa aceitação da população. Não podia satisfazer social, económica e politicamente os ensejos dos cabo-verdianos. Ele era vítima do próprio regime e da população que exigia dele a resolução dos problemas que não dependia propriamente da sua vontade ou da sua exclusiva vontade. Neste sentido, era normal que houvesse protestos nas ilhas contra o governador. Por outro lado, registava-se crítica dos jornais contra o regime e contra o governador, o que levou, como é óbvio, a extinção desses

jornais. Foi o que aconteceu com o jornal são nicolaense, *Defesa*, que ao atacar em todas as direções, a tudo e todos, sem fazer o mínimo de elogio ao Salazar e ao governador de Cabo Verde, acabou por assinar a sua própria sentença da morte.²²⁵

A Censura em Cabo Verde, a semelhança de Portugal, não ficou somente pela imprensa. Ela exerceu a sua vigilância sobre a música e dança com enfoque para batuque, funaná e a tabanca, sendo esta última, uma festa popular de caráter religioso que se comemora quase exclusivamente em Santiago. Estas manifestações culturais de origem africana foram vítimas de preconceito e perseguição antes da instalação do Estado Novo. «A título meramente indicativo, entre 1923 e 1927 a Tabanca antes proibida, foi alternadamente autorizada, limitada, permitida devido à pressão dos naturais influentes na administração.»²²⁶ Esta ação cultural foi mesmo extinta oficialmente pelo regime republicano na primeira metade da década vinte do século passado. «A portaria provincial nº 42 de 26 de Abril de 1923 extingue oficialmente a Tabanca por ser manifestação de feitio gentílico, sendo motivo de desordem e afastando o povo de trabalho durante períodos longos de orgia.»²²⁷ Porém, com o salazarismo, sofrem de novo a Censura mas de forma mais rígida, pois, os aparelhos repressivos do governo Salazar eram mais eficazes que os dos regimes anteriores. «Ainda no que respeita a manifestações da cultura popular a censura reprimiu o Batuque, a Tabanca e exerceu grande pressão sobre o uso generalizado do crioulo.»²²⁸ A Censura dificultava a vida do cidadão comum que para além da “censura da barriga”, não podia realizar certas manifestações culturais que podiam servir de meios de amenizar a dor provocada pelas fomes e a severidade da vida. Ela mexia também com a espiritualidade dos cabo-verdianos porque a tabanca era encarada como um ato religioso, associada à comemoração de santos.

Reprimir o uso generalizado do crioulo era mais grave. Sendo o crioulo a língua materna cabo-verdiana, era língua que a população das ilhas utilizava para melhor exprimir os seus sentimentos, a sua mundividência e que permitia a melhor compreensão. Esta repressão podia comprometer a convivência, a relação entre os cabo-verdianos e entre estes e os que vinham do exterior que acabavam por aprender ou assimilar rapidamente o crioulo. «A língua

²²⁵ OLIVEIRA, João Nobre de, op. Cit., pp. 457-458.

²²⁶ SEMEDO, José Maria, in Cabo Verde – Insularidade e Literatura, coord. de Manuel Veiga, Editions Karthala, 1998, p. 91. A portaria provincial nº 42 de 26 de Abril de 1923 extingue oficialmente a Tabanca por ser manifestação de feitio gentílico, sendo motivo de desordem e afastando o povo de trabalho durante período longos de orgia. Boletim oficial nº 26 de 25 de junho de 1927.

²²⁷ BO nº 26 de 25 de Junho de 1927

²²⁸ LOPES, Leão, op. Cit., p. 348

*crioula é uma das que se falam com mais rapidez, no mundo. É bela e muito musical. A conversação soa como uma longa palavra de suave melodia.»*²²⁹ A repressão sobre esta língua foi, possivelmente, devido ao uso da mesma pelos descendentes dos europeus, provocando a diminuição radical do uso da língua portuguesa. Por outro lado, a restrição podia por em causa a identidade cultural cabo-verdiana, tendo em conta que a língua crioula, é um dos, senão o elemento mais importante da cultura cabo-verdiana e como tal da identidade cultural cabo-verdiana.

3.6 O Campo Concentração de Tarrafal

A medida que, provavelmente, pode ser considerado como símbolo da máxima repressão do Estado Novo, foi sem dúvida, a criação da Colónia Penal do Tarrafal. O nosso objetivo não é fazer uma análise profunda e exaustiva deste ponto de trabalho, mas simplesmente, tentar perceber o seu impacto, sobretudo a nível psicológico, para os cabo-verdianos.

A Colónia Penal do Tarrafal foi criada através do Decreto-lei nº 26:539 de 23 de Abril de 1936:« *É necessário dar execução imediata ao disposto nos decretos nºs 23:203, de 6 de Novembro de 1933, e 24:112, de 29 de Junho de 1934, prevêm a instalação de uma colónia penal para presos políticos e sociais no ultramar.»*²³⁰

Cabo Verde, desde de cedo, serviu de lugar para os deportados, por isso, visto por alguns, principalmente europeus, como prisão. As outras colónias desempenhavam essa função, mas provavelmente, Cabo Verde era o lugar onde havia maior concentração de deportados europeus. A ilha de São Nicolau era a ilha onde registava maior número de deportados. Em Janeiro de 1933, de acordo com a relação dos deportados regressados ao continente, «dos 121 deportados, 68 partirão da ilha de S. Nicolau».²³¹ É importante recordar que os deportados eram utilizados para tentar diminuir a mestiçagem no arquipélago. Os cabo-verdianos não estavam contentes com a decisão de estabelecer no país um depósito de degredados. Esta medida prejudicava a imagem do arquipélago que era considerado, pelo avanço conseguido a nível “civilizacional” o “modelo” das colónias portuguesas da África. Os degredados aumentavam o problema de Cabo Verde, contribuindo para o aumento da população o aumento do desemprego e faziam concorrência aos cabo-verdianos nos empregos

²²⁹ Notícias de Cabo Verde de 15 de Maio de 1933

²³⁰ Boletim Oficial nº 20 de 15 de Maio de 1937.

²³¹ AHU 785 1I – 10 MU Mc – Deportação – Incorporação no DGS

públicos. «Dizem os defensores do degredo que os condenados poderão sempre ser aproveitados ou como colonizadores que povoem a colónia e explorem os seus recursos económicos, ou como mão d' obra para os trabalhos públicos e para as diferentes explorações agrícolas e industriais ou ainda como elementos militares.»²³² Porém, os cabo-verdianos não tinham a mesma perceção e refutam tal posição. No mesmo artigo, o articulista contradiz a opinião em cima com: «Pelo que respeita à primeira, quere-nos parecer que, se há colónia portuguesa onde a necessidade de povoamento e colonização se não faz sentir, é certamente Cabo Verde que, a-pesar de toda a mortalidade provocada pelas crises de 1904 e 1921, tem uma densidade de população superior à de alguns distritos do continente e que, no dizer insuspeito de muitos ilustres metropolitanos, se encontra, sob o ponto de vista de civilização, em plano muito superior de algumas regiões da metrópole. No tocante à mão d' obra, é ela tao abundante no arquipélago que há que abrir obras públicas para dar trabalho à população, (...)»²³³ Deste modo, no início da vigência do Estado Novo, a deportação para as ilhas era contestada. É certo que a contestação quanto ao assunto não começou nessa época, mas a nossa atenção concentra-se mais nesse período. Como ficou assente, anteriormente, alguns deportados desempenharam papel importante em Cabo Verde, criando laços afetivos com o território, elogiando a população cabo-verdiana, exigindo mais e melhor atenção do governo central face aos problemas das ilhas.

Os degredados nas colónias eram motivo de preocupação de Salazar, ainda antes da sua ascensão ao poder. A apreciação sobre os mesmos não era simpática. Antes de implantação do Estado Novo, Armindo Monteiro, enviado de Salazar à Angola, numa nota enviada ao mesmo, afirmou o seguinte: «até agora a nota que mais me feriu foi a dos degredados – que enxameiam por estas ruas. Chega-se a ter a impressão de que aqui e ali, dominam a população. É horrível. No Palácio vivem cercados por eles. Cruzam-se com os pretos com uma facilidade que desgosta. (...) Desnorteiam o povo, indisciplinam o preto. Aponta-nos como a causa-mãe de toda a desmoralização corrente».²³⁴ Podiam constituir uma ameaça ao regime, muitos, principalmente, os deportados a partir de instauração da Ditadura Militar, eram militares e comunistas, inimigos implacáveis do salazarismo que, mesmo longe de Portugal, podiam, com experiência adquirida em Portugal, mobilizar as populações a revoltarem contra o novo regime.

²³² Notícias de Cabo Verde nº 39 de 8 de Abril de 1933

²³³ Idem

²³⁴ Yves Léonard, in História da Expansão Portuguesa, Vol. V, op. cit. p. 20

Antes das construções das colónias penais em Cabo Verde, os desterrados cumpriam as suas penas em regime aberto, pois, não eram encarcerados nas prisões. A partir da década 30, do século XX, a realidade mudou. Começaram a criar colónias penais nas colónias para o encarceramento dos deportados. Geralmente, os criminosos não cumpriam as suas penas nos seus próprios países de origem, eram enviados para as outras colónias. Justifica assim a criação de colónias penais, “campo de concentração” em quase todas as outras colónias. Esta situação tornou-se mais concreta com a criação dos tribunais militares territoriais, em 1938, com competência de julgar os crimes dentro da área da sua jurisdição. Os condenados cabo-verdianos eram enviados para S. Tomé e Príncipe, enquanto que a Colónia Penal de Cabo Verde acolhia os presos de Moçambique e os de colónias do ocidente.²³⁵

O campo de concentração de Tarrafal, ilha de Santiago, não foi o primeiro campo instalado em Cabo Verde. O de São Nicolau antecedeu o de Tarrafal. Instituído em 1931, o campo de concentração de S. Nicolau foi concebido para o internamento dos revolucionários da revolta da Madeira que eclodiu em 1931 e rapidamente passou a acolher os deportados de Açores e Guiné.²³⁶ Nesse mesmo ano da sua criação, instalado no antigo edifício seminário-liceu, na Ribeira Brava, o campo de concentração abrigava um número considerável de presos. «*Pelo verão de 1931, a colónia penal de São Nicolau (Cabo Verde) acumulava cerca de cento e sessenta presos, nas antigas instalações do seminário da vila da Ribeira Brava, que já tinha servido de acomodação a prisioneiros alemães.*»²³⁷

O campo de concentração de Tarrafal, fundado pelo Estado Novo, constituiu o símbolo de maior repressão do regime salazarista. Fica localizado no Tarrafal, no extremo norte de Santiago, a cerca de 75 quilómetros de Praia, capital de Cabo Verde. Foi escolhido depois dos estudos feitos na Boa Vista e São Nicolau, por preencher melhores requisitos para instalação do estabelecimento prisional que se pretendia. O seu isolamento do centro, a dificuldade de acesso, problema de transporte e comunicação, deficiência de condição de higiene, a severidade do clima, inexistência de água potável, fraca capacidade produtiva,

²³⁵ BARROS, Víctor. Campos de Concentração em Cabo Verde, Coimbra, Imprensa de Universidade de Coimbra, 2009, p. 55

²³⁶ Idem, p. 71

²³⁷ ROSAS, Fernando et al, op. cit. P. 22. No espaço onde foi instalado o campo de concentração na altura funcionava o Instituto Cabo-verdiano de Instrução que foi encerrado de imediato. Esta decisão foi uma humilhação para os intelectuais cabo-verdianos, sobretudo para aqueles que passaram por aquele centro de intelectualidade cabo-verdiana dos finais do século XIX e início do século XX. Transformar aquele que foi o centro de irradiação de conhecimentos em campo de repressão e ato desumanidade, constituía um certo para com a população cabo-verdiana. Por outro lado, o edifício não reunia condições para a instalação de um campo de concentração e a necessária adaptação alterava todo o sentido histórico e cultural desse património construído.

facilidade de vigilância são algumas das valias, segundo os técnicos responsáveis pelos estudos do espaço, que ditaram a escolha do Chão Bom no Tarrafal, como lugar ideal para implantação do dito campo.²³⁸

O campo de concentração foi concebido para o encarceramento, essencialmente, dos presos políticos e sociais, considerados como ameaças ao Estado, às autoridades e à ordem social. No dizer de Victor Barros, autor já citado, os principais motivos que estão na origem da criação dessa colónia penal eram: sobrelotação das prisões do continente, aumento das vagas das prisões efetuadas pelo novo regime e a necessidade de uma resposta adequada aos delinquentes políticos. Contudo, outros afirmam que a causa imediata de aceleração da instalação da colónia penal foi a revolta dos marinheiros, de 8 de Setembro de 1936, da qual houve grande repressão e elevado número de presos. Para José Soares Tavares, outro autor citado, a criação do Campo de Concentração está diretamente ligada à Guerra Civil Espanhola. Na retórica do governo salazarista, não era um campo de concentração, mas simplesmente uma colónia penal, semelhante a qualquer estabelecimento prisional da metrópole. É evidente que isto não correspondia o sentimento e opinião daqueles que tiveram de passar por esse inferno. Para os presos desse cárcere, era um verdadeiro campo de concentração onde se aprisionavam os opositores do regime autoritário de Salazar que pretendia livrar desses incómodos a tudo custo, mesmo que para tal, fosse necessário, eliminá-los, para além de política, fisicamente. *«O governo justificava ainda que que essa Colónia constituía um simples estabelecimento prisional semelhante aos que havia na Metrópole, dirigidos pelo Ministério da Justiça, (...). Todavia, para os presos que passaram por este estabelecimento prisional, como foi o caso de Cândido de Oliveira, Pedro Soares, Joaquim Ribeiro, Miguel Wager Russell, entre outros, ele constituiu um verdadeiro Campo de Concentração à semelhança dos campos de concentração nazis, uma vez que foram verdadeiros depósitos arbitrários dos adversários do regime.»*²³⁹

O campo era destinado, de início, aos portugueses de Portugal continental e aos madeirenses e açorianos. Foi inaugurado em 29 de Outubro de 1936, com 152 reclusos vindos de Portugal e Açores, no navio *Luanda*. Sem mínima condição para internamento dos presos, os recém-chegados começam por enfrentar a hostilidade do meio ambiente, propício para propagação de doenças letais como o paludismo e cólera. As barracas que serviam como celas eram feitas, inicialmente de lona, com pouca luminosidade e circulação de ar, com um calor

²³⁸ AOS/CU/UL/ - 10 pt16 Decreto-Lei 26-539 de 23 de Abril de 1936 – Criação de Colónia Penal de Tarrafal

²³⁹ TAVARES, José Manuel Soares. O Campo de Concentração do Tarrafal – (1936-1954) – Origem e o Quotidiano, Lisboa, Edições Colibri, 2007, p. 65.

infernical durante o dia. Devido a esses horrores, o campo de concentração era encarado por alguns, principalmente, os presos como “aldeia da morte.” Os presos eram punidos duplamente, o desterro e o encarceramento no campo, mas também sofriam duplo isolamento, separação do país de origem, das famílias e amigos bem como a impossibilidade de contato com a população local. O tempo de prisão variava entre os 15 meses a 252 meses. Contudo havia presos que passavam tempo na prisão para além do estipulado na sentença e este tempo, para alguns, ultrapassava uma centena de meses. Ainda havia presos preventivos, sem culpa formada, que aguardavam vários anos pelo julgamento na prisão sem que estes anos contassem na posterior sentença.²⁴⁰ A penalização não atingia apenas os condenados, acaba por prejudicar as famílias destes que tinham que procurar, em certas circunstâncias, novas formas de sobrevivência. Houve destruição de famílias, principalmente com a morte dos degredados. O campo de concentração era, praticamente, de início, a morte política dos condenados.

Centrando a nossa atenção na questão fulcral deste ponto de trabalho, os efeitos de campo de concentração para a população cabo-verdiana, começamos por dizer que o mesmo teve um reflexo negativo. Ficava a sensação que Cabo Verde era o espaço de repressão do regime salazarista. O país de per si, vítima da natureza, torna-se vítima do regime, carregando esta imagem negativa perante os olhos das poluções portuguesas da metrópole e ilhas adjacentes, bem como as das outras colónias.

O primeiro impacto do Campo de Concentração era para a pequena população do Tarrafal no momento de desembarque dos condenados. Ficava incrédula e consternada com o tratamento inumano a que eram submetidos. Nunca tinha visto essa crueldade. Pior que não podia fazer nada. As pessoas não podiam falar nem aproximar dos degredados. De acordo com o depoimento de Manuel Gomes de Barros, um dos naturais do Concelho do Tarrafal, *«quando chegaram os primeiros presos ao Campo o nosso sentimento era de tristeza tendo em conta o modo como eram tratados. Nem se quer chegávamos a falar com eles, uma vez que era expressamente proibido aproximarmo-nos deles e nunca soubermos os verdadeiros motivos das suas prisões.»*²⁴¹ A população local podia certificar-se da dureza, do caráter desumano do regime. Não podia manter o contacto com os presos na altura do desembarque e nem mais tarde. Posteriormente, os tarrafalenses, em número reduzido, retiravam pequenos benefícios da instalação do campo com trabalho remunerado que prestavam ao mesmo e

²⁴⁰ Idem, pp. 246-258

²⁴¹ Idem, p. 131.

produtos que vendiam, sobretudo, para alimentação dos reclusos. Porém, isto não terá mudado o sentimento negativo da população em relação ao campo de concentração.

O Campo de Concentração tinha este objetivo de intimidar a população e tornou-se numa medida preventiva. Funcionou como tortura psicológica para os cabo-verdianos, sobretudo para os opositores do regime. A informação sobre os castigos que ocorriam ali, faziam temer qualquer um. A tortura corporal frequente, alimentação deficitária, ineficiência de cuidado médico, recorrência constantemente a frigideira, “segredo”, associados às características do meio ambiente, constituem fatores responsáveis pela alta taxa de mortalidade dos reclusos. A morte tornou-se uma realidade concreta ainda antes do Campo completar um ano de existência. *«Só no mês de Setembro de 1937 morreram 6 portugueses no Tarrafal, sendo o mais velho com 48 anos e o mais novo com 27 anos. Foram vítimas do criminoso abandono dos dirigentes da Colónia Penal, o ditador capitão Manuel Martins dos Reis e o médico assistente Esmeraldo Prata.»*²⁴² Praticamente ocorriam mortes todos os anos. Em 1938 registou metade de mortes em comparação com o ano de 1937. No entanto em 1938, um pouco estranho, não se registou nenhuma entrada de presos, no Campo de Concentração de Tarrafal, segundo José Tavares, apesar de multiplicação das ações dos que eram considerados de inimigos da nação, da pátria. *«Em 1938 houve intensificação das actividades dos comunistas em todo Portugal e de anarco-sindicalistas e revirallistas sem deixar de parte, os maçons. Havia queixa dirigida aos superiores da propaganda, sobretudo aos comunistas que se expandiam para além do país continental. Faziam referencias aos caixeiros viajantes que viajavam por todo país, fazendo aberta e continuamente propaganda subversiva contra o Estado Novo.»*²⁴³ O medo instalado entre a população constituía um forte obstáculo a qualquer ação contra a ditadura salazarista. Esta medida repressiva aumentava os opositores que não era tão perceptível, pois, não manifestavam devido a esse temor. Havia em Cabo Verde os comunistas. Não sabemos quantos e nem a partir de quando passamos a tê-los. O certo é que durante a República já existia comunistas e simpatizantes do comunismo. Pedro Cardoso era um dos comunistas assumido e deixava transparecer o mesmo nas suas escritas. Registava-se também presença de republicanos, mas com o advento do Estado Novo, todos deixavam de assumir publicamente as suas orientações políticas, evitando as represálias. O regime visava criar o homem à sua imagem, obediente, submisso e cumpridor dos deveres. Estava perante a submissão forçada da população, muito bem vigiada, cortando ao máximo a possibilidade de qualquer reação ao regime.

²⁴² AOS/CO/IN – pt16 – Informação da Polícia de Defesa Política sobre Partido Comunista

²⁴³ AOS/CO/PC-21-pt7

A nível social o regime autoritário cortava a possibilidade da participação da sociedade civil. Cria uma cultura de subserviência e submissão ao Estado, mas como não há nesse tipo de regime uma clara distinção e separação entre o Estado e partido, ocorre, em simultâneo, a submissão da população ao próprio partido. Nesta ótica há uma sociedade civil fraca onde impera o medo. A participação dos cidadãos na vida política é insignificante. Por dificuldade económica, os funcionários, na maioria dependente do Estado, não podiam agir politicamente de acordo com as suas convicções ideológicas. Viviam o “medo económico”, medo de perderem o emprego, muitas vezes o único sustento, e também viviam o “medo político”, medo de serem perseguidos e presos por qualquer descuido nas suas opiniões. Eram manietados, alienados e como tal tinham que limitar a seguir as diretrizes do partido único salazarista, a União Nacional. O partido torna o Estado num aparelho repressivo ao seu serviço. A inexistência de uma sociedade economicamente pujante constituía estorvo da participação ativa dos cidadãos na política.

O regime ao perseguir e prender os opositores intelectuais, cortava a sociedade a sua capacidade de reagir. O Campo de Concentração provocou mortos, mazelas físicas e psicológicas aos reclusos e teve reflexo extremamente negativo no comportamento da população quer de Portugal como das colónias. Marca de forma indelével a História colonial portuguesa do século XX.

4. CONCLUSÃO

Desde início do povoamento, antes de falar concretamente de cabo-verdianos, a população residente nas ilhas, constituída na maioria por escravos, mostrava de forma inequívoca, sinais de descontentamento com a sua situação. A fuga de escravos e as sucessivas revoltas e insurreições ocorridas no arquipélago, praticamente, até vésperas da independência, constituem provas evidentes do descontentamento dos cabo-verdianos quanto ao regime instaurado no país que durou mais de cinco séculos.

Cabo Verde, pela sua especificidade própria, país insular, mais perto da Europa que as outras colónias portuguesas da África, com uma cultura próxima da cultura europeia e com uma população mais “civilizada” que as do continente africano, fez com que os cabo-verdianos, desde cedo, começaram a exigir privilégios e direitos compatíveis com a sua peculiaridade e grau de desenvolvimento. A exigência dos cabo-verdianos de uma atenção particular por parte do governo colonial face às outras colónias está também associada à condição natural hostil do arquipélago. De todas as colónias portuguesas, Cabo Verde foi aquela que pode ser considerada a mais sofrida e penalizada, pelo menos até aos anos 40. As fomes, provocadas essencialmente por escassez de precipitação, dizimaram grande parte da população e condenaram uma boa parte da mesma à emigração forçada. Por outro lado, sendo Cabo Verde, a colónia com uma massa crítica assinalável, em comparação com as outras africanas, foi o espaço onde o exílio dos intelectuais era, possivelmente, mais frequente. Isto levou à diminuição daqueles que estavam em melhor condição de darem os seus contributos no desenvolvimento das ilhas e no combate ao regime colonial.

A mudança da Monarquia para a República não fez parar as revoltas. Com o advento desse novo regime político, aumentou a esperança da população cabo-verdiana em conseguir maior liberdade e justiça, podendo concretizar o velho desejo – obtenção do Estatuto de Adjacência. No entanto, este desiderato não foi alcançado, levando os cabo-verdianos, sobretudo os letrados, a posicionarem-se de forma crítica em relação ao regime. Contudo, o novo regime político permitia manifestação pública e liberdade de criação de associações de várias índoles. A degradação económica de Cabo Verde acelerou e as fomes continuaram a matar em larga escala. A desilusão era geral. A República, ao contrário de que muitos pensavam, não constituía a tão esperada solução das crónicas problemas de Cabo Verde. É neste contexto que se registaram o aumento das críticas, manifestações, revoltas e mais exigências face ao novo regime. A liberdade de imprensa permitiu o aumento de número de jornais em que uma boa parte tornou-se numa verdadeira arma contra a República.

A morte da República ocorrida em Maio de 1926, provocada pelo golpe militar que conduziu a instauração da Ditadura Militar em Portugal, constituiu um duro golpe para a inspiração dos cabo-verdianos. O espírito crítico da população das ilhas tinha que ser moderado e a luta tinha que tomar outro molde. A censura de imprensa implementada pelos militares limitou drasticamente a liberdade de expressão e levou à diminuição substancial de órgãos de comunicação escrita nas ilhas. Por outro lado, aumentou a repressão sobre os que não simpatizavam com o regime, diminuindo imensamente e de forma assinalável, a contestação do regime.

No entanto é na década trinta do século passado que os cabo-verdianos conheceram a situação mais constrangidora a nível político. A ascensão de Salazar ao poder em 1932 e a implantação do Estado Novo em 1933 inauguram uma conjuntura política jamais visto e pensado em Cabo Verde, assim como nas outras colónias e quiçá mesmo em Portugal. O regime instaurado não tinha contemplação com os opositores e eram perseguidos dentro e fora de Portugal, bem como nas colónias. Como o próprio Salazar anunciou numa entrevista concedida em Outubro de 1933 ao Diário de Notícias «*Os tempos tinham definitivamente mudado e que, longe de ser defensivo, o Governo adoptaria uma atitude de ofensiva face à oposição. 'Eu não posso admitir a pequenez e o ridículo das preocupações mesquinhas de certos grupos e grupinhos diante das realidades nacionais! Não compreendo nem posso tolerar que meia dúzia de inúteis passem a vida a deitar cartas, às mesas dos cafés, sobre os meus destinos e o destino dos meus colaboradores, enquanto os homens que estão no Poder se debatem com altos problemas nacionais e os vão resolvendo!'*»²⁴⁴ Isto demonstra claramente como eram tratados os opositores e, por outro lado, que o regime não receberia crítica, era intocável. Combater a ditadura salazarista tornava-se numa luta dura e difícil dado a desproporção enorme em termos de meios entre Salazar e os opositores.

A perseguição e repressão atingiram todos os espaços colonizados e assumiram dimensão alarmante. Em Cabo Verde, o regime fascista salazarista não praticou o ato racista somente sobre os negros, como também sobre os mestiços que constituem mais de setenta por cento da população cabo-verdiana e que durante muito tempo da colonização eram tidos como o arquétipo do homem cabo-verdiano. Esta atitude atingiu diretamente os intelectuais cabo-verdianos, pois a maioria dos mesmos era mestiça. O caráter amedrontador da ditadura salazarista levou muitos escritores, acostumados com a “confrontação direta” da época republicana, a abandonar a lide da escrita. A censura implacável do Estado Novo diminuiu

²⁴⁴ MENESES, Filipe Ribeiro de – Salazar, Vol. 2, Alfragide- Portugal, Publicações D. Quixote, 2009, pp. 86-87

consideravelmente o número dos jornais e revistas em Cabo Verde. Deste modo, mesmo aqueles que queriam escrever, tinham poucas possibilidades para o fazer. Contudo, apesar de todos os mecanismos adotados pelo regime, com o fito de impedir reações contra ao mesmo e silenciar os opositores, os intelectuais cabo-verdianos conseguiram inventar forma de criticar o regime. Escrever algo que não agradava o regime exigia uma certa habilidade. Era necessário evitar o enfrentamento porque isto podia levar o exílio e em última instância a própria morte do escritor.

O sofrimento dos cabo-verdianos aumentou com o salazarismo. A incúria e a indiferença do governo colonial eram enormes. A pobreza de Cabo Verde, provavelmente, não constituía a grande preocupação de Salazar e o sofrimento da população das ilhas também não constava na lista das suas prioridades. Dava atenção às colónias com maior recurso e que melhor podiam contribuir para o equilíbrio orçamental do Estado. Neste contexto de letargia, as fomes continuaram a matar em número cada vez maior. Mas o pior e mais triste de tudo isto é que os cabo-verdianos estavam proibidos de pronunciarem a palavra fome. A verdade era sacrificada em nome da cruel repressão. Para reforçar ainda mais a “desgraça” cabo-verdiana, foi construído o Campo de Concentração do Tarrafal, o símbolo máximo da repressão do regime autoritário do Estado Novo. Esta instituição repressiva criou uma imagem negativa do arquipélago que passou a ser visto como espaço de deportados políticos, de morte lenta dos opositores do regime. Os cabo-verdianos eram punidos severamente pela natureza e por Salazar. Como diz o poema de Fernando Pessoa «*Este senhor Salazar é feito de sal e azar. Se um dia chove, A água dissolve O sal, E sob o céu fica só o azar, é natural*»²⁴⁵ Em Cabo Verde, devido a falta de chuva, ficaram as duas coisas: sal e azar, muito azar mesmo. Sal, pois, Cabo Verde tinha e tem grande quantidade de sal. Este produto revestia de um grande valor comercial no passado. Antes da chegada dos portugueses às ilhas, o mesmo era trocado com o ouro de Tombuctu, Mali, pelos senegaleses que vinham a Cabo Verde com o propósito de recolher o sal.²⁴⁶ Constituindo, ao longo do tempo, importante receita para o arquipélago e até motivo de atrito entre portugueses e ingleses, deixa praticamente de ter valor comercial na época de salazarismo. O regime salazarista tornou-se num longo período penalizador para os cabo-verdianos. Foi um período de medo e sofrimento jamais visto, até então, em Cabo Verde, tornando no maior constrangimento da História do arquipélago, marcado pela perseguição política e asfixia económica, contribuindo para o aumento do número dos exilados e vítimas mortais.

²⁴⁵ PESSOA, Fernando – *Contra Salazar*, Coimbra, Angelus Novus, Editora, 2008, p.21.

²⁴⁶ ANDRADE, Elisa Silva, op. Cit. P. 34

Bibliografia

ALBURQUEQUE, Luís e SANTOS, Maria Emília Madeira, dos, coord., História Geral de Cabo Verde, Vol I, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga e Instituto de Investigação Científica Tropical, Praia, Direção Geral do Património Cultural, 1991.

ALBURQUEQUE, Luís, (Dir.), Portugal no Mundo, Lisboa, Publicação Alfa, 1989

ALEXANDRE, Martins, (coord), O Imperio Africano, século XIX e XX, Lisboa, Edições Colibri, 2000

ALMEIDA, Alexandre; FERRO, Mário Alfama; SALDANHA, Machado de, Programa da colónia de Cabo Verde, Lisboa, 1956

ANDRADE, Elisa Silva, As ilhas de Cabo Verde da «descoberta» à independência (1460-1975), Paris, Éditions L'Harmattan, 1996

ANDRADE, Elisa, in Cabo Verde – Insularidade e Literatura, coord. de Manuel Veiga

ANDRADE, Mário Pinto de – Origens do Nacionalismo Africano, Continuidade e Ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961, Lisboa, Publicações Dom Quixote

BARROS, Victor, Campos de Concentração em Cabo Verde, Coimbra, Imprensa de Universidade de Coimbra, 2009

BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirt, (Dir.), Expansão Portuguesa, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores e Autores, 1998.

BOAHEN, Albert Adu, Editor, HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA. VII – África sob dominação colonial, 1880 – 1935. Editor – Unesco, 2010.

BRITO-SEMEDO, Manuel, A construção da identidade nacional, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006.

CARREIRA, António. Migrações nas Ilhas de Cabo Verde, Praia, Instituto cabo-verdiano do Livro, 1983

CARVALHO, Clara; CABRAL, João de Pina, (coord), História – Passado e Contemporaneidade em África, Lisboa, Instituto de Ciência Social da Universidade de Lisboa, 2004

CLARENCE-SIMITH, Gervase, O III Império Português, Lisboa, Editorial Teorema, LDA, 1985

CRUZ, Manuel Braga - O Partido e o Estado no Salazarismo, Lisboa, Editorial Presença, 1988

DUARTE, Dulce Almada, A identidade cultural cabo-verdiana, in Revista Pré-textos, 1994

FERNANDES, Gabriel – A diluição da África. Uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama (pós)colonial, Florianópolis, editora da UFSC, 2002

FERNANDES, Gabriel, Em busca da nação, Brasil, Editora da UFSC/ Florianópolis - Praia Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006

FERREIRA, Manuel, O Discurso no Percurso Africano I, Lisboa, Plátano Editora, 1989

FILHO, João, Lopes. A ilha de São Nicolau Cabo Verde – Formação da Sociedade e mudança Cultural, Lisboa, Editorial do Ministério da Educação, 1996

FURTADO, Cláudio Alves, Génese e (Re)Produção da classe dirigente em Cabo Verde, Praia, Instituto Cabo-verdiano do Livro e Disco, 1997

GRAÇA, Camilo Querido Leitão da, Cabo Verde – Formação e dinâmicas sociais, Praia, Instituto de Investigação e do Património Culturais + Autor, 2007

LARA, António de Sousa, Ciência Política – Estudo da Ordem e da Subversão, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa, 2004

LOPES, José Vicente, Cabo Verde – as causas da independência, Praia, Spleen Edições, 2003

LOPES, Leão, Baltasar Lopes, um homem arquipélago de todas as batalhas – Itinerário biográfico até ano 1940, Praia, Ponto e Vírgula Edições, 2011

MADEIRA, JOÃO, (coord). et al. Vítimas de Salazar – Estado e Violência Política, Lisboa, Esfera dos Livros, 2007

MARQUES, A. H. de Oliveira; SERRÃO, Joel, (dir.) e ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill, (coord), Nova História da expansão portuguesa; O Império Africano (1890-1930), Lisboa, Editorial Estampa

MATOSO, José, (coord).- História de Portugal – o Estado Novo, Vol. VII, Dir. Fernando Rosas, Lisboa, Editorial Presença, 1998

MESQUITA, António Pedro, Salazar na História Política do seu Tempo, Lisboa, Editorial Caminha, SA, 2007

MENESES, Filipe Ribeiro de, Salazar – Uma Biografia Política, Alfragide, publicação D. Quixote, 2009.

MONIZ, Elias Alfama Vaz, Africanidades versus Europeísmo; pelepas culturais e educacionais em Cabo Verde, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2009

MONTEIRO, Félix – (Organização e prefácio), Eugénio Tavares – Viagens - Tormentas - Cartas Postais. Recolha, Praia, IPC Documentos, 1999.

MONTEIRO, Félix, (Recolha), LOBO, Isabel, (organização e introdução), - Eugénio Tavares – Poesia – Contos – Praia, Ministério da Cultura e Indústria Criativa e Biblioteca Nacional de Cabo Verde, 2017

- MONTEIRO, Fernando Amaro, Em torno do Pan-africanismo, in Separata do nº 6 da Revista Africana – Universidade Portucalense, Porto, 1990
- NASCIMENTO, Augusto, O Sul da Diáspora – cabo-verdianos em plantações de S. Tomé e Príncipe e Moçambique, Praia, Edições da Presidência da República de Cabo Verde, 2003
- NASCIMENTO, Augusto, Poderes e quotidianos nas roças de São Tomé e Príncipe, Lisboa, Tipografia Lousanense, 2002
- NETO, Sérgio – Colónia Mártir – Colónia Modelo, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009
- OLIVEIRA, César de, - Nova História de Portuga; Portugal e o Estado Novo (1930-1960), Vol. XII, (Coord. Fernando Rosas), Lisboa, Editorial Presença, 1992
- OLIVEIRA, João Nobre, A Imprensa Cabo-verdiana – 1800- 1975, Macau, Fundação Macau, Direcção de Serviços, de Educação e Juventude, 1998
- PEIXEIRA, Luís Manuel de Sousa, Da mestiçagem à Cabo-verdianidade – Registo de uma sociocultura, Lisboa, Edições Colibri, 2003
- PEREIRA, Carlos Lopes, Cabo Verde: Resistência e Formação da Consciência Nacional, in Reunião internacional de África, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1989.
- PESSOA, Fernando, Contra Salazar, Coimbra, Angelus Novus, Editora, 2008
- PIMENTA, Fernando Tavares, (coord.), República e Colonialismo na África Portuguesa, Porto, Afrontamento, 2012.
- QUERIDO, Jorge – Um demorado olhar sobre Cabo Verde, o país, sua génese, seu percurso, suas certezas e ambiguidade, Praia, Tipografia Santos Lda
- ROSAS, Fernando, (coord.), SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. Oliveira, (dir.), Portugal e o Estado Novo, Lisboa, Editorial Presença, 1992
- ROSAS, Fernando, et al, Tribunais Políticos, Tribunais Militares Especiais e Tribunais Plenários - Durante a Ditadura e o Estado Novo, Lisboa, Círculo de Leitores, 2009
- SAINT-MAURICE, Ana. Identidades Reconstruídas; Cabo-verdianos em Portugal, Oeiras, Celta Editora, 1997
- SANTOS, Daniel dos – Amílcar Cabral- Um outro olhar, Lisboa, Chiado Editora, 2014
- SANTOS, Eduardo dos – Pan-Africanismo de Ontem e de Hoje, Lisboa, Edição do Autor, MCMLXIII
- SEMEDO, José Maria, in Cabo Verde – Insularidade e Literatura, coord. de Manuel Veiga, Editions Karthala, 1998

SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. Oliveira (dir.), A. H. Oliveira Marques (coord). Nova História da expansão portuguesa – O Império Africano (1890 – 1930) Lisboa, Editorial Estampa

SILVA, António Leão Correia e, Combate pela História, Praia, Spleen Edições, 2004

SILVA, Luíz, introdução, e MARGARIDO, Alfredo, prefácio, Folclore cabo-verdiano – Pedro Cardoso - Solidariedade cabo-verdiana, Paris, 1983

SILVEIRA, Onésimo, O Nativismo cabo-verdiano: O caso Amílcar Cabral, in Cabral no cruzamento de época, Praia, Editora Alfa Comunicações, 2005

SPÍNOLA, Danny, Evocações, vol. I – Uma coletânea de textos apontamentos reportagens e entrevistas à volta da Cultura Cabo-Verdiana, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2004

TAVARES, José Manuel Soares, O Campo de Concentração do Tarrafal – (1936-1954) – Origem e o Quotidiano, Lisboa, Edições Colibri, 2007

Publicações periódicas

Boletim Oficial da Colónia de Cabo Verde, (1933 – 1940).

Boletim Oficial da Província de Cabo Verde, (1920 – 1932).

Jornal – Notícias de Cabo Verde, (1931 – 1939)

Jornal – Ressurgimento, (1933 – 1935)

Revista – Claridade 1º número, 1936

Agência Geral das Colónias

